

7ª Entrevista: 13.08.1981

L.H. - Como o senhor mesmo nos disse, na última sessão, terminamos uma etapa de sua vida. Vamos passar agora para uma etapa um pouco mais movimentada.

A.M. - Entretanto, no início, ela ainda foi muito cheia de estudos, porque a escola obrigava. A Escola o centro de estudos de maior criatividade que o Brasil tem, onde eu vi e aprendi muito. Nesse tempo, eu tinha muita ocupação. E não tinha uma atuação direta, mas indireta.

L.H. - O senhor ingressou na Escola Superior de Guerra tão logo o general Canrobert passou o Ministério da Guerra?

A.M. - Assim que o general Canrobert passou o Ministério da Guerra, eu tive o convite. Aliás, o general Canrobert já tinha conversado com o Cordeiro. Eu e o Domingues, dois oficiais-de-gabinete, fomos para a Escola Superior de Guerra. Eduardo Domingues de Oliveira, um oficial de engenharia muito bom, depois ficou por muito tempo na escola; assim como eu, integrou-se no corpo permanente da escola.

Nós chegamos escola no seu segundo ano de trabalho, numa fase em que ainda não tinha os seus objetivos perfeitamente definidos. Ela havia sido criada dentro de uma filosofia, que surgiu depois da guerra de 39 e 45, em que se sentiu que o problema de segurança extrapolava muito o campo militar. E, mais do que isso, extrapolando o campo militar, envolvia todas as atividades do país, tanto na retaguarda quanto na frente.

Isso foi sentido em todo o mundo. Antes de organizar-se a escola, fizeram-se contatos e estudou-se o que era feito na França, na Inglaterra, nos Estados Unidos e na Itália. Não sei até se na Argentina já se estava evoluindo. Eu não tive uma atuação imediata nisso... No Brasil sentiu-se que o problema não poderia ficar circunscrito, como em outros países, área diretamente ligada aos assuntos militares ou diplomáticos.

L.H. - Até hoje, o Brasil viveu longos períodos muito em paz com as suas fronteiras. Então, a atividade militar ficaria um pouco pobre nesse sentido?

A.M. - Não há dúvida. E, ao mesmo tempo, a limitação não permitia concluir a finalidade com que foi criada a escola, que era a de preparar elementos que ficassem em condições de atuar, em qualquer dos setores do governo, nos altos escalões.

Então era preciso, principalmente, criar métodos de trabalho. Esta foi uma das coisas que mais me encantou: a escola fazia o seu esforço no trabalho em equipe. O trabalho individual, o individualista, que o da preferência do brasileiro, lá era absolutamente colocado em segundo plano.

L.H. - Por que o senhor diz que o brasileiro tem preferência pelo trabalho individual?

A.M. - Todo brasileiro gosta de fazer ele mesmo. O brasileiro gosta, quando intelectual. Trabalhei em várias comissões. Nelas, um trabalha e outros assinam. E' o normal. Ou há dois que trabalham, os outros discutem um pouquinho, conversam e no fim estão de acordo com aqueles dois que estudaram o problema.

L.H. - Mas, pelo que o senhor está dizendo, não apenas porque os outros meramente assinam, porque aquele que faz também quer fazer sozinho.

A.M. - O brasileiro de tendência individualista. E a escola, sendo um órgão que visava a preparação - não a cultural, mas a filosófica - para a atuação nos altos escalões, precisava de homens que soubessem viver em conjunto e, ao mesmo tempo, tivessem uma compreensão dos problemas de segurança do país e dos problemas que envolviam os diversos setores ligados segurança.

Mais tarde, vai-se verificar que o conceito de segurança tão amplo que não há atividade no Brasil que não tenha uma correlação mais ou menos próxima da segurança. E aqui quero fazer, desde logo, uma declaração: segurança não isto que todo mundo diz por aí, que os jornais deformam e dão uma idéia de polícia. Não isso, absolutamente! Segurança um conceito de permitir o desenvolvimento com tranqüilidade, vencendo oposições ao caminho que se quer traçar.

L.H. - Não uma mera questão de polícia.

A.M. - Pelo contrário, a função de polícia pequena junto ao problema de segurança... Depois chega-se lá, mas quero, desde logo, responder aos que dizem que a doutrina de segurança nacional impede a abertura: não há país no mundo que não pense em segurança. Antigamente, pensava-se em defesa nacional. Hoje, pensa-se em segurança, porque o sentido muito mais lato. A defesa nacional era uma coisa mais militar, mais atuante, mais na frente de combate. Hoje não há mais frente de combate. Hoje, tanto se combate na frente quanto na retaguarda. Hoje não se sabe quem mais importante, se o homem que está lá na primeira linha, ou o que está trabalhando para construir a base que vai sustentar a primeira linha, ou, ainda, se o homem ou a mulher que mantém o moral da população, quando pode como Churchill declarar: "Resistirei em toda parte... mas não nos entregaremos. Prometo sangue, suor e lágrimas, mais nada." Isto formação de moral. Isto segurança.

há um princípio, de Foch: "A derrota começa na cabeça do chefe." O chefe que se considera derrotado, pode ter os recursos que tiver, está derrotado. Não tem capacidade de reação. Este o princípio número um. Aquele que não se considera derrotado luta até poder e às vezes consegue sair das dificuldades.

L.H. - Nesse sentido, Churchill um bom exemplo de uma pessoa que sempre se negou a aceitar a derrota...

A.M. - E com isso conseguiu fazer a Inglaterra sobreviver, quando militarmente estava derrotada. Não tinha nem armamento. As forças territoriais inglesas treinavam com pedaços de pau. Aliás, os americanos fizeram isso também.

I.F. - O senhor acha, então, que o Churchill, pessoalmente, teve influência naquela famosa moral do inglês durante a guerra?

A.M. - Este foi, talvez, o mais alto ponto moral da guerra.

I.F. - O mais belo exemplo de resistência, não é?

A.M. - Não há dúvida.

L.H. - E quando o senhor compara com a situação da França, que não tinha alguém...

A.M. - A França... Esta questão de moral uma coisa muito difícil. Cada situação diferente da outra.

L.H. - Mas eu acho um filão interessante a explorar.

A.M. - Cada coisa diferente da outra. Na França houve um impacto violento, quando as técnicas e a concepção de guerra francesas ruíram face às forças alemãs. Ao mesmo tempo, o povo francês estava convecido - não os militares, o povo - da inexpugnabilidade da linha Maginot e da impenetrabilidade das Ardenas a um ataque de carros. Estes foram erros catastróficos...

[FINAL DA FITA 17-A]

A.M. - ... que influíram no povo. Mas houve a reação! Nós vimos aqueles franceses que se retiraram para a Argélia, para remontar a resistência. E aqueles que permaneceram na França e que foram formar depois os maquis, que formaram a Resistência e que tiveram um papel de grande importância quando se deu a invasão na Normandia. Então, existia na França um espírito de reação, mas que não polarizou o povo como um todo, o que aconteceu na Inglaterra.

L.H. - E na verdade a França também não teve uma liderança que fosse capaz de tirá-la daquele estado de apatia.

A.M. - Uma das coisas que tenho no pensamento e que nem sempre bem compreendida que Petain entregou a França porque sentiu que era preciso conservá-la. Então ele foi um homem que se sacrificou pela França. Morreu prisioneiro, malsinado, mas, para mim, ele teve uma atitude que era, do seu ponto de vista, a única para salvar a França. Rendeu-se. E' controvertido, eu não gosto de julgar, mas eu tenho um julgamento pessoal: ele preferiu se sacrificar a ajudar a destruição da França.

L.H. - Eu concordo com o senhor que uma situação controvertida, porque, às vezes, fica um pouco difícil sustentar esse ponto de vista, quando se vê na guerra exemplos como os do povo inglês e do povo russo, que resistiram bravamente.

A.M. - Tudo isso verdade, mas cada um têm as suas peculiaridades. Eu tenho muito medo das generalizações. Então, tomo muito cuidado quando sou obrigado a julgar. Se não levamos em conta todos os fatores, erramos.

Mas podemos voltar agora nossa...

L.H. - Nós estávamos colocando estas questões, que a Segunda Guerra traz, de formação do moral do povo...

A.M. - Como um elemento, inclusive, da segurança.

L.H. - O que bem diferente da Primeira Guerra. Esta, em termos militares, era quase no século XIX.

A.M. - Era século XIX, mas já começavam a surgir aspectos de uma guerra do século XX. Foi uma transição. Por exemplo: na guerra de 1914, havia o espírito de revanche do francês. Os franceses tinham sido dominados pelos alemães, pelas forças de Bismark, na guerra de 1870. Com isto, criou-se no francês uma vontade de lutar. Havia o problema do moral. Mas não foi perfeitamente colocado como fator de segurança.

L.H. - Porque pareceu que era revanchismo, não foi?

A.M. - Exato. Foch sentiu isso quando disse: "A derrota começa na cabeça do chefe." Mas preciso compreender que naquela ocasião os franceses não estavam com espírito para sofrer o impacto da penetração da Alemanha. E se entregaram.

Então, vemos coisas trágicas e coisas heróicas. Isso tudo que vai formando uma transformação no conceito de segurança. São todos esses fatos que fazem com que, ao acabar a guerra, as noções de segurança e de estratégia se ampliem.

E aí entra um outro aspecto: a estratégia, que por definição clássica, a arte do general, passa a ser, hoje, a arte do dirigente. Ela não fica adstrita às operações militares. Aliás, isso já foi sentido no passado. Já na guerra de 1914, os militares combatiam, mas a condução da guerra era dos civis. Poincar era o grande condutor da guerra de 1914, embora os chefes militares fossem os grandes guerreiros. Mas, indiscutivelmente, não se pode isolar - e hoje menos ainda - o homem da frente do homem da retaguarda. Ao mesmo tempo, da guerra surgiu, muito clara, a potencialidade da nação: uma nação um conjunto de recursos materiais, humanos e psicológicos. Esses três aspectos que formam a massa que permite enfrentar qualquer adversidade.

E aí surge uma ampliação do conceito de estratégia, que era uma das finalidades do nosso trabalho na Escola Superior de Guerra. Eu tenho alguns episódios para contar futuramente.

No meu segundo ano na Escola Superior de Guerra, surge o conceito novo de segurança, imediatamente depois da Segunda Guerra, com o envolvimento de toda a nação no problema da luta. Então, este o ponto de partida.

A escola tinha sido criada procurando envolver todos esses problemas. E por isso ela se estruturava, naquela ocasião, em três áreas - assuntos militares, econômicos e diplomáticos -, além da parte de organização da própria escola. O comandante, que no caso era o Cordeiro, tinha dois assessores imediatos, de outras armas: o almirante Benjamin Sodré, um grande caráter, o "adesguiano" no.1, e o Ismar Pfaltsgraff Brasil, cunhado do Gustavo Cordeiro de Farias. Esse era o conjunto.

No gabinete, propriamente, havia: Sadi Folk, meu velho companheiro e amigo, além de grande amigo do Cordeiro; Miranda Correia, que era encarregado da parte administrativa da escola; e Afonso Henrique de Miranda Correia. E havia os departamentos. Eu fui situado no departamento de assuntos militares, que era chefiado pelo Coronel Coelho Reis e onde já estavam Henrique Geisel e o Juvêncio Fraga Leonardo de Campos, e mais tarde chega também o Landri Sales Gonçalves. Havia outros rapazes da Aeronáutica e da Marinha, todos muito bons, mas não me recordo de seus nomes no momento.

Na parte de assuntos econômicos, o chefe era o Delso Mendes da Fonseca, um dos

maiores amigos do Cordeiro. Para lá também estava chegando o Edmundo Macedo Soares e Silva, que tinha acabado de deixar o governo do estado do Rio, numa situação de choque com o Amaral Peixoto, a ponto de não ter passado o governo para o Amaral. Ele entregou o governo para outro que o passou ao Amaral. Depois, houve um episódio interessantíssimo com o Edmundo, quando do problema da Acesita.

Havia ainda, na parte de assuntos econômicos, o Fábio Macedo Soares Guimarães, um dos grandes geógrafos do Brasil.

L.H. - O Macedo Soares casado com a Marina...

A.M. - Marina Corimbaba Guimarães, colega da minha mulher. Ambos são meus velhos amigos, e aí eu me aproximei muito mais deles. O Macedo era primo do Edmundo.

Na parte de política exterior, era o ministro Vasco Leitão da Cunha e mais outros rapazes, depois veio o pessoal do Itamarati etc.

Além desses diferentes setores de atuação, havia um setor de coordenação e de trabalho de base, que era o departamento de estudos, onde estava o Mamede e para onde foi o Domingues, que veio do gabinete. Havia outros, mas não me recordo quem mais. Devo ter pulado muita gente, mas isso natural.

Nesse ambiente, eu procurei sentir a escola.

L.H. - já havia civis nesses departamentos, além do de política exterior?

A.M. - Havia. No departamento do Itamarati, todos eram civis. No departamento de economia havia vários civis, além do Fábio. Mas nos departamentos militar e de estudos de guerra só havia militares.

A.C. - O que era, exatamente, o departamento de estudos?

A.M. - Era um pequeno departamento de coordenação. Estabeleciam-se os currículos, os temas das pesquisas e, principalmente, quem ouvir. O que havia de importante na estrutura da escola que nenhum de nós sabia nada e todos queríamos que alguém nos desse idéias. Havia uma imensa busca de idéias.

Tínhamos uma missão americana, alguns oficiais americanos que tinham cursado a Escola Superior de Guerra nos Estados Unidos - um da Marinha, um da Aeronáutica e um do Exército - nos trouxeram muita documentação. Aos poucos, fomos nos liberando dessa documentação, extraindo apenas o que interessava ao caso brasileiro, porque o que há de característico na Escola Superior de Guerra a sua brasilidade. Era diferente de todas as outras naquela ocasião. E mais tarde, quando chegamos a uma cristalização de um tipo de currículo, com a divisão da segurança nacional em quatro campos, os americanos adotaram nosso modelo no ano seguinte. Isso foi em 1954.

L.H. - Então foi uma devolução do modelo?

A.M. - Foi. Mas vou chegar lá depois.

Nesse ambiente, a escola fez um ano de experiência, sendo seis meses em 1949. O pessoal do corpo permanente que estava lá antes de mim experimentou a vida da escola e, principalmente, os métodos de trabalho: os trabalhos em grupo e as viagens de pesquisa,

sempre com o espírito de unidade.

No ano seguinte, 1950, a escola partiu para o conhecimento da realidade brasileira. Chamaram-se conferencistas que pudessem apresentar o panorama brasileiro aos estagiários, o que se faz até hoje. Hoje, os ministros de cada área são chamados para apresentar os problemas, sempre com o máximo de fidelidade. Na Escola Superior de Guerra, o espírito implantado por Cordeiro era o de que ninguém impunha nada a ninguém. Cada um apresentava o seu ponto de vista. Os demais ouviam e, discordassem ou não, incorporassem ou não, não podiam influir no pensamento alheio. Cada um tinha liberdade absoluta de se conservar como era ou evoluir, se fosse o caso. O respeito formação e cultura de cada um era ponto fundamental da escola.

Por causa disso, não havia a figura do professor e do aluno. Havia uma porção de alunos, que foram chamados de estagiários, porque não eram alunos. Tinham muito mais capacidade, nos seus setores, do que nós, que éramos homens voltados para um determinado aspecto da vida, no caso a vida militar.

Isso fez com que surgisse uma responsabilidade para o corpo permanente da escola: ouvir, retirar as idéias que pudessem interferir na concepção de segurança e partir para construir alguma coisa sobre segurança, que ninguém sabia o que era.

Esta a época que eu chamo heróica da escola. Eu tive a grande ventura de vivê-la.

L.H. - E' a fase de implantação, não é?

A.M. - Exato. Ao mesmo tempo, a escola tinha por finalidade preparar elementos que pudessem trabalhar nos altos escalões. E esses altos escalões se interpenetram. Havia, desde o início, a idéia de que todos os ramos de atividade deviam estar representados no corpo de estagiários. Os setores militares – Exército, Marinha e Aeronáutica – e do Itamarati eram obrigatórios e tinham um peso maior. Depois entravam os outros ministérios e determinados órgãos públicos. Iam desde professores universitários até chefes de polícia e delegados. Tivemos fiscal de imposto de consumo, assim como filósofo, e assim recebemos essa multidão de pensamentos.

Pela primeira vez o Brasil - hoje isto feito em muitos lugares - estabeleceu-se que, não havendo professores nem alunos, mas havendo necessidade de discutir idéias, cada conferencista tinha liberdade de expor o que queria. Não havia interrupção durante a conferência. Terminada a conferência, que geralmente de uma hora, em casos especiais duas - dois períodos de cinquenta minutos -, se fazia uma sessão de debates, franca, direta, mas controlada, não só para sentir as reações aos pontos que pudessem ser controvertidos, como para esclarecer pontos que se fizessem necessários.

Enquanto isso, nós, do corpo permanente, que acompanhávamos o trabalho, tomávamos nota daqueles pontos que deveríamos guardar, para mais tarde incorporarmos escola.

O trabalho das conferências era de manhã. A` tarde nós, do corpo permanente, nos reuníamos para debater o que aconteceu, preparar o trabalho, discutir os assuntos e, principalmente, no departamento de estudos, coligir os dados. O departamento de estudos não era o único. Havia um grupo de coordenação do trabalho.

L.H. - O senhor nunca chegou a ser estagiário na escola? Foi direto para o corpo permanente?

A.M. - Não só eu, mas também outros foram para o corpo permanente, fazendo estágio...

L.H. - O senhor ,então, não foi estagiário: foi direto para o corpo permanente.

A.M. - Eu fui direto para o corpo permanente, fazendo, simultaneamente, o curso. Da mesma maneira, no ano anterior, o Juvêncio, O Mamede, o Sadi - os que estavam lá - fizeram isto. Mas fazíamos o curso de uma maneira diferente. Por exemplo, não fazíamos os trabalhos de grupo, porque de tarde largávamos o auditório e ficávamos no nosso trabalho, independente dos grupos de trabalho que existiam.

A.C. - Isso dava ao corpo permanente uma visão de conjunto muito sólida.

A.M. - Extraordinariamente grande. lá foi onde eu aprendi mesmo. No final, vou dizer o que eu aprendi na escola. Isso aí uma síntese, que eu já fiz várias vezes e que volto a fazer agora.

Na escola, eu aprendi, principalmente, quatro coisas. Primeiro: nós somos profundamente ignorantes. Cada um conhece a sua atividade, pensa que a mais importante e ri quando se fala em assuntos outros. Para um médico o problema do Brasil a saúde, para o educador a educação, para o militar a segurança das forças armadas, para o engenheiro o transporte ou a indústria de base e vai por aí afora. Chega-se conclusão, depois, que o problema do Brasil o conjunto de tudo isso e mais algumas coisas. Segundo: somos ignorantes e pensamos que sabemos tudo. Chegamos lá e os conferencistas e estagiários começam a apresentar nos debates problemas sobre os quais nós nunca tivemos o menor conhecimento.

E eu cito um exemplo, que ocorreu mais tarde [riso]. Em 1952 ou 1953, chamamos San Thiago Dantas para fazer um conjunto de palestras. E ele fez duas palestras admiráveis. Ele não escrevia, falava. Nós gravávamos e depois transcrevíamos as palestras já perfeitas, porque o seu português era extraordinário. Baseado em Max Weber, que naquela ocasião tinha acabado de ser lançado, ele soltou na sua palestra a expressão estamento social. Ninguém nunca tinha ouvido falar. No debate, há aqueles que têm vergonha de perguntar, mas há os que são sinceros: "O que isto? Eu não sei." E ele: "Estamento o conjunto da sociedade relativo aos indivíduos ligados pelos mesmos interesses. há o estamento militar, há o estamento do professor... Não pelas classes sociais, mas pela parte econômica." Então ele começou a diferenciar o problema da economia do problema de afinidades de grupos. O almirante Pena Boto, que também aprendeu conosco, naquele dia, o que era estamento, adotou a palavra. Ao primeiro conferencista que apareceu e com quem ele debateu - e ele debatia sempre - ele começou a fazer perguntas a respeito do estamento. E o conferencista, que também não sabia o que era, ficou numa situação difícil... [risos]

Começamos a compreender que não sabíamos nada. Eu conhecia muito bem assuntos militares e as coisas correlatas. De repente, aparecia um economista ou um sociólogo ou um educador e eu pensava: "Estou boiando nisso. E agora?" Não era só eu. Era todo mundo. Então resumindo a lição: primeiro, somos ignorantes; segundo, os problemas não são isolados, são ligados e todos eles precisam ser atacados. Terceiro ponto: não o título que faz a capacidade. Nós, na escola, tivemos homens formados, de grande prestígio na sociedade, e homens que venceram na vida quase sem ter cursos. E eu cito: o ex-diretor do DASP, naquela ocasião, não tinha curso superior; tinha apenas o curso secundário, mas foi um grande administrador do DASP e foi um grande estagiário da escola.

Quando o Artur Rios fez uma conferência, maravilhosa, sobre os problemas sociológicos

do povo brasileiro, o maior debatedor, acima de todo mundo, foi um fiscal de imposto de renda da família Caiado, que poucos estudos possuía, mas que tinha vivido no Brasil compreendendo o povo brasileiro, a tal ponto que o Artur Rios, depois, convidou-o casa dele, para conversar sobre problemas do Brasil.

Tivemos outros, de grande nome. Acabou de morrer o Osvaldo Orico. Ele era do setor comercial, ligado ao Itamarati, às embaixadas, mas não era de carreira e pelas funções, deveria ficar sempre no exterior. Mas, por problemas vários, ele teve necessidade de voltar ao Brasil. E como não havia uma solução para o seu caso, ele foi matriculado como estagiário na Escola Superior de Guerra. lá foi bater o nosso amigo Osvaldo Orico. E conosco se dão dois episódios. Sempre, no começo do ano, fazíamos demonstrações dos trabalhos escolares. A demonstração era uma espécie de teatro, em que se procurava focalizar os pontos positivos e negativos e a metodologia de trabalho de determinado serviço. Uma vez, para fazermos uma demonstração de conferências e debates, trouxemos o Mário Pinto, que era uma inteligência. Ele repetiu uma conferência que já tinha feito em anos anteriores. E depois os elementos do corpo permanente, já industriados, caracterizaram os diversos tipos de debatedores. Por exemplo: o sabe-tudo; o do contra; aquele que está sempre voando, mas quer aparecer; a conferência paralela, em que um começa a falar e o outro do lado também começa... Nessa ocasião, eu já era o encarregado da parte de auditório da escola e organizava essas demonstrações. Eu estava aplicando minha base anterior de ensino na metodologia. Então, no meio dessa demonstração de debates, foi colocada uma situação, em que um estagiário...

[FINAL DA FITA 17-B]

A.M. - ... do auditório reagiu e falou mal do Itamarati. Um outro, que era do Itamarati, levantou-se para defender. E começaram uma briga, até que eu entrei e cortei.

A.C. - O senhor ficava na mesa dos conferencistas?

A.M. - Não. Eu ficava do lado da assembléia acompanhando. Quando era preciso, eu entrava como moderador, porque o trabalho tinha que continuar. Foi aí que o Osvaldo Orico resolveu defender o Itamarati: "O conferencista atacou, porque disse isso. E aqui, o nobre colega " - em linguagem de Câmara - " acusou o Itamarati. Não verdade! O Itamarati..." Ao final, naturalmente, o meu papel era tecer considerações a respeito dos diferentes tipos. E eu tive que acrescentar mais um: o homem do velho cavalo do marechal de Saxe - assistiu a uma porção de batalhas e não as compreendeu. E esse homem era Osvaldo Orico. Ele não entendeu nada da demonstração.

O outro episódio foi no terceiro ano, em 1953. Nós estávamos começando a jogar e a discutir os pontos de doutrina... Alguns loucos resolveram fazer um currículo... Depois eu vou contar isso. Tivemos até uma divergência com o Cordeiro. Mas esses loucos estabeleceram um currículo em que havia uma doutrina que não existia.

L.H. - Como assim?

A.M. - Um dos pontos da doutrina era exatamente a ampliação do conceito de estratégia do escopo militar para abranger todas as atividades. Como consequência,



houve uma palestra, onde explicaram-se os pontos fundamentais do problema da estratégia. A escola não obrigava, mas, para haver uma unidade de concepção e de base de partida, afirmava que todo mundo tinha que aceitar aquilo como verdade, embora depois pudesse jogar fora.

À Tarde os estagiários se reuniam em grupos para discutir os pontos que nós anotávamos e para os quais chamávamos a atenção. E nós, do corpo permanente, corríamos as diferentes salas onde estavam reunidos os grupos, sentávamos com eles e começávamos a conversar a respeito da doutrina, esclarecendo pontos.

Nessa ocasião, entrei numa sala onde o general Estillac Leal e um civil estavam discutindo exatamente o problema de extrapolação do conceito de estratégia. Entrei no debate. Nessa sala estava também o senhor Osvaldo Orico, que não abriu a boca, mas quando saí, foi me procurar e disse: "Coronel, eu tenho as minhas idéias a respeito e vou traz-las". Respondi: "Pois não, ministro" - ele era chamado de ministro, se não me engano de assuntos econômicos. - "eu as recebo com todo o prazer". Dali a alguns dias, ele me levou um trabalho que eu recebi e, honestamente, engavetei. Não trazia nada de contribuição aos trabalhos escolares. Mas, como sempre acontece - e era da metodologia - ao final de uma discussão de estudo de um determinado assunto faz-se uma reunião de auditório para enfeixar tudo e fixar pontos. Então, nessa ocasião, fomos para o auditório. Com dois ou três do corpo permanente para c e dois ou três para lá, fiquei orientando. Os estagiários falavam: "Chegamos ao fim do ciclo e eu tenho dúvida ainda sobre tal ponto." O meu papel era ver, de todos os que estavam na mesa, aquele que tinha o melhor conhecimento ou que tinha estudado e apresentado o problema. Então, fulano de tal, civil ou militar, respondia. E o nosso amigo respondia.

De repente, levantou-se o "seu" Osvaldo Orico e disse: "Está ainda em dúvida o problema da estratégia, se geral ou se [inaudível]. Isto não existiria se aquele escrito que eu entreguei ao corpo permanente tivesse sido estudado convenientemente, porque ali está bem claro." E repetiu idéias que já tinham evoluído. aí me veio aquele impulso: Hoje o Osvaldo Orico está morto e eu não... Tive um tremendo lapsus linguae: de brincadeira, eu o chamava de Osvaldo Úrico e na hora o chamei assim. Ele não percebeu, graças a Deus! Mas eu disse: "Ministro Osvaldo Orico, quero esclarecer ao auditório que eu recebi realmente a documentação que me foi apresentada. Estive examinando e procurei aproveitar alguma coisa. Infelizmente, ainda não pude extrair um ponto que pudesse me orientar". Não deixo passar essas coisas. Eu podia ter tido a tranqüilidade de esperar, mas me veio o impulso. E quando vem, irresistível.

Estes são episódios para mostrar como era o trabalho na escola. A base da estrutura foi do Cordeiro.

A.C. - Esse trabalho de coordenação era muito pesado, porque o senhor tinha que acompanhar um determinado grupo muito de perto. O senhor não podia acompanhar vários grupos, para levar ao fim essa coordenação?

A.M. - Nesse caso, íamos de sala em sala para tirar dúvidas, mas não permanecíamos em nenhuma.

A.C. - Mas o senhor sabia quem tinha dado contribuições e em que área?

Isto era controlado?

A.M. - Era muito controlado. E os companheiros sabiam. Eu era o encarregado do auditório. No trabalho surdo das salas, eu cooperava, mas eu atuava dentro do auditório, nessa ocasião.

L.H. - A rotina era de conferências pela manhã...

A.M. - A rotina era de conferências pela manhã e trabalhos de grupo tarde. Primeiro, eram os debates em grupo; depois, os trabalhos em grupo. São coisas diferentes.

L.H. - Eu queria que o senhor me esclarecesse uma coisa. Os estagiários estavam ocupados o dia inteiro na escola. Essas pessoas provinham de determinadas atividades no mundo civil ou mesmo militar. O departamento ou organismo de que eram originários continuava pagando os seus vencimentos para que elas pudessem estudar na Escola?

A.M. - A escola não pagava. Havia dois tipos de estagiário: o estagiário de tempo integral e o de meio expediente. Aqueles que não podiam dar o dia inteiro, porque suas obrigações não permitiam, faziam os trabalhos da manhã e as viagens, mas não faziam os trabalhos de grupo tarde. Eram dispensados. Iam tomar conhecimento do trabalho de grupo a posteriori, quando da exposição e dos debates sobre os trabalhos no auditório. Geralmente eram homens de grande categoria. Nas forças armadas tinham o posto de general-de-divisão ou general-de-exército. Não me lembro de haver generais-de-exército, mas havia generais-de-divisão, almirantes, vice-almirantes e tenentes-brigadeiros.

L.H. - Esses eram só de tempo parcial?

A.M. - Sim. No Itamarati, os embaixadores eram de tempo parcial, já os ministros eram tempo integral. Assim, havia esses dois grupos.

L.H. - No início, o senhor falou da dificuldade intrínseca que o brasileiro tem de trabalhar em grupo. O senhor sentia essa dificuldade? Houve uma integração fácil das pessoas?

A.M. - Quando cheguei escola, já encontrei instituído o trabalho de grupo. E já encontrei uma metodologia que vinha da Escola Superior de Guerra americana, o National War College; além de certos livros, não só da Escola Superior de Guerra de Paris... Aliás, não a Escola Superior de Guerra, porque a ela corresponde o nosso CEMCFA.<sup>1</sup> O que corresponde nossa Escola Superior de Guerra o Curso de Altos Estudos de Defesa Nacional, no Imperial War College da Inglaterra. Eu já encontrei o trabalho de grupo estruturado e mais ou menos adaptado aos problemas brasileiros.

O que fiz, no período em que fui encarregado da metodologia da escola, foi dar um pouco de sistematização ao trabalho. Então, baseado nessa documentação que eu tive

---

<sup>1</sup> Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas.

disposição, na experiência que adquiri com os trabalhos de grupo e na experiência antiga de instrutor, elaborei um documento em que dizia o que era o trabalho de grupo e como ele se dividia.

Eu começava sistematicamente. A primeira tarefa do grupo compreender qual o problema. O problema existe ou não existe? (Isso já lá do tempo em que aprendi com os professores da minha primeira mulher.) Não se pode dar para um trabalho de grupo um problema que não possa existir.

Debatido o problema, como obter subsídios para a sua solução? Inicialmente, toda vez que surge um problema, procuramos, meio inconscientemente, uma solução. É o que o francês chamava, lá na Escola de Estado-Maior, de *schème-moteur*. Por exemplo, começo a falar em viagem aos Estados Unidos, sem querer me vem cabeça que eu tenho que pegar um avião, tenho que comprar, tenho que ir com a bagagem, que nos E.U.A. melhor descer em Washington ou em Nova York do que em Miami... São coisas que vêm cabeça. Esse *schème-moteur* surge espontaneamente. Depois que começamos a descer ao pormenor e a sentir que o problema muito mais complexo. Aqueles problemas que vieram cabeça permanecem ou são modificados e desaparecem. Ao mesmo tempo, quando não conhecemos o problema temos que buscar dados. Onde encontrar esses dados a pesquisa. Se a pesquisa for feita por um indivíduo, ela muito lenta e ao mesmo tempo não abrangente, porque não há ninguém capaz de invadir o universo. Então, uma das preocupações do trabalho de grupo dividir a pesquisa: são dois ou três para cada aspecto; eles vão Biblioteca Nacional, ao Senado, Fundação Getúlio Vargas, pegar esses dados e vão ler tudo que existe sobre o determinado problema.

Antes disso, o grupo se reúne. Sempre há um dirigente e um relator para formar o que chamo de "esqueleteamento" da discussão: " primeiro vamos fazer isso, depois aquilo "... Relaciona-se cada tópico lido: " isto se liga ao tópico A ; este assunto se liga ao tópico C . há uma separação. Em seguida, fica uma massa de trabalho a respeito do tópico A. Então, cabe a um homem do grupo analisar aquela montanha, que não foi só ele que colheu. Ele começa então, a botar as informações em certa ordem e a expô-las aos demais. Faz pequenas sínteses, pequenas exposições. O grupo concorda ou discorda; cada um vai organizando o seu ponto, recheando o esqueleto aos poucos, coordenadamente. Em seguida, feita uma grande discussão do problema, dos seus dados fundamentais e das possíveis soluções. Então o grupo decide qual a solução que apresenta para o problema. Discute, e cabe ao relator dar forma ao que foi decidido. O trabalho do dirigente orientar, evitar as entradas e, principalmente, os desvios.

A.C. - Isso também impedia esta espécie de vício brasileiro, que discorrer desordenadamente sobre as coisas.

A.M. - Eu já encontrei essa metodologia; apenas dei um pouco mais de forma.

L.H. - Qual era a reação dos estagiários?

A.M. - Vamos continuar com o problema do trabalho. Depois disso, elaborava-se e apresentava-se o trabalho em auditório. Havia uma sessão em que os trabalhos eram apresentados no auditório pelo relator, com o grupo ao lado. Quando a apresentação

acabava, o auditório, não pertencendo ao grupo, reagia solução. Terminado isso, cada um guardava o seu ponto de vista e estava encerrado. E nós, do corpo permanente, íamos ver, dentro daquele trabalho, que coisas interessantes havia: novas idéias para assuntos em que tínhamos interesse.

Que tipos de problema eram discutidos? Neste momento, por exemplo, evidentemente, o problema de energia interessa segurança nacional. está influenciando no problema econômico e tem repercussões em diversas áreas. Então, dentro do problema energia, pode-se colocar: se o programa do álcool ficar inviabilizado, dada a situação do petróleo, que outras fontes alternativas há? Como organizá-las? Este um problema. No grupo, ninguém sabe nada. Então, todos vão estudar. Agora vem uma característica do trabalho de grupo que todos sentiram: rapidamente, aquele grupo, que era completamente ignorante no assunto, se assenhora dos pontos essenciais do problema. E a solução, em princípio, equilibrada. Não será, talvez, a melhor, mas uma solução lógica e que pode levar a um conhecimento. E amanhã, os técnicos podem se aprofundar no assunto para chegar a conclusões a até a modificar o quadro.

O fato que o problema compreendido com rapidez. As soluções, de uma maneira geral, são válidas, sem serem as melhores, e devem ser meditadas.

A.C. - Quem abastecia esses grupos com as informações? Bibliografia?

A.M. - Liberdade de manobra. Isto é, se lhe dei esse problema, onde que a senhora iria buscar essas informações? Pense alguma coisa. A senhora não conhece o assunto, mas onde vai procurar dados sobre o problema de energia? Vai a uma livraria? Vai. Vai ao Conselho Nacional de Petróleo? Vai. Vai ao Ministério das Minas e Energia? Vai. Cada um vai procurando. E, ao mesmo tempo, como um debate, posso dizer: " Em tal lugar, vi isto de interessante, mas não deu tempo de pesquisar. vê lá, você." Isto que chamo de pesquisa. Não há nada pronto.

Acabado isto, cada um vai ler: " Eu consegui um livro sobre energia." "Isto aqui petróleo, não serve, mas isto aqui metanol." "Então, eu vou ler." E vou anotando: isso aqui se encaixa em tal item. Vou juntando dados, fazendo sínteses ou reproduções. São os pontos básicos para a solução.

A.C. - Se já houvesse um especialista na área, normalmente ele deveria ser o coordenador do grupo?

A.M. - Em cada trabalho de grupo - são geralmente quatro trabalhos de grupo por ano - havia seis a dez ou 12 estagiários. Esses seis ou dez trabalham unidos a um tema. Daqui a pouco, cada um muda para outro grupo. Então forma-se uma consciência de unidade muito grande.

Mas houve um grupo cujo assunto era economia - não me recordo mais do que era - e que contava com um economista. Nós não entramos na tarefa do grupo. Quando o grupo veio apresentar o seu relatório em auditório, ao final o relator declarou: "Há um voto vencido: fulano de tal." Era o economista. Então, o diretor disse: " O senhor economista apresenta o voto vencido." Ele apresentou. Consenso unânime: a solução do grupo era melhor do que a do economista. Então, preciso ver que o problema não tão fácil quanto parece.

É preciso juntar boas cabeças, de homens com experiência. É por isso que a escola

exige homens com experiência. só vão para lá pessoas de mais de 35 anos e que tenham serviços prestados, com eficiência, na sua área. Eu quero obter cooperação do estagiário, que ele seja mais um elemento a fornecer dados para a escola. A escola é, principalmente, um repositório de idéias.

A.C. - Dois processos coexistiam. De um lado, a escola estava formando uma série de pessoas, sensibilizando essas pessoas de elite na administração pública e nos setores profissionais para os problemas que ela julgava relevantes. Por outro lado, os quadros da escola também estavam acumulando conhecimentos.

A.M. - Exato. Agora, vamos ver um caso de hoje. O problema de energia, como eu disse, está muito gritante, e o presidente sentiu necessidade de criar a Comissão Nacional de Energia, em que colocou o vice-presidente da República como diretor, e vieram ministros... Então, era preciso juntar o ministério x com o ministério y e o ministério z... Se cada um for fazer prevalecer a sua opinião,... Então, preciso uma coordenação. Esta que era a nossa finalidade: ensinar os órgãos de administração a trabalhar em conjunto, pelo equilíbrio dos pontos de vista examinados a fundo. Então a solução não ser do ministério tal ou do órgão tal. Ser da equipe.

Aprendi, primeiro, que nós somos ignorantes; segundo, que não o título que dá a capacidade; terceiro, que não há monopólio do patriotismo e do amor pelo Brasil. Todo mundo diz: " Ah, porque o militar patriota." O civil também é. E há os que têm patriotismo pela metade, de um lado e de outro. Mas não há privilégio de patriotismo. Finalmente, conhecendo-se que se estima e se respeita.

A Escola Superior de Guerra faz uma integração da elite brasileira, terminando com aquele quadro de dicotomia: militares e civis. A escola permite que um coronel converse com um desembargador ou que um general discuta com um delegado de polícia ou um professor ou um deputado. E dá, principalmente, um sentido de honorabilidade na exposição sincera.

Houve um trabalho em que nós debatíamos partidos políticos. E eu vi um deputado da UDN examinar os partidos políticos e mostrar claramente, sem rebuscos, os podres do seu partido. Depois, debateu-se o problema. Vi um homem do PSD, ligado a Getúlio, que mostrou os pontos fracos e fortes do que eu chamo o getulismo. A grande causa da derrubada do Getúlio não foi a figura do Getúlio, foi o ambiente que o cercou e que criou o getulismo, o que natural nas ditaduras, em toda parte. Formam-se os elementos... Mas isso aí para mostrar que o trabalho em grupo dá essa consciência.

Então, a escola aproxima militares e civis. Incute em todo mundo um grau de confiança extraordinário, mostra que o trabalho em equipe tem grande rendimento e leva a soluções equilibradas, mostra que ninguém sabe tudo e que, principalmente, os problemas são sempre muito complexos. Não existem soluções simples, mesmo para os pequenos problemas.

Esses são os grandes ensinamentos que eu aprendi na escola.

A.C. - Que temas eram discutidos?

A.M. - aí que entra o departamento de estudos, que está empenhado em organizar um determinado ponto, determinados aspectos que a escola quer aprofundar. Então,

naqueles aspectos, ele dá os problemas de grupo.

Por exemplo, a escola deseja colher dados a respeito da navegação interior. Então, o departamento formula um problema de navegação interior. está -se se discutindo o problema do trabalho, dos sindicatos, das greves... Então, vamos discutir o que existe sobre o problema, - a vantagem ou não...

[FINAL DA FITA 18-A]

A.M. - ... em manter ou modificar a Lei de Greve. – dá-se o tema para um grupo estudar: gente que nunca pensou em greve, mas que vai ler, vai pensar, jogar com seu bom senso e sua experiência anterior e chegar a uma solução. Não uma solução para ser adotada, mas traz uma série de sugestões para serem pensadas pelos órgãos interessados.

L.H. - No período que o senhor passou na escola, foi votada a lei do monopólio estatal do petróleo. Como o tema foi encarado? Houve discussão?

A.M. - Houve discussões e a grande maioria da escola ficou contra o monopólio. Verdade seja que o comandante da escola, naquela ocasião o Juarez, era um defensor do petróleo livre. E ele foi um grande debatedor. Tudo isso levou a uma formação... Nós procurávamos sempre examinar as coisas com a maior isenção, mas uma boa argumentação destrói nossos argumentos.

L.H. - O senhor acha que a convicção do Juarez contra o monopólio interferiu um pouco nessa opinião da escola?

A.M. - Deve ter interferido, mas eu não posso afirmar, porque eu já pensava a favor da liberdade controlada. Eu não quero que todo mundo chegue e faça a prospecção do petróleo. Mas sou contra o monopólio do Estado para a pesquisa e a distribuição. Agora, já querendo controlar o álcool. Eu sou a favor da minidestilaria. Vamos ver o problema: grande ou pequena destilaria? O que mais conveniente para a segurança nacional? Este um tema.

Então este o modo de trabalhar. Não que isso vá... mas serve de idéia, fornece elementos para que a escola pense e depois o EMFA, caso se interesse, vê ver os trabalhos e recolher essas idéias. Quer dizer, essa escola um repositório de idéias.

I.F. - O senhor falou que todos tinham completa liberdade lá . Mas tinham coragem de falar abertamente sobre todos os assuntos ou havia uma certa censura?

A.M. - Isto muito pessoal. De uma maneira geral, havia toda sinceridade. Mas há aqueles que não falam o que pensam com ninguém. E ninguém muda ninguém. A escola nunca procurou mudar ninguém.

I.F. - Havia determinados debates sigilosos. Como que funcionavam?

A.M. - Os debates sigilosos eram feitos fora do auditório. lá dentro, há completa liberdade. Fecha-se completamente o auditório, não se permite a entrada de ninguém

que não seja categorizado e nada gravado se não houver autorização. O Golberi fez, agora mesmo, uma conferência sobre o problema do poder. Eu fui assistir. Ele me avisou, eu fui lá e falei com o Noronha. Depois houve vazamentos, mas, durante dez ou quinze dias, ninguém soube o que o Golberi tinha dito. E mais, a coisa foi preparada de tal maneira que disseram que o Golberi não tinha vindo fazer a conferência.

A.C. - Sigilosa, no caso, significava que só os estagiários podiam participar?

A.M. - Todos os estagiários. Para isso o estagiário tem uma formação e um compromisso. Ele selecionado, não qualquer pessoa. Então, de supor que o estagiário seja um homem que tem uma palavra só. Não verdade, mas, de supor.

L.H. - Nos debates não sigilosos eram permitidos convidados?

A.M. - Inclusive há convites para pessoas estranhas assistirem. Muitos debates são publicados. Aliás, normalmente, as conferências são publicadas. A seção de publicações imensa na escola. Distribui-se para fora, mesmo. há um certo número de órgãos que recebem esses debates. Por exemplo: os ministérios militares, os estados maiores e o Itamarati recebem todas as conferências, mesmo as secretas.

A.C. - Eu queria fazer uma pergunta sobre as origens da Escola.

A.M. - Como eu estava dizendo, a guerra veio mostrar que hoje não há mais retaguardas nem frentes.

A.C. - Isso o senhor já falou. Eu queria me referir mais aos órgãos.

A.M. - Aqui no Brasil o assunto ficou adstrito ao órgão que devia ser, o EMFA, que naquele tempo era comandado pelo Salvador César Obino; com um grupo de oficiais que lá trabalhavam: Ernesto Geisel, Idílio Sardemberg, João Bina Machado ... Houve esse estudo e o EMFA organizou um primeiro anteprojeto de Escola Superior de Guerra e o distribuiu aos quatro ministérios interessados: os três militares e o Itamarati. O trabalho foi classificado como secreto. O Canrobert recebeu e, naturalmente, deu ciência e pediu a opinião dos auxiliares imediatos. Mandou o trabalho também para o Estado-Maior, que tomou conhecimento e deu opinião. Nos outros ministérios, o mesmo se deu. Depois voltou um ponto de vista do Exército sobre esse futuro estabelecimento de ensino. Naturalmente, todos já estávamos acompanhando o que se passava no mundo. Nós já tínhamos mandado oficiais fazer cursos na França e nos Estados Unidos e eles faziam relatórios, se referiam a ... nos Estados Unidos havia a National War College e Industrial War College.

O EMFA, estudando isso, pediu missão militar americana que mandasse elementos que já tivessem feito o National War College e o Industrial War College. Eles vieram e cerraram com o EMFA. Trouxeram novas idéias do que se fazia nos Estados Unidos e coube ao EMFA adaptá-las ao problema brasileiro.

Por exemplo: em lugar de duas escolas, como nos Estados Unidos, fazer uma só; em lugar de fazer um programa destinado apenas às forças armadas e ao Itamarati - nos

E.U.A., o State Department - fez-se um aberto a todos, porque sentimos que o problema era muito mais extenso. E assim saiu o primeiro problema: quem vai comandar? Fez-se uma análise e os ministros, com o César Obino, chegaram conclusão de que o homem era o Cordeiro, que comandava a 5ª Região Militar, em Curitiba. Isso foi em fins de 1946 ou começo de 1947. Houve consenso entre os ministros militares e o EMFA, chefiado pelo Salvador César Obino.

Idálio foi encarregado de ir a Curitiba conversar com o Cordeiro. Chegou, apresentou o problema, o Cordeiro reagiu, mas no Exército manda quem pode e obedece quem tem juízo. O Cordeiro, no começo, reagiu. Ele não queria, mas ...

A.C. - Por que ele não queria?

A.M. - Porque tinha acabado de chegar ao Paraná, estava há pouco tempo no comando da guarnição.

I.F. - Ele tinha chegado da Argentina há pouco tempo.

A.M. - Pois é. E estava no comando. Quando recebemos um comando, nos entusiasmos e queremos cumprir a missão.

A.C. - A direção da Escola Superior de Guerra, uma função muito intelectualizada.

A.M. - Ele estava a par disso. Não foi isso! O problema do Cordeiro foi estar no Paraná, satisfeito com a missão, e dali a pouco ter que sair de novo.

Mas ele veio. Veio e começou a escolher os seus auxiliares. Levou aquele primeiro grupo de oficiais diretamente apoiado no EMFA. O pessoal do EMFA trabalhava como uma extensão... Eu mesmo, quando cheguei lá, muitas vezes recebi encargos de conferências e fui ao EMFA buscar documentação. Para a pesquisa, eu buscava muita coisa no EMFA.

L.H. - Quem era o chefe do EMFA quando começou o governo Getúlio?

A.M. - Eu acho que era o próprio Salvador César.<sup>2</sup>

L.H. - De qualquer forma, a pequena comunicação que se tinha com o Ministério da Guerra, quando o Estillac estava lá instalado, manteve-se com o EMFA?

A.M. - Ah, sim Agora vamos voltar escola. No começo, teve-se que estruturar a questão do método de trabalho. Um outro tipo de trabalho em equipe que fazemos, o trabalho de turma, que não bem de turma, mas sim a redação de monografias coordenadas num grupo. Por exemplo, tenho um determinado aspecto da economia, da política, da sociologia ou da educação que me interessa. Então eu encarrego uma pessoa de examinar a educação nos meios rurais, outra de estudar a educação nos grandes centros e uma terceira de examinar a educação dos excepcionais. Uma quarta

---

<sup>2</sup> Salvador César Obino ocupou a chefia do EMFA até a posse de Getúlio, em janeiro de 1951, quando então assumiu o general Góis Monteiro.



pessoa vai redigir uma monografia sobre o seu assunto. No fim, eu tenho, sobre educação, vários aspectos que me interessam. Por isso que o trabalho se chama de turma, embora seja individual... É um tema que se decompõe em trabalhos individuais.

Outro tipo de trabalho são as viagens de estudo. Se estou interessado no problema do petróleo, eu tenho que verificar os problemas na Amazônia, no Ceará, no Rio Grande do Norte, na Bahia, em Campos... Então, vou viajar às áreas onde há petróleo e suas conseqüências do petróleo e fazer visitas específicas aos órgãos responsáveis. Mas não fazer só isso. Na área do Ceará e, ali perto, no Maranhão, há o problema do babaçu. Então, vou visitar uma indústria de óleo de babaçu. Agora, está -se fazendo pesquisa de energia em Tucuruí, na Amazônia; em Belém, está -se implantando a Alcoa ou a Albrás... Não me lembro mais do nome. Vou a Belém. Mas eu não vou lá para passear, eu vou Albras. Essas são as visitas.

Antes de fazer a viagem, eu mostrava aos estagiários o que se ia ver. Os estagiários eram divididos em grupos e depois cada grupo apresentava um relatório sobre um assunto específico da viagem.

L.H. - E as viagens eram subvencionadas pela escola?

A.M. - Sim. Eram organizadas pelo departamento de estudos. Essas viagens são uma das grandes coisas... O que se aprende de Brasil!...

Creio que essas são as atividades dos estagiários. Eu estava no departamento de estudos militares...

A.C. - O que o senhor era, exatamente?

A.M. - Adjunto. Havia um chefe, que era o Coelho Reis, e vários adjuntos, entre os quais eu. Mais tarde fui para o departamento de... A escola partiu para a divisão do campo da segurança em quatro setores: militar, econômico, político e social.

A.C. - O conceito de segurança era unificador de todas as discussões.

A.M. - Sim. Nós mesmos levamos dois ou três anos para chegar a uma cristalização.

A.C. - Havia inúmeras discussões, aparentemente muito diversificadas, mas, no fundo, imagino eu, os problemas sempre batiam em questões semelhantes, comuns.

A.M. - Eu vou responder relatando fatos. Em 1950 - eu não estava na escola -, a Escola começou o seu trabalho. As conferências e os trabalhos de grupo giravam em torno da conjuntura nacional, em vários de seus setores. Como conseqüência, no fim do ano, com base naquilo que todo mundo tinha usado, houve uma tentativa de unir as idéias a respeito dos maiores problemas nacionais. Cada um jogou com sua imaginação.

Fizeram-se grupos, e cada grupo jogou o seu problema. O corpo permanente - quando eu cheguei já encontrei esse trabalho do ano anterior - foi dar uma leitura e sentir o pensamento daquela turma.

No outro ano, 1951, continuou-se com a conjuntura, com o conhecimento dos

problemas brasileiros. Tudo isso era arquivado depois, na escola, para formar uma biblioteca de idéias e informações. A escola era perfeitamente informada, não só pelas conferências como pela biblioteca. A biblioteca da escola tem tudo o que aparece sobre os problemas.

Então, em 1951, fez-se isso. Mas, ao mesmo tempo, sentiu-se que a idéia de estratégia tinha que ser ampliada, e que tudo ia gerar... No final, era preciso traçar uma grande política nacional. Isso foi chamado - e chamado - de conceito estratégico nacional. É um arrolamento sistematizado, e principalmente ordenado por prioridades de importância, dos diferentes problemas que devem ser atacados pelo governo.

Quando o ano de 1951 acabou, fizemos um outro trabalho: os estagiários redigiram espontaneamente seis conceitos de segurança nacional. Escreveram por sentimento. E nós fizemos um conceito único, síntese de todos esses conceitos.

Mas corria o ano de 1951, e nós sentíamos que, para a formulação desse conceito, era preciso fazer uma sistemática, senão haveria uma dispersão de idéias e, principalmente, não se chegaria a um ponto positivo. Um grupo, de que eu não fiz parte, elaborou as bases da formulação do conceito de segurança nacional.

Enquanto um grupo elaborava, nós nos reuníamos para debater. Esse debate, às vezes, levava uma semana, um mês, dois meses - e dois meses de uma maneira intensa, cerrada.

No fim, em 1952, já houve uma modificação no trabalho. Saíram alguns elementos antigos e entraram vários novos, principalmente três homens: Ernesto Geisel, Golber do Couto e Silva e Rodrigo Otávio Jordão Ramos. Entraram como nós: eram do corpo permanente e faziam também estágio.

A.C. - Os dois Geisel? Ou só o Ernesto?

A.M. - O Orlando Geisel tinha sido da primeira turma, 50.

Então, em 1952, enquanto a escola funcionava, nós, do corpo permanente, estávamos sentindo que era preciso definir uma doutrina de segurança nacional.

L.H. - O livro do Golbery sobre a geopolítica não de 1952?

A.M. - É. Nessa ocasião, estávamos fazendo esse estudo e começamos a sentir muitas coisas que tínhamos que fixar como base, para podermos trabalhar e chegar a um conceito. O problema todo era aquele conceito estratégico nacional, que era a grande política de segurança. Para chegar lá, tinha que haver uma formulação e uma base doutrinária que não existia.

Nós já tínhamos chegado a algumas tantas conclusões, mas eram fluidas. E aí apareceu uma dessas coisas que são um achado. Isso se deveu a todos nós, mas, principalmente, a um homem que se chama Rodrigo Otávio Jordão Ramos.

O Rodrigo Otávio era extremamente centralizador, opiniático e tudo o mais, era um trabalhador infatigável e um pesquisador tremendo. E ele foi encarregado de coligir os dados que pudessem servir de base aos nossos estudos para a formulação de uma doutrina.

Por exemplo: a questão de geopolítica. Quando o expediente da escola acabava, cada um de nós ia para uma livraria, para comprar o que havia sobre geopolítica. Ia-se para a Escola de Estado-Maior, para buscar o que havia de geopolítica. E mais: cada um

de nós - e o Rodrigo era o encarregado do assunto - via qual era o tópico que interessava.

Então em 1952 e, principalmente, em 1953, apareceram os documentos L: L1, L2, L3...

A.C. - O que significa a letra L?

A.M. - Leitura. No ano de 1953, e depois, nos anos seguintes, quando o estagiário chegava na escola, recebia um monte de documentos L: a opinião do almirante Maham sobre a defesa de não-sei-o-quê; a opinião de Mackinder sobre o coração do mundo... E o estagiário começava a ler. Enchia a cabeça até estourar de tantas idéias que nunca tinha pensado. Nem nós tínhamos. E o Rodrigo que nos fiscalizava. Ele dizia: "Muricy, você vai ler e traduzir isso e amanhã vai trazer." Eu respondia: "Não tenho tempo, Rodrigo!" E ele: "Mas você vai me trazer, eu preciso disso." Então lá ia eu. Como meu inglês era vagabundo, eu pegava meu filho: "Traduz isso para mim." Ele traduzia. Existem na escola uns oitenta a cem documentos L, que são capítulos pinçados de livros sobre política internacional, estratégia, guerra global, problemas de guerras de guerrilhas. Naquele tempo não existiam dados sobre guerrilha. Tinha havido guerrilha lá na Iugoslávia, e fui eu que andei catando informações e não encontrava nada.

Estudávamos com a idéia de que aquilo estava nos dando uma base para construir uma doutrina.

Quando chegou o fim do ano de 1952, veio o momento definitivo da escola. Tínhamos que preparar o currículo do ano de 1953 e estávamos embaraçados. As idéias estavam dispersas, desconexas. Reuníamos um grupo e a coisa pegava fogo; principalmente entre dois homens que tinham voz alta, o Ernesto e o comandante Reis, o homem que brigava por causa do carvão. As discussões eram imensas.

Mas repetir o que estava para trás? Não convinha. Ficar a escola eternamente analisando a conjuntura? A conjuntura estava evoluindo lentamente e chegávamos formulação quase empírica do conceito de estratégia... Mas para que finalidade? Tudo isso, de repente, deu um estalo. O pai da criança fomos todos nós, pelo consenso da discussão. De repente surgiu... estourou.

Num determinado dia, descansávamos depois do almoço e, dali a pouco houve aquela algazarra. O currículo vai ser: primeira parte, doutrina de segurança nacional; segundo, formulação do conceito estratégico; terceiro, a conjuntura; quarto, planejamento. Não tínhamos doutrina, já tínhamos sabido formular o conceito estratégico, a conjuntura estava ali e ninguém sabia o que era planejamento.

Nessa hora, deu-se a passagem do cargo do Cordeiro para o Juarez.

A.C. - O estalo veio ainda na gestão Cordeiro?

A.M. - Na passagem, mas ainda na gestão Cordeiro. Mas levamos nossas conclusões ao Cordeiro. Ele reagiu e nós reagimos contra ele. Houve a divisão. Como sempre, não há uma idéia que tenha só defensores ou só contraditores.

A coisa estava pegando fogo e o Cordeiro resolveu fazer uma reunião do corpo permanente com ele e o Juarez, o atual e o futuro comandante, para discutir o problema.

A.C. - O Juarez já estava atuando na escola, pelo que ele nos contou. O Juarez Távora já estava ao lado do Cordeiro, preparando sua gestão.

A.M. - Ele fez, no mesmo ano que eu, 1951, a Escola Superior de Guerra. Os três grandes debatedores da minha turma eram: o Juarez, o Mário Pinto e o Edmundo Macedo Soares. Então, era um prazer. Em princípio, o corpo permanente só entrava excepcionalmente nos debates, quando havia interesse de focalizar um ponto ou outro. Mas, geralmente, o pessoal do corpo permanente se abstinha disso, embora tivesse interesse, mas...

[FINAL DA FITA 18-B]

A.M. - O Juarez ficou sempre muito ligado escola e já estava mais ou menos orientado para substituir o Cordeiro. Quando chegou o momento, ele praticamente passava os dias na escola, conversando com o Cordeiro e conosco, para poder sentir os problemas. E nós o botávamos a par do nosso pensamento, preparando-o para a função. O Cordeiro estava bem a par das nossas idéias.

Mas havia aquela divisão toda. Houve aquela reunião e no final, o Cordeiro perguntou: "Juarez, o que você acha?." E o Juarez: "Eu fico com fulano, beltrano e sicrano." Era o nosso grupo. O Cordeiro parou... e, pela primeira vez, eu o vi perder a esportiva. O Cordeiro sempre foi um diplomata, muito hábil. Nesse dia ele disse: "Eu vou sair da escola. Se eu continuasse, ficaria o currículo atual. Mas agora quem decide o Juarez."

Então, a partir daquele momento, o Cordeiro passou o bastão. Como eu disse, a doutrina não existia e ninguém conhecia planejamento.

L.H. - Vocês tinham o esqueleto, mas não o recheio.

A.M. - Nada, nada. Montes de documentos L, montes de não-sei-o-quê...

A.C. - Qual era a divergência?

A.M. - Não me recordo exatamente, mas o Cordeiro achava que a formulação do conceito estratégico de segurança nacional deveria ter outro caminho que não aquele. questão doutrinária pura. Eu não me recordo mais dos pontos de divergência. O Cordeiro já vinha com dois anos e meio de experiência num determinado caminho e houve uma quebra completa de estrutura do currículo. Então ele, naturalmente, preferia fazer a mudança mais lenta. Mas o Juarez, que estava chegando, resolveu fazer a mudança brusca.

A.C. - No fundo, a divergência foi em torno do currículo e, certamente, em torno do fato de que o currículo ganhou uma homogeneidade talvez excessiva?

A.M. - Exato, 1953, um ano que considero fundamental para a escola, foi de loucura. De manhã, eu estava no auditório, acompanhando diferentes turmas e um grupo do departamento de estudos - o Mamede, o Golberi, o Ernesto e o Rodrigo - já estava discutindo. Quando nós, do auditório, acabávamos, íamos para lá, para entrarmos na discussão. E continuávamos discutindo pela tarde inteira para chegarmos a conclusões que

deveriam ser apresentadas turma. Houve um dia em que não chegamos a um acordo sobre um ponto controvertido. Havia o grupo que dava as bases - geralmente o Mamede como chefe, o Geisel, o Golberi e o Rodrigo - e o grupo que era o advogado do diabo - éramos nós que chegávamos de tarde, pegávamos o assunto e íamos rebater, argumentar contra, para podermos esmiuçar tudo.

L.H. - Quem mais fazia parte desse grupo?

A.M. - O Domingues, o Rodrigo, que às vezes entrava, porque ele era sempre advogado do diabo...

A.C. - O que era, exatamente, Rodrigo Otávio?

A.M. - Tenente-coronel. Era do corpo permanente da escola e estava no departamento de estudos.

A.C. - Substituía o Mamede?

A.M. - Não. Havia flexibilidade de organização. Havia dois, três ou quatro... o que importava era o órgão em si.

A.C. - Essa mudança de currículo não levou também o corpo permanente a ter um papel mais diretivo, mais atuante? O esforço de ordenar as idéias se concentrava nesse corpo.

A.M. - Nos deu muito mais responsabilidade, e aí que depois... Agora, vamos ver por que havia aquelas reuniões em que o Osvaldo Orico foi falar sobre estratégia.

Então, discutíamos o assunto e no fim, apresentávamos o argumento ao grupo e chegávamos a um consenso. Então alguém redigia um documento, geralmente o Golberi.

Considero o Golberi o homem de maior cultura geral que conheço no Brasil. Há muita gente que excepcional em direito, em engenharia, em sociologia, em matemática ou coisa que o valha. Mas o Golberi bom em tudo, e nas coisas mais inesperadas. Por exemplo, o pessoal do corpo permanente, como eu disse, geralmente não entrava nos debates. Mas houve um professor de matemática que era estagiário e um conferencista começou a falar e tocou num problema de matemática moderna. E esse professor, no debate, levantou-se e arrasou com o conferencista, de uma maneira até agressiva. Pela primeira vez, vi o Golberi perder a calma e pedir para intervir no debate. Foi para a pedra e desmontou o professor de matemática. Desmontou... em matemática moderna.

L.H. - Concordando com o conferencista ou...

A.M. - Não. Ele fez questão de fazer com o professor o que o professor tinha feito com o conferencista. Foi lá e mostrou uma porção de pontos falhos na argumentação, uma coisa! E era matemática moderna elevada.

Vou dar outro exemplo. Em matéria de geopolítica, o Golberi um homem de idéias excepcionais e de um conhecimento profundo. Aqueles livros, aqueles L, aquilo tudo ele conhecia de cor. Era um homem de leitura dinâmica. Aliás, o Ernesto também. Eles lêem em diagonal e, quando acabam, pode-se discutir, porque eles sabem tudo o que está lá. Eu

cheguei em casa do Golberi e o encontrei lendo Schiller. Quantos homens no Brasil leram Schiller? Podem ter comentado Schiller por que outros comentam. Que leia Schiller no Brasil, eu conheço o Golberi.

O Museu de Arte Moderna de São Paulo tinha sido inaugurado pelo Assis Chateaubriand, na rua 7 de Abril. Fomos fazer uma viagem a São Paulo e no primeiro intervalo, resolvemos: "Vamos lá ao museu..." Saímos eu, o Mamede, o Golberi e o Domingues. Quando entramos no museu, o Golberi disse: "Vou tentar identificar o autor pelo tipo do quadro. Este Modigliani, este Renoir, este Rembrandt, este El Greco..." Houve 98 ou 99% de acerto.

Às vezes, quando o problema era muito grave e importante e nós não tínhamos obtido os dados suficientes, convidávamos especialistas do corpo permanente para virem discutir o assunto conosco. O grande homem nesses debates era o Golberi, um homem que lá barbaramente.

E ainda há mais. Eu estou ligado música desde menino. Sou filho de uma criatura que tocava piano. Meu irmão, o Andrade Muricy, foi um dos maiores críticos musicais do Brasil. Criei-me ouvindo Bach e vou a concertos desde os dez anos de idade. Até hoje estou lá, em todo concerto... Não conheço teoria musical, mas ouço e gosto. O Golberi morava, como eu, em Laranjeiras. Então, eu saía de casa, no carro, passava em casa do Golberi, pegava-o, íamos e voltávamos juntos. No carro, ligávamos o rádio, geralmente no Ministério da Educação, e a nossa discussão era a respeito das músicas que estávamos ouvindo. Naquele tempo, eu ganhava dele. Mas ele conhecia muito. Quando agora, há pouco tempo, ele fez aquela operação de catarata na Espanha, depois fui visitá-lo e ele me disse: "Muricy, agora, eu ganho de você... Porque eu passo o dia ouvindo música. Não posso ler. Agora, pode ficar certo de que eu ganho de você." E disse a Esmeralda: "Muricy, ele ganha mesmo." E eu: "Não tenho dúvida alguma..." [risos] Mas isso aí foi só para mostrar...

A.C. - O Golberi uma inteligência enciclopédica...

A.M. - Exato. Outro homem do grupo era o Ernesto. Ele um homem de muita cultura, penetra fundo no assunto, tem uma apreensão muito fácil das coisas. A característica principal da inteligência do Golberi e do Geisel a inventiva. São raros os homens que têm a inteligência inventiva. O mais comum encontrar grande apreensão nos homens inteligentes: são pessoas que ouvem um assunto, aprendem, retiram o que essencial e depois juntam. Mas criar, são poucos.

Nas nossas discussões, principalmente na fase de construção da doutrina, e, depois, na de reajustamento (porque aquilo foi construído e reajustado ano a ano; modificava-se de um ano para o outro), de repente o Golberi dizia: "Eu já sei!" Tinha saído para um ramo inesperado, que até hoje está lá na doutrina. O Ernesto também assim. Já o Rodrigo Otávio era de percepção e de capacidade de leitura. O Rodrigo Otávio era uma enciclopédia ambulante. Lia loucamente, mas era muito sistemático. Uma grande cultura. O Mamede tinha uma grande inteligência, principalmente uma habilidade... Nas coisas difíceis chamávamos o Mamede. Aparava as arestas, ajustava...

Num determinado dia, o Juarez teve que entrar em sala para apresentar ao auditório um ponto novo que estava sendo debatido até a véspera e sobre o qual não se tinha chegado a uma conclusão. Lá pelas oito horas da noite – nós tínhamos começado a discussão de manhã – tive que ir embora, porque minha primeira mulher já estava doente e o caso dela se

agravava constantemente (ela morreu em 1954). Eu dava o máximo de assistência a ela. O Mamede e o Domingues tiveram um problema também. Ficaram três homens discutindo: Ernesto, Golberi e Rodrigo Otávio.

No outro dia, às sete horas da manhã, Mamede e eu chegamos. Eles ainda estavam discutindo. Dali a pouco chegou o Juarez e perguntou: "Como que está o problema?" Disse o Mamede, que era o chefe do grupo: "Nós chegamos a este ponto de vista. E o Rodrigo Otávio, àquele." E ele: "Eu fico com a maioria." E entrou em sala para decidir.

A.C. - Mas quantas pessoas havia nesse grupo? Era um grupo grande?

A.M. - Éramos seis a oito – o número variava conforme o assunto –, só do corpo permanente, para a montagem da doutrina. E o grupo era este: Mamede, Geisel, Golberi, Rodrigo, Eduardo Domingues de Oliveira e eu. Às vezes, conforme o assunto, entrava mais um ou outro, mas nós que estávamos constantemente discutindo. A redação ficava com o Golberi, que fala com a maior naturalidade. Quando ele escreve corrido, uma perfeição. Mas quando burila, fica pesado. Eu digo: "Oh, Golberi, porque você não escreve o que você lança?" Os livros do Golberi são pesados. Mas quando ele lançava a idéia, e não havia tempo de burilar..

Em 1953, a doutrina era dada em capítulos de três ou quatro folhas. Diariamente aquilo era batido e nós, do corpo permanente, nos reuníamos, debatíamos de novo e depois distribuíamos os textos aos alunos. Alguém apresentava o assunto em auditório e o assunto era debatido. Depois, nos grupos, aquilo era lido e nós íamos lá nas salas debater o assunto com eles.

A doutrina não de A, B ou C. É de turmas que passaram na escola e que foram, cada uma, dando o seu ponto de vista.

A.C. - Daí saiu o livro?

A.M. - No meio de tudo isso surgiu uma porção de idéias e há dois ou três livros do Golberi e muitas conferências que foram feitas na escola e estão lá, arquivadas. E não só dele, mas do Mamede, do Rodrigo Otávio, e de outros, sobre certos assuntos doutrinários. E aí deu-se um episódio [risos]. Eu vou contar a anedota para vocês verem como a coisa era complexa.

Em 1953, houve um assunto de formulação do conceito de segurança nacional que foi apresentado pelo Rodrigo. Nesse mesmo ano, entrou o Geraldo de Meneses Cortes, outro oficial excelente. E no ano seguinte, coube ao Geraldo apresentar aquele assunto. Mas cada cabeça, uma sentença. O Geraldo fez um estudo e modificou certos pontos. Depois veio a mim e disse: "Muricy, você quer examinar? Eu estou modificando." Fui, conversei com o Mamede, que era o chefe, e ele disse: "Não tem problema nenhum, pode fazer."

Então o Geraldo foi, porque, em assunto doutrinário não há liberdade de se chegar lá e expor. Aquilo o que a escola estabelece como base para os trabalhos escolares. Se estiver errado, muda-se no ano seguinte, mas naquele ano, considerado como verdade. Então, o Rodrigo ficou indignado. Quando acabou o ciclo, como sempre, houve o debate com o auditório. lá fiquei eu: o Rodrigo de um lado, o Geraldo do outro. E veio a primeira conversa. Enquanto vinha a pergunta, eu via se era um assunto... porque o Rodrigo deu outros aspectos. Eu dizia: "Com a palavra, o Coronel Rodrigo Otávio." O Geraldo resmungava. E eu aproveitava que a mesa era fechada e dava caneladas. Dali a pouco: "Com a palavra, o coronel Menezes Cortes." O Rodrigo resmungava e eu, imperturbável,

dava-lhe uma canelada. Eles falavam, depois eu enfeixava. Dava a palavra para um e outro, depois apresentava o ponto de vista da escola, sempre procurando fazer o equilíbrio, para mostrar que o assunto era bem pesado.

Quando tudo acabou [riso], eu lembro que o Golberi veio para mim: "Muricy, como que você conseguiu que eles dois não se pegassem?." Eu disse: "pergunte às canelas deles..." [Risos].

L.H. - O senhor ficou ali como uma espécie de cabo-de-guerra, onde a corda era o senhor...

A.M. - Eu era o responsável pela apresentação da doutrina naquele painel. Não era o responsável pela doutrina, mas pela apresentação da doutrina no painel. Tinha que pegar as idéias de um e outro, apresentar as nuances e depois fixar o ponto de vista da escola. Então, dei canelada para cá e canelada para lá, imperturbável.

A.C. - General, de repente me ocorreu uma dúvida. No meio de tantas discussões assim, políticas e técnicas, ...

A.M. - No meio de tudo isso, o problema político girava.

A.C. - Exatamente, mas antes, para fechar ainda essa parte, que assuntos militares eram discutidos?

A.M. - Entravam altos assuntos militares e assuntos técnicos-militares. Esses assuntos foram desmembrados depois para o CEMCFA, Curso de Estado Maior e Comando das Forças Armadas, que, primeiro, foi anexo Escola Superior de Guerra e depois ficou um pouco afastado. Mas, inicialmente, como sempre, foi feito um grupo para discutir e outro para debater o assunto, e criou-se o CEMCFA. Discutiam-se assuntos militares como: o problema de mobilização do pessoal, que aspectos deviam ser encarados em caso de necessidade; o problema de mobilização industrial, que indústrias deviam ser estudadas. Pegavam-se o técnico e o engenheiro e jogavam-se as idéias.

Outros problemas, por exemplo, eram o de fabricação de material e o de segurança interna. Como fazer a distribuição dos efetivos militares dentro do território brasileiro? Naquele tempo, a Amazônia era um grande vazio, que foi preenchido, depois, pelo Rodrigo Otávio, quando foi comandar a Amazônia. Volto depois ao assunto.

Então, sentiu-se a necessidade de integração e entrou o Golberi, por exemplo, com o problema de geopolítica. A sua tese exatamente a transformação do arquipélago brasileiro no todo brasileiro e a conquista da Amazônia. Já havia a experiência anterior do João Alberto. Esses eram os problemas militares apresentados pouco a pouco. Mas não eram nunca de ordem exclusivamente militar. Eram problemas militares de interferência na segurança.

A.C. - Normalmente, dentro do espírito que deu origem escola, esses assuntos militares eram importantíssimos, porque deviam ser disseminados pela sociedade civil. No entanto, eles extrapolaram...

A.M. - Mas dentro da formação da Escola Superior de Guerra, no Brasil, nós evoluímos



adiante do que havia nos outros países. Quando chegamos na estruturação da doutrina, nós discutíamos muito e concluímos, em 1953, que havia quatro campos: o militar, o político, o psicossocial e o econômico. Aí que se reformulou a estrutura da escola, não mais em três departamentos, mas em quatro, um para cada um desses assuntos. O departamento econômico dividiu-se em econômico e psicossocial.

Havia ainda um americano remanescente, como observador, já não mais como... Ele mandou nossas conclusões para os Estados Unidos e, no ano seguinte, elas foram adotadas pelo National War College.

A.C. - Ao ser criada, a escola não foi mais aquilo que pretendia ser no início. Ela teve, realmente, que mergulhar numa quantidade de problemas nacionais muito sérios, de integração...

A.M. - Isto foi por causa de um outro ponto doutrinário fundamental, a concepção do que segurança nacional.

Como vimos, 1953 foi o ano do novo currículo. Aí, veio a parte de formulação. Os problemas já estavam mais ou menos delineados e sem grandes modificações a introduzir, apenas coisa miúda. Depois veio a conjuntura. A conjuntura, como sempre, era o ponto mais agradável para os estagiários, porque se ia buscar homens de grande saber, de grande cultura, para apresentarem suas idéias, que nem sempre eram iguais às nossas, mas eram novas idéias.

Eu cito homens conhecidos: Otávio Gouveia de Bulhões, que nos falou sobre problemas financeiros do Brasil; Roberto Campos, que fez várias conferências. Mas o Roberto dizia assim: "Mas como que eu vou tratar disso aqui? Não entendem nada..." E nós: "O que você pensa da responsabilidade do problema econômico num caso de guerra?" Ele: "Se tenho que fazer armamento, vou prejudicar a indústria." E nós: "Então você diz o que acontece?" Então ele foi ler a respeito e fez uma conferência.

Chamamos o Temístocles Brandão Cavalcanti para falar sobre as constituições e as instituições do Brasil. Falou sobre a estrutura jurídico-política e administrativa do país. Ele, inclusive, era cunhado do Delso.

A.C. - A primeira mulher do Delso era irmã do Temístocles.

A.M. - O Delso era do departamento econômico. O Edmundo já tinha saído.

O Edmundo foi para a Escola Superior de Guerra no mesmo tempo que eu. Estava saindo do governo do estado do Rio, sob o impacto do governo de Getúlio, a quem ele tinha dado apoio anteriormente e depois entrado em choque com o Amaral Peixoto.

L.H. - Ele foi eleito pelo PSD.

A.M. - Exato. Mas quando ele estava na escola, deu-se o décimo aniversário de Volta Redonda e o presidente da Siderúrgica, naquela ocasião, não o convidou para as festividades. Logo ele, o verdadeiro criador de Volta Redonda. Aquilo foi um choque brutal para o Edmundo Macedo Soares. Ele me disse: "Muricy, você veja. Sou amigo - não quero dizer o nome - de fulano. Ele podia ter-me convidado. Eu podia não ir, porque no momento a conjuntura não me favorável. Mas era uma demonstração de que reconhecia o meu trabalho." Pouco depois, deu-se a crise na Acesita, recém-fundada pelo Israel Pinheiro. A

Acesita enfrentou um problema de encampação pelo Banco do Brasil. Mas o Banco do Brasil não encontrou solução para o Acesita. Naquele tempo, a dívida era de 700 milhões de cruzeiros e não havia caminho para resolver. Aí, o Getúlio disse a não sei quem: "Falem com o Macedo Soares." Um emissário foi falar com o Edmundo que, apesar de estar rompido com o governo, recebeu um dossiê desse tamanho e passou noites estudando. Passado um tempo, ...

[FINAL DA FITA 19-A]

A.M. - ... ele chegou a umas tantas conclusões e apresentou uma proposta de solução, que foi levada ao Getúlio. O Getúlio disse: "Então agora, fulano, você vai convidar o Macedo Soares para dirigir isto, porque ele o homem para este trabalho." O Edmundo respondeu: "Mas eu agora retornei ao Exército, vou recomeçar a minha carreira, já estou completando os meus quatro anos fora do Exército." Naquele tempo, o período era de quatro anos. "Se eu for para lá, tenho que ser reformado." Ele estava querendo continuar no Exército e, então, disse: "Então, me promovam a general, depois me reformem e eu vou para lá". E assim foi feito. Ele foi promovido a general porque queria sair general na ativa. Foi promovido para a Acesita e salvou-a para o Brasil. Isso são coisas que se devem contar porque só elevam os homens. Elevam, de um lado, o Edmundo e, de outro, o Getúlio.

L.H. - Que, apesar da oposição política, reconhecia sua competência.

A.M. - Eleva os dois. Faço questão de contar esses fatos.

Fui contra o Getúlio. Não a pessoa, mas o ambiente, o getulismo, como eu chamo. Eu combati o getulismo.

L.H. - O senhor pegou dois comandos na escola: o Cordeiro e o Juarez. Que diferença o senhor sentiu nesses dois comandos?

A.C. - Diferença de estilo, de personalidade, de trato...

A.M. - O trato era questão de temperamento. Eu peguei quatro comandos, porque depois, na morte do Getúlio, o Juarez saiu e foi para a Casa Militar. Então, foi nomeado para lá o almirante Araújo e depois o brigadeiro Vasco Alves Seco. Fiquei até quando o Vasco entrou.

A.C. - Até que ano o senhor ficou lá?

A.M. - Até meados de 1955. Fiquei lá por cinco anos: 1951, 1952, 1953, 1954 e mais de metade de 1955.

Quanto às diferenças entre os dois comandos, era uma questão do estilo. Nós, do corpo permanente, sempre tivemos muita liberdade de ação, tanto com o Cordeiro quanto com o Juarez. Mas, os dois temperamentos eram completamente diferentes.

L.H. - Como que isso se manifestava? Na direção da escola?

A.M. - O Cordeiro era um homem persuasivo, falava manso, convencendo mais do que

mandando. (O Juarez também era cordato.) Por temperamento, o Cordeiro nunca se exaltava. A única vez que o vi sair... foi naquela ocasião. No mais, ele sempre procurou unir e, principalmente, quando tinha que dizer as coisas, dizia-as de uma maneira elegante. O Juarez era mais impetuoso, tinha fala vibrante, batia na mesa, se exaltava, sua voz era muito alta. Então, às vezes, criava um certo impacto naqueles que não o conheciam de perto.

Quanto atuação sobre nós, com o Cordeiro havia muito mais entendimento de chefe com subordinado, em que ambos se respeitavam mutuamente e procuravam dar tudo em benefício da instituição. Nunca tivemos grandes problemas com o comando.

L.H. - Mas o senhor nos contou um episódio a respeito do monopólio do petróleo em que a opinião do Juarez...

A.M. - Ele argumentava muito. Aliás, naquela ocasião, não era só o Juarez. O Edmundo Macedo Soares também era contra o monopólio.

L.H. - Mas o Juarez era o comandante. Com o Cordeiro aconteceu algum episódio semelhante?

A.M. - Mas antes, quando o Juarez era estagiário, antes de ser comandante, também já se estava discutindo o problema.

L.H. - Mas eu queria saber se o Cordeiro também intervinha com o Juarez. Houve algum episódio, no comando do Cordeiro, em que a opinião do Cordeiro tivesse carregado a opinião do corpo permanente, como no caso do Juarez?

A.M. - Mas não carregou! Ele influiu, como um elemento a mais. Porque a grande característica do corpo permanente - e nisso aí eu me coloco - era a independência completa de opinião. Nós tínhamos divergências brutais que ficaram assim até o fim, sem que isso, entretanto, desse o menor estremecimento na nossa amizade. Eu tive discussões imensas com o Rodrigo, por exemplo. O Rodrigo foi um homem com quem eu discuti a vida inteira. E eu vou contar depois episódios, no fim...

A.C. - Quais eram as divergências?

A.M. - Quase todas do ponto de vista doutrinário da escola. Do ponto de vista político, havia quase um consenso, uma unidade no corpo permanente. Com poucas exceções de um ou dois, a maioria estava toda pensando da mesma maneira, o que se compreende, porque a escolha do pessoal do corpo permanente feita pelo comandante da escola. Ele não iria escolher um elemento com o qual divergisse, pelo menos profundamente. Dessa maneira, nunca houve um corpo estranho dentro da escola.

A.C. - De qualquer maneira, esse corpo permanente não era alterado quando mudava o comandante.

A.M. - Não... Na vida militar, as substituições são dos chefes e dos lugares de confiança. Por exemplo: o chefe-de-gabinete um homem da confiança imediata do comandante.

Quando sai um comandante, o outro traz o seu chefe-de-gabinete, mas o resto continua. Com o tempo, se ele quiser trazer uma pessoa, ele vai esperar por uma oportunidade para colocá-la, mas ele não vai tirar o que está lá... Isso já é, mais ou menos, uma tradição dentro das forças armadas.

Como general, sempre tive meu chefe de estado-maior, o meu ajudante-de-ordens e meu assistente. Esses eram meus. Os outros eram do Estado. Depois eu ia mudando.

Mas o ano de 1953 prosseguia. Entrou-se na conjuntura e chegou-se ao trabalho final sobre planejamento da segurança nacional. Começou-se a discutir que tipo de trabalho se deveria fazer, naquelas reuniões célebres do departamento de estudos. Chegou-se conclusão de que o planejamento, do ponto de vista de segurança, se pode fazer de várias formas; mas essencial, a inicial, o fortalecimento do potencial nacional. Nenhum país pode se dar a ventura de querer ser seguro se não tiver uma estrutura forte. Um país fraco sempre sujeito aos antagonismos externos, como nós chamamos em linguagem de doutrina de segurança. E preciso enfrentá-los. Então, o problema inicial fortalecer o potencial nacional.

O primeiro trabalho que se fez foi "Fortalecimento do potencial nacional": um mês de estudo e planejamento.

Foram organizados grupos reunindo os estagiários e o pessoal do corpo permanente, simbolizando determinadas áreas de atividade governamental. Organizou-se uma coisa que se chamaria mais tarde Conselho de Segurança. Nós mostramos que havia necessidade de dar uma forma diferente ao conselho, pois ele, propriamente, não existia, havia uma secretaria e foi esboçada pouco depois... O Golberi, no tempo do Jânio... Na formulação do conceito estratégico, aparece a necessidade de um órgão de busca de informações, para que se possa planejar a segurança. Então, aparece a necessidade de uma coisa que vai ser futuramente o SNI, como um órgão de busca de informações para o planejamento da segurança, para que o chefe possa conduzir o país em segurança, vencendo os antagonismos externos ou internos. Então, este o fundamento da segurança nacional. Muita gente não entende, e fala dela contando caraminholas.

A.C. - Um órgão o SNI. Qual o outro?

A.M. - O Conselho de Segurança. Era uma secretaria, mas chegamos conclusão de que havia necessidade de um conselho. Havia necessidade de se criar um elemento de planejamento dentro do governo. Nunca se chegou, naquela ocasião, a pensar em onde colocá-lo. Hoje criou-se o Ministério do Planejamento. Havia uma idéia. "É preciso ter um órgão para planejar."

A.C. - Há três órgãos que estão saindo dessa doutrina.

A.M. - Estão saindo desses estudos, alguns ainda embrionários, outros ainda numa fase... Mas começamos, então, a elaborá-los.

Mais uma vez, aparece a capacidade do Golberi e do Ernesto.

A.C. - Os dois estão sempre muito ligados. Quando o senhor fala em um, fala no outro.

A.M. - Esses dois homens fizeram juntos os três anos da Escola de Estado-Maior. Quando acabaram o curso, foram juntos para o Rio Grande do Sul e trabalharam lá por dois anos. Depois, foram para o Estado-Maior do Exército e trabalharam na mesma sala por um ou

dois anos. Afastaram-se e foram-se reunir no EMFA por algum tempo. Mais tarde, foram juntos para a Escola Superior de Guerra. Depois, ambos reapareceram juntos na Revolução de 1964. A seguir, cada um tomou um destino... No tempo do Jânio, eles estavam ligados, mas o Golberi ficou ligado ao Orlando, porque o Orlando era o chefe-do-gabinete, e o Ernesto estava em Brasília. O Orlando também era muito chegado ao Golberi. Um trabalhou ao lado do outro. Foi o que aconteceu comigo e o Lebrã ... trabalhamos nove anos lado a lado. E mais, o Castelo chamou os dois quando organizou o Estado-Maior para poder partir para a revolução. Quando ele foi para o governo, ele levou os dois. Criou o SNI e botou lá o Golberi e na Casa Militar colocou o Ernesto. Trabalhavam na mesma sala, no Laranjeiras.

A.C. - A Casa Militar e o Conselho de Segurança Nacional, exatamente os dois órgãos...

A.M. - ... que tínhamos estudado juntos, lá. Isso que preciso entender. Esses homens têm, então, depois de tantos anos, quase que a presciência do que o outro está dizendo ou pensando.

L.H. - Tocam de ouvido. Não precisam mais de pauta.

A.M. - Ah, não precisam.

A.C. - É um entendimento tácito.

A.M. - É!

A.M. - Já contei: o primeiro aluno foi o Orlando. O Golberi saiu abaixo dele. O Golberi ganhou um *handicap* – a entrada na Escola de Estado-Maior sem fazer Aperfeiçoamento –, mas pular degrau, pular degrau. Nisso, há um ônus.

A.C. - Perdeu ponto.

A.M. - Não. Ele defasou-se na parte de estudos de estado-maior. Depois, ele se recuperou mas, naquela fase, ele estava com um *handicap*. O Rodrigo Otávio era da mesma turma de estado-maior. O Golberi deve ter sido quinto ou sexto. E eu, que era instrutor de outra turma, dei várias aulas para eles; fiz várias conferências. Eu fiz o curso antes. Naquele tempo, era instrutor.

Mas, voltando ao exercício sobre planejamento, deu-se aí uma demonstração da capacidade do Golberi. Estava-se estudando o planejamento do desenvolvimento do potencial nacional. E há o primeiro problema... A inflação no Brasil um problema nacional e permanente: pequeno, pequeno, de repente dispara. Mas esse "pequeno, pequeno, pequeno" foi sentido pelo Golberi e pelo Ernesto e nós concordamos. O Golberi, então, passou a trabalhar com os cruzeiros de 1953.

O trabalho de planejamento estava sendo feito por um grupo que não entendia nada do assunto. Então fomos chamar todo mundo que entendia de planejamento mas, quando as pessoas chegavam lá, não sabiam nada. Fomos ler. Li muito sobre o planejamento do New Deal, de Roosevelt. Li profundamente sobre o planejamento do 1o. Plano Quinquenal russo. E cheguei conclusão de que não tínhamos nada vezes nada e que ninguém sabia

nada. Pois bem: fez-se um trabalho de planejamento que, bem ou mal, chegou ao fim , trabalhando com os erros corrigidos. E isso, Golberi... 1953.

L.H. - O professor Gudin, que visceralmente contra essa idéia de planejamento, alguma vez chegou a fazer na escola conferências sobre economia?

A.M. - Não, não fez, não sei por que razão. Eu quero muito bem ao Gudin, somos velhos companheiros de música, como sou também do Otávio Gouveia de Bulhões. Somos companheiros de orquestra sinfônica. Vamos a concertos e pego o Bulhões pelo braço, para descer a escada; a dona Iolanda me cede a vez para poder ajudar...

L.H. - Mas ele não chegou a ir escola nesse período?

A.M. - Não. Nós sentíamos que sem planejamento, a coisa não ia. Mas, até onde se pode ir ou não, eu não sei. Uma coisa, eu garanto: é preciso ajustar. Não é o que está sendo feito, não. Sinto que a coisa está sendo dirigida sem um plano. Plano é plano e só se modifica quando se sente que é necessário mudar.

L.H. - Mas agora o senhor acha que a coisa está...

A.M. - está meio...

L.H. - Meio sem rumo?

A.M. - Bom, isso aqui é uma coisa pessoal, moderna, da conjuntura de hoje. Nós estamos na conjuntura de 1953.

Mas, então, terminou o ano de 1953, doido, mas com felicidade, porque cumpriu-se o programa.

Nos anos de 1954, 1955 e 1956 esse currículo foi sendo lentamente ajustado para chegar, com pequenas modificações, ao que ainda existe hoje na Escola Superior de Guerra.

A.C. - O senhor acha que a escola hoje guarda o espírito da sua origem?

A.M. - Aquele currículo ainda está em vigor hoje.

L.H. - Não o espírito de origem, o espírito de 53.

A.M. - O espírito de 53.

A.C. - Origem, no seu sentido mais amplo.

A.M. - Origem, em termos. Currículo... Cortou-se a formulação, que foi incluída na doutrina. Depois, entrou a conjuntura, o planejamento e, conseqüentemente, as viagens, etc. Agora, a característica fundamental: o ano começa com tudo programado, do primeiro ao último dia; e cumpre-se o programa do primeiro ao último dia. Uma viagem programada é: acorda-se às quatro horas da manhã , às cinco sai-se, às seis não-sei-o-quê, às tantas se está no hotel. Isso tudo cumprido religiosamente e procura-se manter essa tradição. A escola é

de um rigor louco nos horários.

L.H. - O marechal Cordeiro nos contou que nos primeiros anos da escola havia um horário rígido já programado etc; mas algumas datas eram deixadas mais ou menos flexíveis para que pessoas importantes que visitassem o país pudessem...

A.M. - Exatamente. Quando se faz o currículo, há dias que se deixam em branco.

A.C. - E as viagens ao exterior?

A.M. - Isso foi depois que eu saí da escola. Eu fiz muitas viagens pelo Brasil. Não cheguei a fazer nenhuma ao exterior, de maneira que não tenho a menor experiência.

L.H. - Mas o senhor acha que elas são enriquecedoras para a escola? São necessárias?

A.M. - Eu não posso dizer. Não tenho experiência. Aparentemente, devem trazer vantagens e, também, uma perda muito grande de tempo. Então, o que compensa aí? A vantagem ou a perda de tempo? Eu, por mim, sou tendente a não se fazer essas viagens, mas isso não quer dizer que eu, amanhã, estudando a fundo o problema, não chegue a conclusão diferente. Isso é um sentimento, mais do que outra coisa.

Eu contei, então, a fase pedagógica da escola. Fase pedagógica que eu vivi junto com um grupo de companheiros excepcionais. Ficamos amigos até hoje. Nós todos adquirimos uma solidez de amizade que passou pelos anos, pelos maiores problemas e por divergências, inclusive. Mas esses problemas não afetaram nosso relacionamento.

Vocês devem se lembrar das divergências do Rodrigo, no fim da vida, com o governo. Nem por isso deixou-se de ser amigo. Antes do Rodrigo morrer, eu tinha tido um "pega" com ele e ele mesmo veio a mim, depois, pedir desculpas. Mais tarde, as coisas evoluíram, minha mulher era muito amiga da Celeste, a mulher dele, uma criatura formidável. Eu estava em casa quando recebi a notícia: morreu o Rodrigo. Eu bati o telefone para o Ernesto, que já não era presidente. Disse: "Ernesto, acabei de saber da morte do Rodrigo." E ele: "Muricy!..." Então comentamos. Bati o telefone para o Golberri: "Golberri, o Rodrigo morreu." Todas as divergências ficavam abaixo daquela amizade e todos nós sentimos profundamente a morte do Rodrigo, que era um homem bom.

A.C. - O senhor falou em divergências doutrinárias com ele - que são normais, nessas coisas. Mas, por curiosidade, o senhor poderia falar sobre isso? Que tipos de alternativas havia? Que problemas gerais se colocavam?

A.M. - É muito difícil... 1953 para 1981, quantos anos faz? São 28. Então, para descer a pormenores, era preciso que realmente eu tivesse uma memória ultraprivilegiada...

A.C. - Mas, às vezes, poderia ser, por exemplo, o planejamento, ou o problema da concepção de guerra ou o problema constitucional...

A.M. - Eram coisas desse estilo. Na briga entre o Rodrigo e o Geraldo, fiquei com o Geraldo. Era uma questão da maneira de formular o conceito estratégico: se o primeiro passo era esse ou aquele. Ele pensava que era esse, o Geraldo que era aquele e eu fiquei do

lado do Geraldo.

L.H. - O senhor acha que o Geraldo tinha um pensamento mais avançado?

A.M. - Exato... Então, vamos terminar por hoje e recomeçar na semana que vem, entrando em outro aspecto: o político e o período que eu estive na Escola Superior de Guerra.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - O aspecto político nunca prejudicou a ação de trabalho da escola, a não ser naquelas fases mais bravas. Esta também é uma coisa que eu faço questão de ressaltar, porque...

*8ª entrevista:* 18.03.1981

L.H. - General, antes de iniciarmos essa sessão, estávamos conversando a respeito dos métodos de trabalho na Escola Superior de Guerra.

A.M. - Eu estava dizendo que os métodos de trabalho na Escola Superior de Guerra eram os mais modernos, naquela ocasião. Houve o aproveitamento de métodos, principalmente o Dewey, e a orientação do Exército americano. O Exército americano avançadíssimo. Quando estive em Leavenworth, aprendi muita coisa de metodologia de ensino. Mais tarde, trouxe para a Escola de Estado-Maior, quando eu era instrutor, uma porção de pontos que aprendi lá. E, finalmente, na Escola Superior de Guerra, encontrei uma documentação e um método já existente e tratei de fazer com que ele fosse melhorando a cada dia.

Em 1951, quando eu cheguei, o encarregado da matéria era o Mamede. De 1952 a 1955 foi eu quem deu o assunto, fez a apresentação e as demonstrações de diferentes tipos aos estagiários, melhorando ano a ano e procurando, principalmente, metodizar e enxugar as palavras eruditas. Há muitas pessoas no Brasil que não sabem trabalhar em equipe e, para ensinar, é preciso dizer as coisas de uma maneira simples. Eu aprendi que só as coisas simples constróem. Normalmente, o meu linguajar o mais chão do mundo.

A.C. - Essa sua experiência em Leavenworth, o contato com o Exército americano reforçou muito sua formação anterior, de Dewey, e de todos os educadores modernos...

A.M. - Ah, não tenha dúvida. Eu tive esse contato muito grande, melhorei e mais tarde continuei. Inclusive, na Escola Superior de Guerra, encontrei uma documentação trazida pelos americanos, que tinham estado na National War College. Analisei essa documentação sintetizei-a ao máximo, dentro desse fascículo que estou trazendo como amostra. Ainda está com anotações a lápis de várias coisas que eu preparava, e fazia a correção no ano seguinte. O princípio da escola é não parar. É possível aperfeiçoar tudo. Então, ano a ano esse documento foi sendo aperfeiçoado.

Eu estava dizendo que todo mundo tem um pouco de vaidade; eu também tenho. Então, ao terminar um desses anos – 1953, 1954 ou 1955 – em que apresentei os métodos de trabalho, um dos estagiários, que era um grande professor, veio me dar os parabéns e dizer que não sabia que tinha um colega de origem militar tão importante. Dentro da escola encontrava, em qualquer lugar, ele me apresentava como um grande pedagogo.



L.H. - E quem era ele?

A.M. - O nome de repente me fugiu, mas eu direi.

Também estou trazendo essa conferência sobre áreas estratégicas que fiz em 1955. Não que o assunto seja interessante, mas importante ver que, primeiro, era um assunto que a escola estava desbravando, porque não havia grandes... Havia notícias: "Na área estratégica..." Mas ninguém sabia o que era. Então, esse assunto foi sendo estudado em 1951, pelo Cordeiro; em 1952, pelo general Ribas; em 1953, pelo Golberi; em 1954, pelo Domingos e em 1955, por mim. Cada um foi botando um tijolo. Dessa maneira, no fim de algum tempo, o estudo de áreas estratégicas estava mais ou menos bem equilibrado, conhecido e, principalmente, com muitas idéias. Aí entra também o debate do ano anterior. Os debates enriquecem a conferência que vai ser feita no ano seguinte. Dentro disso, a doutrina vai melhorando, ano a ano, e, como este um dos aspectos da doutrina de segurança, ...

[FINAL DA FITA 19-B]

A.M. - ... eu trouxe a conferência porque todo mundo pensa que a doutrina de segurança nacional é meter na cadeia. Não tem nada disso. Também, quando se fala em SNI, pensa-se em prisão, e não é. SNI é um órgão de informação, para que o governo possa decidir. Mais nada. Então, o SNI entra em todas as áreas de atividade de segurança – que são todas as áreas do país – focalizando aqueles pontos que o presidente precisa conhecer para poder agir. Era isso que eu tinha a dizer.

L.H. - Um dos objetivos da Escola, como o senhor estava nos contando tão bem na sessão anterior, era a formulação de uma doutrina de segurança nacional. E também havia a idéia de, eventualmente, fornecer quadros para o governo. Ora, nós estávamos na década de 50. E essa década foi bastante adversa para esse tipo de formulação. Então, general, como que se dava essa idéia de fornecer quadros para o governo, e eventualmente receber estagiários do governo, num governo que era politicamente contrário à Escola Superior de Guerra?

A.M. - Por uma razão muito simples: a Escola Superior de Guerra, como escola, era absolutamente apolítica. Como já contei, eu assisti um deputado da UDN analisar os partidos políticos e colocar a UDN com todos os seus defeitos, compará-la com o PSD e mostrar também os defeitos e as vantagens do PSD. Fez isso com uma tranqüilidade absoluta. A escola não impõe pontos de vista. Ela apresenta opiniões, que cada um, depois, aceita ou não. Eu vi um dos maiores amigos de Getúlio, seu comensal, deputado... acho que era o Mário Palmério, que depois escreveu...

L.H. - Chapadão do Bugre...

A.M. - Exatamente. O Mário Palmério, que se tornou depois muito meu amigo, fez uma análise dos problemas da estrutura do governo, naquele momento, com todos os defeitos que ele via de perto. E também mostrou as vantagens que a oposição ao presidente Getúlio tinha, naquele momento.

Então, o que havia lá, na escola era uma completa independência. E mais: a escola ia buscar os seus estagiários nos diferentes ministérios e órgãos, mas nunca indicou os

nomes. Pedia: "Indiquem tantos elementos". Então, os elementos indicados dos ministérios eram os ligados ao ministro, ou seja, ligados ao governo. Dessa forma, muita gente do governo e muita gente contra o governo estava dentro da escola.

A.C. - Mas essa lista passava pelo Estado-Maior?

A.M. - Passava, já numa fase quase que final. Não havia vetos, propriamente. Os vetos era mais de experiência funcional, para evitar que viessem pessoas não-categorizadas. Nós tivemos casos de estagiários que trancaram a matrícula, porque não se sentiram em condições de acompanhar o curso. E eram homens que tinham boa situação no *rank* governamental.

A.C. - Quer dizer que o Estado-Maior se preocupava mais com o nível, com a qualidade dos estagiários do que com a sua filiação política.

A.M. - Nunca se perguntou a ninguém o que pensava. Este foi um princípio que o general Cordeiro estabeleceu, orientado pelo EMFA: nunca perguntar a opinião política.

Em 1954, na escola, no mesmo auditório, como estagiários, estavam Carlos Lacerda, adversário do governo, e dois ou três deputados grandes defensores do governo.

A.C. - Carlos Lacerda foi estagiário?

A.M. - Foi. Quando o Lacerda foi ferido, ele era estagiário de tempo parcial. Era dos que não tinham tempo, como já expliquei, e que faziam estágio...

A.C. - Carlos Lacerda, justamente em 1954, na Escola Superior de Guerra, junto com membros do governo: como que isso não provocou uma explosão nas discussões acadêmicas?

A.M. - Porque nunca se debateu política partidária. E esse era assunto proibido dentro da Escola. Lá cada um tinha liberdade completa de pensamento e ninguém coagia ninguém. Se tinha que debater, era no auditório, dentro de uma metodologia; não era discussão, era debate. Então, há uma inscrição, e dentro da inscrição cada um formula a sua pergunta e a lê, para não se alongar; o conferencista responde sobre aquele assunto; se o assunto sai da matéria, o encarregado diz que é impertinente e corta a pergunta.

Dessa maneira, pôde haver todo tipo de convivência dentro da escola.

L.H. - Mas, de outro lado, vimos que a Escola funcionava no próprio prédio do Ministério da Guerra, no forte, e o primeiro comandante da escola foi o Cordeiro, quando no Ministério da Guerra, a partir de 1951, estava o Estillac, que o derrotou no Clube Militar etc. A escola, ou o Cordeiro, sofreu algum tipo de represália?

A.M. - A escola, nunca! Isso que preciso entender bem. A Escola Superior de Guerra era um organismo voltado exclusivamente aos problemas nacionais e, principalmente, aos problemas dos objetivos nacionais permanentes ou atuais, dentro da orientação da doutrina. A escola nunca se afastou desse ponto de vista – nunca –, embora nós, pertencentes ao corpo permanente, onde havia elementos contrários e a favor do governo, também

tivéssemos o nosso ponto de vista pessoal e tivéssemos atuações. Nunca, entretanto, agíamos como escola, que foi sempre muito independente.

Na fase depois do atentado ao Carlos Lacerda, a coisa se inflamou demais. Então, interferiu um pouco nos trabalhos da escola. Mas quero chamar a atenção para o fato de que os trabalhos da escola eram uma coisa e o trabalho individual, político ou coisa que o valha, de membros da escola era outra, completamente diferente.

A.C. - Pelo que o senhor nos relatou, os assuntos também eram bastante neutros, na maior parte das vezes. Educação...

A.M. - Exatamente. E mesmo para a parte conjuntural, ia-se buscar aqueles que melhor pudessem expor o assunto, porque o que importava à escola era que o estagiário e a própria escola ficassem conhecendo a conjuntura, para depois montarem trabalhos de grupo, independentemente de partidos.

É a tal coisa, no momento atual. Está-se discutindo as prerrogativas do Congresso. Não pelo lado do governo ou contra o governo... É o Congresso. Então, nesse momento, esqueçamos os partidos para ver o órgão.

A.C. - Aí, no caso, seria, por exemplo, saber um pouco mais sobre como funcionam os congressos dos diversos países do mundo, qual a função histórica do Congresso Brasileiro...

A.M. - Exato.

Talvez encontre, na minha documentação, um exemplo de currículo de um ano qualquer, para vocês poderem sentir como que as conferências se enquadram nisto. Elas dão uma clara concepção de que a escola é absolutamente afastada do problema...

A.C. - Mas, havia uns dois ou três assuntos muito delicados, que a escola provavelmente atacou de frente e que devem ter provocado discussões um pouco mais acaloradas, ou pelo menos mais polêmicas. Um, que o senhor mencionou, foi o petróleo.

A.M. - Existia o problema do petróleo. Nos anos de 1951 e 1952, nós também tínhamos o problema na escola. Isso foi quando o Estillac estava no Clube Militar, porque depois o clube foi recuperado por nós, digamos assim, com a eleição de Etchogoyem e Nelson de Melo – um foi para a presidência e o outro para a vice-presidência e aí eles conseguiram segurar o touro pelas guampas. Mas o problema do petróleo nunca inflamou o auditório. Nunca. Quando se discutia o problema, o conferencista dizia: "É vantagem manter o monopólio, por isso ou por aquilo." Quando ele acabava, o debate começava, e o debatedor apresentava seus pontos de vista e, principalmente, os argumentos. E quando isso acabava, não havia mais debates, não havia polêmica.

O que é preciso verificar bem é que na escola não há polêmica. Debatem-se os assuntos e, principalmente, colecionam-se idéias. Mas, cada um forma a sua consciência e ninguém interfere sobre ela, nem pressiona.

Este é um aspecto que veio do início, trazido, principalmente, pelo Cordeiro e, pelo que eu sei, continua até hoje. Inteirinho.

A.C. - Este foi um ponto no qual o general Cordeiro insistiu muito?

A.M. - E foi um ponto de honra para todos nós. Basta dizer que vivemos esse período todo e a escola não se desviou um centímetro da orientação traçada. Vivemos anos muito agitados, principalmente, 1954, e não tivemos problemas dentro da escola.

A.C. - O general Cordeiro nos falou de uma conferência do João Neves da Fontoura.

A.M. - Nesta eu ainda não estava. Foi em 1950.

A.C. - Esse foi um outro assunto que mexeu muito com as pessoas: o problema dos acordos militares com os Estados Unidos.

A.M. - Exato... Mas eu ainda não estava na escola. Foi em 1950, eu ainda estava no Ministério da Guerra com o Canrobert. Li a conferência, mais tarde, quando tive necessidade, mas não assisti a ela. Não tenho a menor interferência nisso.

L.H. - A escola propriamente dita se mantém afastada desses problemas todos. Mas, e os membros do corpo permanente?

A.M. - Cada um tinha a sua idéia, mas nós, dentro da Escola, como fazemos dentro dos quartéis, não conversamos política.

Se alguém for a um quartel em meio à crise mais aguda no governo, não ouve falar em política: a não ser, naturalmente, na hora do almoço. É um dos pontos altos da disciplina militar não debater assuntos políticos dentro do quartel. E não sendo o assunto debatido dentro do quartel, também não é dentro dos estabelecimentos militares.

A.C. - Mas na hora do almoço...

A.M. - Temos um grupo que depois vem e continua sempre... E os problemas vão aparecer. Mas são as pessoas, nunca a escola.

Por exemplo: o problema do petróleo estava acirrando todo o Brasil. Horta Barbosa, que era um homem decente, defendia o petróleo. A questão do petróleo, inicialmente, foi apresentada com a possibilidade de pesquisa e refino por todo o mundo. Depois, com a campanha do "Petróleo nosso" que se fez a Lei n. 2004, que deu o monopólio ao governo. Então, esses assuntos – convém, não convém – foram tratados no ciclo. Houve uma ou duas conferências sobre o problema do petróleo e tocou-se para adiante. Ninguém mais pensou em petróleo. A escola não pensou mais em petróleo. O que não quer dizer que não nos preocupávamos com a agitação, o ir para a praça pública, o Humberto Freire escrevendo na Revista do Clube Militar e a revista dando difusão dentro do Exército, criando problemas, o Estillac estimulando a infiltração comunista dentro do clube... Conversávamos sobre tudo isso, mas quando estávamos sós, longe de todo mundo, naquele circuito pequeno, "dentro dos círculos". Nós éramos coronéis, não íamos conversar com generais.

L.H. - E os coronéis já começaram, nessas conversas, a preparar algum tipo de estratégia para retomar o clube?

A.M. - Ah, imediatamente. Foi quando se começou a se esboçar a Cruzada Democrática. Nós já tínhamos lutado com aquela eleição em que o Cordeiro perdeu. Naquela ocasião, eu ainda estava no gabinete. Fomos arrebanhar os companheiros à última hora, para eleição, mas perdemos.

L.H. - A que o senhor atribui a derrota do Cordeiro?

A.M. - Falta de preparação. Em matéria de eleição no clube, naquele tempo, ganhava quem melhor se organizasse. E os elementos ligados ao comunismo e os comunistas do Exército eram organizados. E nós, como democratas, sempre fomos como o democrata é: desorganizados, deixando tudo correr ao sabor, porque acha que o valor de uma idéia, por si só, é o necessário para vencer qualquer causa. Perdemos.

Sáímos do Quartel-General para buscar A, B... para votarem no Cordeiro. Mas tudo foi em cima da hora. O problema nunca apresentado com o aspecto de comunismo. É o problema do petróleo, o problema do nacionalismo, o problema de não sei o quê, que são uma idéia sadia, desde que não ultrapasse certos limites.

Quem que não é nacionalista, no sentido de patriota, de querer o bem do Brasil? Eu, por exemplo, sou um homem que acha que há, nesse problema das multinacionais, um excesso de má interpretação. Eu acho que a multinacional existe, o que nós devemos nos defender, para que ela não venha a nos prejudicar. Mas que ela pode vir aqui, pode. E temos uma porção delas, que não nos criam o menor problema. Temos agora um exemplo típico de má interpretação do nacionalismo no caso Jari.

Daniel Ludwig, um homem extraordinário! O que ele fez, lá na Amazônia, fantástico! Gritaram contra ele e eu dizia: "Mas que loucura..." Agora ele está querendo entregar Jari, e não há capital particular no Brasil capaz de comprar a parte que ele quer vender. Então, o Bueno Vidigal e outros estão se juntando para comprar uma parte do bilhão de dólares que o Ludwig colocou lá.

O falso nacionalismo é um perigo. Naquela ocasião, então, havia um falso nacionalismo louco! Mas queríamos conservar a cabeça fria, botar as coisas nos eixos. Então, nós, fora das atividades escolares, discutíamos o problema brasileiro. Sentíamos a maré montante do comunismo e a enfrentávamos. Nós já a vínhamos enfrentando. Sempre fizemos parte de um grupo de posições muito firmes, do lado democrata, assim como havia um grupo muito firme do lado das esquerdas. E a massa no meio, conforme o hábito, indiferente ao problema, sem ver a gravidade do que estava se armando. Tudo isso uma questão de perspectiva. Muita gente não viu que estava se preparando um temporal, que estourou em 1964. Só lá é que terminou.

A.C. - Esse temporal começou em 1954/1955, não foi?

A.M. - Começou de trás! Eu já falei que em 1931 fui convidado para entrar... lá já havia infiltração comunista.

A.C. - Mas, com os expurgos de 1935, 1937, isso se acalmou, não foi?

A.M. - Não. Quando fui instrutor da Escola de Estado Maior, entre os meus melhores alunos estava um homem de idéias esquerdistas, que acabou cassado, reformado: o Cunha Melo. Excelente aluno! Foi o primeiro aluno da turma, na frente do Geraldo Menezes

Cortes, que foi o segundo.

L.H. - De qualquer forma, a sensação que eu estou tendo é de que vocês consideravam a retomada do Clube Militar como uma espécie de símbolo.

A.M. - Era fundamental, porque era uma cátedra. Da mesma maneira, o clube era utilizado pelos comunistas para difusão de idéias de esquerda. Eles nunca faziam as coisas às claras. Mais tarde, tive que fazer uma conferência sobre a guerra revolucionária, mostrando a técnica de domínio da sociedade: da mesma maneira que os esquerdistas tinham esses órgãos, nós precisávamos ficar de posse deles, para manter as idéias democráticas e, principalmente, para impedir que os esquerdistas fizessem o seu proselitismo.

L.H. - O que representa o Clube Militar para o Exército? Que importância tem?

A.M. - O Clube Militar adquiriu, com o tempo, uma conotação de não só um órgão de apoio ao militar, não só na parte de recreação, de lazer, mas na parte de assistência. O clube Militar tem: uma seção de assistência financeira, de pecúlio; uma alfaiataria; um parque aquático; sala de massagens; campo de esporte; uma porção de coisas que permitem ao militar... Tem reuniões sociais, um meio de congregar as senhoras, fazendo cursos: dá aula de inglês, costura, canto... Tem uma porção de atividades que são comuns em quase todos os clubes.

Mas, além disso, como era um órgão dos oficiais, era também um lugar de reunião para debates dos problemas que estavam chocando o Exército. Quando tivemos o problema dos "rabanetes" e "picolés", foi no Clube Militar que nos reunimos, para sabermos o que fazer para não sermos prejudicados. Já contei isso. Anteriormente, em 1922, quando veio aquela campanha contra o governo, houve uma reunião no Clube Militar. O governo resolveu, depois, fechar o Clube Militar e prender o Marechal Hermes, que era o presidente do clube. E eu, aluno do Colégio Militar, via o Clube Militar como um símbolo. Ele veio adquirindo uma conotação simbólica, de um órgão onde o pensamento dos militares poderia ser apresentado e influir na vida da nação: uma tribuna fora dos quartéis. Já que nos quartéis não se fala em política, o Clube Militar era um meio, não de se falar em política, mas de se ter uma atitude política. Falar é sempre perigoso, mas agir nem sempre [risos].

A.C. - Era um termômetro das crises também, porque quando tudo estava bem, o clube passava despercebido.

A.M. - Mas nós mesmos fomos sentindo esse problema e procuramos reagir, trazendo o clube novamente para as mãos dos democratas, porque ele tinha sido apanhado pelos comunistas ou pára-comunistas. Voltamos, então, para criar – e criou-se – a Cruzada Democrática. Havia a chapa azul e a chapa amarela. A chapa amarela era do pessoal de lá e a chapa azul da Cruzada Democrática, que foi até a revolução.

A.C. - Como que ocorreu?

A.M. - Por esse motivo. Quando o Estillac foi eleito e colocou o Clube Militar na direção dos comunistas, ou dos esquerdistas, sob a capa de "O petróleo nosso", sentiu-se a necessidade de recuperar o clube. Nessa ocasião, eu já estava na Escola Superior de

Guerra. Então, trabalhávamos para conquistar os companheiros, tanto do grupo que estava na escola quanto dos que estavam fora dela. O trabalho era dentro do Exército, principalmente. Não era dentro da escola, porque, inclusive, a escola é fora do Exército.

L.H. - Claro, mas o que eu queria saber é se esse grupo que conversava e que decidi retomar o clube era mais ou menos o mesmo que trabalhava com o senhor na escola.

A.M. - Era ligado a esse grupo. Eu já vou chegar ao problema, quando entrar no problema do Memorial dos Coronéis. O Memorial dos Coronéis é uma consequência.

Nós, naturalmente, continuamos a ter contato com o Exército. Vamos constantemente ao Ministério, temos contato com os companheiros, com os amigos. Através da vida, vamos conhecendo muita gente. Então, começamos o trabalho de proselitismo. Alguns elementos, que são normalmente mais andejos que outros, vão, procuram, levam e trazem informações... Então, não precisamos ter o contato direto para sabermos o que está acontecendo nas diversas áreas. E, dentro disso, foi-se fazendo uma consciência, para que pudéssemos vencer as eleições.

A.C. - Esta foi uma iniciativa que partiu, basicamente, dos coronéis?

A.M. - Não. Isso aí partiu de vários postos dentro do Exército. O problema dos coronéis é outra coisa. Estamos falando na reconquista.

A.C. - Pessoas como o general Canrobert estavam envolvidas?

A.M. - Cada coisa a seu tempo. Estamos falando na reconquista do Clube Militar, uma condição que julgávamos indispensável para evitar a comunização dentro do Exército, a continuação da propaganda que vinha sendo feita através da Revista. Há um célebre artigo do Humberto, que causou uma celeuma. Eu o tinha, até pouco tempo; depois perdi essa revista. O artigo causou celeuma e foi aproveitado ao máximo para a difusão de idéias esquerdistas.

L.H. - Foi a questão da Guerra da Coréia?

A.M. - Não.

A.C. - Esse foi um dos temas... O petróleo e a Guerra da Coréia.

A.M. - Foi. Então, sentimos a necessidade de retomar o clube. Nessa retomada, formaram-se grupos. Não são os que têm mais representatividade que ficam à frente desses movimentos. Geralmente, são elementos de gabarito, com capacidade de movimentação. São os andejos. Podem ir para cá e para lá, podem conversar, podem aglutinar...

Por exemplo, lá na escola, quem fazia a movimentação era o Mamede. Ele é quem geralmente ia ao Quartel-General e ao Estado-Maior, para onde depois foi o Ademar de Queirós, como chefe do Estado Maior; e onde estão o Kruel e o Castelo. Mas o Castelo se abstinha de se envolver nesses problemas; era muito fechado.

L.H. - E o senhor nos disse que o Mamede era muito habilidoso; na própria discussão na

escola ele aparava as arestas...

A.M. - Muito, muito. Então, o Mamede tinha os contatos. Ele era o chefe do departamento de estudos. Então, quando chegávamos no departamento, conversávamos antes do trabalho e ele dava as informações: "Eu soube disso, daquilo." Eu, por minha vez, tinha as minhas ligações, então eu contava: "Eu soube disso." Então, nos mantínhamos informados através dessas conversas.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Isso vai formando aos poucos uma consciência coletiva. Quem quer construir depressa derruba o edifício.

L.H. - O Lacerda, em 1954, era estagiário da escola. Em seu depoimento, ele conta que, por volta de 1952, ele começou a ter contato com os coronéis Golbery, Mamede etc. O senhor presenciou esse início de contato?

A.M. - Eu tive conhecimento, mas foi tudo muito ligeiro. Esse contato do Lacerda era mais superficial. As coisas cerram mais tarde, depois da morte do Getúlio, principalmente depois da indicação do nome do Juscelino para a presidência. Aí é que a coisa começa a tomar um outro aspecto e vai até o 11 de Novembro. Aí é outra situação. Nessa fase, a escola e nós dentro dela não tínhamos um contato direto fora do Exército. Tínhamos contato dentro do Exército: primeiro, com a tentativa de recuperar o Clube Militar; depois, com a tentativa bem-sucedida de eliminar certos elementos, dentro do governo, que poderiam levar à socialização, à esquerdização do país.

Getúlio volta politicamente fraco. Não é o mesmo homem. Esta foi a sensação que todos nós tivemos. Em seu segundo governo, Getúlio é mais dominado do que dominante. E, dentro disso, se formam certos grupos de posição esquerdista. No Ministério do Trabalho, o nosso amigo Jango é levado para lá. Um ilustre desconhecido, um homem que conhecia muito bem fazenda e gado, mas não política, foi para o Ministério do Trabalho. Começou a fazer um trabalho demagógico, não sei se orientado por Getúlio, que era um homem muito hábil e que conseguiu essa coisa única no mundo: ser presidente de dois partidos antagônicos, o Partido Trabalhista, de um lado, e o PSD, de outro.

Mas, dentro da orientação do trabalhismo, ele colocou...

[FINAL DA FITA 20-A]

A.M. - Um homem seu, mas um homem despreparado, que foi rapidamente dominado pelos que o cercavam e, principalmente, pela ala esquerdista do Brasil. Eles sentiram o ponto fraco do governo e aí procuraram se instalar.

A.C. - Havia a sensação de que o Ministério do Trabalho estava infiltrado?

A.M. - Eu estava absolutamente convencido disso. E continuo convencido.

Então, nessa ocasião, é que surgiu o Memorial dos Coronéis. Publicou-se ou tomou-se conhecimento disso no início de 1954, se não me engano.



A.C. - Foi exatamente em fevereiro de 1954...

A.M. - ... que teve divulgação.

A.C. - Mas é uma resposta à Lei do Salário-Mínimo?

A.M. - Nada surge de repente. O parto acontece sempre depois de um período fatal de gestação. E o período de gestação foram esses dois anos de luta contra o comunismo. Foram a infiltração no Ministério do Trabalho e a necessidade de enfrentar a fraqueza que o Getúlio apresentava dentro do governo...

A.C. - O primeiro ponto foi o Clube Militar?

A.M. - Exatamente. A exacerbação dos choques de direita e esquerda.

L.H. - Uma vez retomado o Clube Militar, partiu-se para um outro objetivo. Qual seria?

A.M. - Exato. Mas vamos voltar ainda à retomada do Clube Militar. Em 1952, apresentamos os nomes de Etchegoyen e Nelson de Mello, que venceram. Em 1954, procuramos consolidar essa vitória, apresentando nomes de maior receptividade no meio militar. Para isso, procuramos o Canrobert e o Juarez: o Canrobert, porque era realmente um líder apolítico; e o Juarez, porque era um homem de tradição revolucionária e que estava ligado à política contra a situação do momento. Em torno desses dois nomes era possível fazer uma campanha de construção.

Nas eleições de 1952, a chapa amarela usou mão de todos os recursos – o que foi uma das causas da derrota do Cordeiro. Ela, inclusive, lançou mão dos QAOs, os oficiais dos quadros ordinários, provindos de sargentos, portanto, uma massa muito flexível nas mãos dos chefes. Esta foi uma das razões da derrota, e mais: como o Clube Militar permitia a entrada de oficiais de todas as armas, a chapa amarela foi buscar na Marinha os suboficiais, provenientes do quadro de sargentos. Então o Clube Militar...

A.C. - Eram subtenentes?

A.M. - Eram subtenentes e ex-subtenentes. Gente do QAO (Quadro Auxiliar de Oficiais) no Exército, e oficiais provindos dos quadros de sub-oficiais na marinha. Eram elementos provindos do curso de sargentos, que podiam ir até capitães.

Esse pessoal foi jogado como sócio dentro do Clube Militar e sobre ele não tínhamos...

L.H. - Foi feita, uma campanha de filiação em massa dessa gente.

A.M. - Exato. Depois, houve um problema grave, porque o Clube Militar subentendia oficiais de carreira e chegou-se ao ponto de haver mais oficiais fora de carreira do que oficiais de carreira. Houve um desvirtuamento no aproveitamento da grande massa contra a elite.

A.C. - Houve uma inversão da hierarquia.

A.M. - E contra isso fomos lutar e começamos a ter a necessidade de chefes capazes de polarizar a atenção... E eles sentiram que iam enfrentar um touro miúra dos bons.

A.C. - Qual foi a alternativa da cruzada para 1952 e 1954, já que a chapa amarela estava mobilizando a baixa hierarquia militar? Como se podia neutralizar essa massa de votos?

A.M. - Usando as mesmas armas e procurando elementos que tivessem uma ascendência muito grande sobre o Exército: estas são duas condições fundamentais. Então, começamos também a fazer sócios, usamos as mesmas armas. Depois, isso nos deu um trabalho enorme para, aos poucos, irmos eliminando... Eram rapazes bons, havia muita gente boa, mas que não tinha condições... Inclusive, havia choques de educações muito grandes. O Clube Militar deixou de ser freqüentado por uma porção de famílias, porque começou a haver um... Não que a gente queira, mas não deseja viver num meio que não seja igual ao nosso. Todos nós tentamos... Eu tenho uma porção de amigos que são homens pobres, mas eu não desejo que minha mulher viva no meio de pessoas que não tenham educação, não quero que meus filhos vivam no meio de pessoas que não tenham educação; isso natural. Então, houve uma porção de problemas que tiveram que ser lentamente contornados.

A.C. - Depois houve a necessidade de reequilibrar.

A.M. - Voltar ao *status quo*.

A.C. - No início, a cruzada também procurou arregimentar essas pessoas? Ou não?

A.M. - Não tenham dúvida de que usamos as mesmas armas. A cruzada começou a fazer o trabalho de proselitismo e conseguimos retomar o Clube Militar, colocando o Etchegoyen e o Nelson de Melo, em 1952 (o Cordeiro tinha perdido em 50); e o Canrobert, como presidente, e o Juarez, como vice-presidente, em 1954.

Esta foi a retomada do clube. Depois, veio o outro problema: o Memorial dos Coronéis. Mas este foi um problema praticamente do Exército inteiro. A retomada do Clube Militar foi um problema do Exército e, naturalmente, como éramos elementos com um certo prestígio dentro do Exército, demos também a nossa força, para pesar na balança. Quando eu vou a um lugar e sei que A, B ou C vão no mesmo sentido que eu, fico satisfeito, porque sei que estou em boa companhia. Assim, também, se não acredito em A, B, ou C, eu digo: "Não vou, porque não estou em boa companhia."

E eu conto um exemplo típico de um companheiro da minha turma. Muitos anos mais tarde de eu já ser oficial, apareceu um companheiro dizendo assim: "Muricy, o Cabeda agora está com um banco. Ele faz negócios, ganha-se dinheiro." Eu respondi: "Com o Cabeda eu não vou nem para o céu. Não entro para perder dinheiro, porque não acredito em Cabeda." Esse meu companheiro foi nas ondas e perdeu dinheiro. Então o que digo: com certas pessoas, eu não vou.

Então, isso aconteceu no clube. Hoje o problema é completamente diferente. Já não há mais nem resquícios do passado. Já faz muito tempo. As gerações mudaram.

Mas continuamos, como sempre digo, separando o problema funcional do problema político. Isto era questão de honra. Nunca se levou problema para dentro da escola.

Dentro disso, começamos a sentir a fraqueza do governo Getúlio, o domínio de certas facções, principalmente no Ministério do Trabalho, e começamos a nos preocupar.

L.H. - General, desculpe interromper, mas o senhor disse que era sensação geral de que o Getúlio era outro homem, que ele tinha voltado fraco em 1950 e que não era mais um homem dominante, mas dominado. Ora, o Jango era um rapaz moço, recém-chegado etc. Quem mais teria condições de dominar o Getúlio? O senhor acha que o Jango sozinho teria condições de fazer esse trabalho de manobrar o Getúlio?

A.M. - Não! Ele tinha ao seu lado o Bejo, que era um louco. Ele tinha ao seu lado gente muito boa, mas tinha homens levados pela cegueira política e sem perceber a gravidade do momento comunista.

Uma das coisas graves da guerra revolucionária é o apoio que a sociedade dá aos elementos que a vão destruir, na presunção de que a democracia, por si só, se defende. Se não derem elementos para ela se defender, ela sucumbe: esse ponto fez com que muita gente não fosse sentindo a maré montante do comunismo. Então, Getúlio também foi deixando que a coisa fosse subindo. E, nesse momento, entram os coronéis. Os homens que estavam em contato mais direto com os chefes militares julgaram haver necessidade de dar um alerta aos generais. E o Memorial dos Coronéis teve estas finalidades: dizermos aos nossos chefes que estávamos preocupados com o problema e apresentarmos o quadro que víamos no Brasil.

Naturalmente, há sempre um núcleo central que trabalha nisso. Esse núcleo central se fixou em duas áreas: no Estado-Maior do Exército e na Escola Superior de Guerra. No Estado-Maior do Exército já estava o Fiúza, como chefe do Estado-Maior, e o Ademar de Queirós, como seu chefe-de-gabinete. O Ademar articulava e conversava com os companheiros no Estado-Maior. Ao mesmo tempo, lá na escola, nós conversávamos. Éramos um grupo muito amigo.

Nessa ocasião, o Ernesto havia saído da escola para comandar o Regimento Escola de Artilharia, e depois foi tirado de lá para terminar a Refinaria de Cubatão. Também não estava mais na escola o Geraldo, se não me engano.

A.C. - E o Orlando Geisel?

A.M. - O Orlando não estava na escola. O Orlando assinou o memorial, se não me engano. O Ernesto não assinou.

A.C. - Ele passou pela escola?

A.M. - Passou mais tarde. O Orlando passou pela escola como estagiário simples, não no corpo permanente.

L.H. - O Orlando assinou o manifesto, mas o Ernesto não assinou?

A.M. - Eu tenho essa impressão. O Ernesto não assinou, porque achou que não devia assinar. Mas nós começamos a preparar o tipo de documento que poderia ser feito.

Um belo dia, o Mamede veio do Estado-Maior com o Golberi. Tinham conversado lá com os companheiros e tomaram a decisão de fazer a redação do documento. Como sempre, o Golberi foi escolhido para a redação. Ele era o grande redator da doutrina de segurança, que fazíamos dia a dia. O Golberi é um homem que redige correndo com perfeição. Lança

as idéias perfeitamente. O perigo do Golberi é quando vai burilar. Aí quando entram os cavaleiros manchegos... Aí é que eu digo para ele: "Golberi, por que que você não escreve como fala? Como você escreve lançando a idéia?"

O Golberi expôs o que ele tinha ouvido lá e chegamos à conclusão de que era preciso escrever o documento. Então, debatemos ali, rapidamente, umas idéias e o Golberi sentou e redigiu, de ponta a ponta, o Memorial dos Coronéis. Praticamente sem retoque nenhum, aquele documento levado...

A.C. - Mas esse documento foi debatido por vocês?

A.M. - A redação final foi debatida na Escola Superior de Guerra, já tendo vindo do Estado-Maior. O documento foi redigido lá na escola. O Golberi chegou e...

A.C. - Só por curiosidade histórica: onde, em que sala?

A.M. - Não me lembro mais... Deve ter sido na sala do departamento de estudos, que era do Mamede, porque nós nos reuníamos lá. Já nessa ocasião o Golberi estava no departamento de assuntos internacionais. Mas, em todo caso, essas conversas extra-escola geralmente se davam lá.

L.H. - O senhor se lembra quem que estava lá, nesse dia da redação?

A.M. - O Mamede, o Golberi, eu e, se não me engano, o Newton Reis. Não sei se já há dados sobre isso. O fato é que eu me lembro que o Golberi escreveu. Enquanto ele escrevia, conversávamos sobre outro assunto. Depois, nós debatemos, e o documento foi ao Estado-Maior para que o pessoal de lá tomasse conhecimento. Naturalmente, eles fizeram qualquer ajuste...

A.C. - Quem era do Estado-Maior?

A.M. - Ademar de Queirós, Kruel e outros. O Estado-Maior tem cinquenta ou sessenta oficiais.

L.H. - O senhor acredita que praticamente todos os coronéis do Estado-Maior estavam envolvidos?

A.M. - E mais alguns de fora, de outros departamentos. Eu não tenho mais a relação, mas posso trazê-la na próxima vez. Aí eu mostro onde estavam, mais ou menos. Eu posso, mais ou menos, reconstituir.

A.C. - Em todo caso, as idéias que geraram o Manifesto vieram do Estado-Maior?

A.M. - As idéias saíram da Escola Superior de Guerra e do Estado-Maior. Como nós estávamos mais atualizados na conjuntura, as idéias vieram mais de dentro da escola do que do Estado-Maior. A idéia era conjunta, mas a redação e os assuntos colocados foram mais da escola e da cabeça do...

L.H. - A escola contribuiu mais na redação?

A.M. - Não tenha dúvida.

A.C. - O Estado-Maior não teria sido um órgão que, num certo sentido, deu à escola a idéia de urgência desse manifesto?

A.M. - Quando as coisas passam, todo mundo procura fazer uma codificação, procura fazer.. Nada ocorre arrumado. Tudo desarrumado e depois vêm as ordens, para botarem tudo no lugar. Quando um indivíduo acaba de fazer uma operação, ele faz um relatório. No relatório, ele escreve bonitinho: "Primeiro, foi isso; depois, aconteceu aquilo..." Nada! Uma coisa foi para a frente, depois voltou, depois foi para lá, voltou de novo. Tudo anárquico. O que acontece é que tudo está agindo em torno de uma idéia central. A idéia central existe. O resto arrumado *a posteriori*. Então a coisa sai. O que admirável nesse documento é a precisão e a rapidez com que o Golberi o escreveu: extraordinárias.

A.C. - O que me impressiona também é que, *a posteriori*, vinte anos depois, esse documento é bastante tranqüilo, não dá a impressão de ser uma coisa explosiva como na verdade foi.

A.M. - Agora ele é tranqüilo porque o problema era do momento em que foi lançado e do meio onde ele foi cair. Ele caiu no meio de um Brasil completamente agitado. Tudo isso de que falam por aí é brincadeira, em comparação com aquele ambiente. Aquela ambiente era uma coisa louca. A intranqüilidade era permanente. O Brasil vinha de lutas. Havia uma tradição de choques, de reações, e a necessidade de coordenar... Eram momentos difíceis, e há sempre os exaltados, querendo fazer maluqueiras. Depois, vou contar várias maluqueiras que tive a oportunidade de evitar que fossem feitas. Essas coisas são tremendas.

Então, aquele documento teve uma finalidade: dar aos generais uma base para eles pressionarem o governo, para evitar que a onda comunista subisse.

L.H. - Quer dizer que o gesto dos coronéis era muito mais importante do que o próprio texto?

A.M. - Não tenha dúvida. Agora, o texto caiu... Aí é que vai haver a interpretação. O signatário número um consta como sendo o Kruel. Mas ele não foi o primeiro a assinar. O Ademar, que foi o primeiro, assinou em terceiro ou quarto lugar – não me recordo mais – e deixou o primeiro lugar para o Kruel, que era mais antigo do que ele. Fez isso para valorizar o documento. Eu assinei lá embaixo. O Golberi também. Eu não me lembro mais a ordem em que está. Mas isso aí é interessante trazer...

A.C. - A finalidade foi responder ao aumento de 100% do salário-mínimo.

A.M. - Sabe o que é uma gota d'água? A gota d'água aparece como a causa. Ela foi apenas um elemento a mais, que motivou a água a cair do copo. Aquela aumento do salário-mínimo foi a gota d'água.

A.C. - O senhor disse uma coisa muito importante: esse documento era uma advertência dos coronéis à alta hierarquia militar.

A.M. - Não era advertência. Era alerta. E isso foi um impacto. Fizemos o documento, ele ficou em caráter absolutamente restrito, alguns generais se sentiram ultrapassados. Ficaram indignados com os seus auxiliares imediatos. Com isso, houve uma reação contra o documento no quadro dos generais. Levado ao ministro e ao presidente, o documento causou um impasse: "É um movimento de indisciplina; se é um movimento de indisciplina, nós temos que punir; se temos que punir, como vamos punir? Mas convém punir?"

Os homens que assinaram o documento eram todos bem-colocados junto aos principais chefes do Exército. Então, isso desorganizaria, evidentemente, a estrutura militar. Foi um problema. Por exemplo, tivemos que explicar ao Juarez: "General, isso aqui não é contra o senhor! Isso aqui para ajudar o senhor!" Nós fomos ao Canrobert, que estava no EMFA: "Mas general, isso aqui não é contra o senhor!" Porque eles ficaram... O Canrobert, então, deu um estouro danado...

Ao mesmo tempo, como aquele era um problema de natureza política, houve uma repercussão muito grande, porque caiu no poder da imprensa. E a imprensa começou a explorar o documento. Analisado, à distância, ele é um documento até sereno, porque mostra claramente uma situação, e apresenta até sugestões para solucioná-la, se não me engano, pois há muitos anos que não o leio. Então, a intenção do texto não é de modo a... Mas, aproveitado pela política inflamada da ocasião, o documento cria um caso. E esse caso leva o presidente e o Espírito Santo Cardoso, que era o ministro, se não me engano, na época, a uma solução: "Vamos esquecer. É muito melhor política." Então, não houve nada, apesar de alguns chefes ficarem com um certo mal-estar com relação a seus subordinados e depois alguns até saírem dos lugares onde estavam.

L.H. - Sim, porque se era um documento em que os coronéis alertavam os seus chefes a respeito da situação, era quase como se os coronéis estivessem dizendo que os generais não estavam fazendo nada, estavam apáticos.

A.M. - Esta foi a interpretação que muitos generais deram. E daí o choque. A intenção não foi essa. Mas o documento poderia ser tomado nesse sentido.

A.C. - Mas era isto que estava ocorrendo efetivamente. O grupo de coronéis estava mais coeso em torno de certas idéias, vendo, provavelmente, mais claro certo rumos da política que deveriam ser sustados.

A.M. - De certa forma, isto é verdade. Mas nós, por exemplo... Vamos a um caso típico. Nosso chefe era o Juarez, com quem tínhamos toda a intimidade. Nós tínhamos um chefe no EMFA, o Canrobert, com quem nosso grupo tinha a maior intimidade. Nós tínhamos no Estado-Maior o Fiúza de Castro, que era quase um pai do Ademar de Queirós. E assim em outros lugares. há coronéis que assinaram o documento e que eram inteiramente dedicados aos seus chefes. Então não podia haver...

L.H. - A idéia não foi de insubordinação, mas foi interpretada...

A.M. - Foi interpretada e dava margem a essa interpretação.

A.C. - Quando o senhor fala desses chefes, me parece que o perfil deles é muito próximo de uma grande liderança militar, de chefia, como o senhor disse, e de neutralidade também. Parece que eram pessoas muito prudentes, muito reservadas, para a gravidade da situação.

A.M. - Não. O que há é o seguinte: por formação, o militar é avesso política. Apesar de eu ser considerado um militar político, só vim a tomar posição muito mais tarde, mesmo levando em consideração meu episódio com o Lott, em seguida.

A.C. - Quer dizer, o senhor resistiu o quanto pôde.

A.M. - Eu e o grupo todo. De uma maneira geral, esses homens que assinaram o documento eram militares de formação e com princípios arraigados de disciplina. Mas é que o problema foi crescendo. O Clube Militar nos deixou com uma preocupação com os comunistas, a maré crescente comunista, o domínio da sociedade pelos comunistas. Víamos as autoridades não percebendo o que estava se passando no país. Isso tudo estava nos preocupando. Nós estávamos sentindo que íamos partir para um choque violento, dentro de dez ou vinte anos. Essa maré montante haveria de nos engolfar. Nós tínhamos que enfrentar isso.

A.C. - O Clube Militar foi uma espécie de trauma, não foi?

A.M. - Foi. Isso nos levou a olhar o problema político conjuntural de forma a evitar que o comunismo subisse. Essa foi a finalidade. Queríamos alertar que, através do Ministério do Trabalho, o governo estava sendo infiltrado pouco a pouco.

L.H. - Mas se não houve punição aos coronéis signatários do memorial, pelo menos houve a demissão do Ministro da Guerra.

A.M. - Nessas coisas, conseqüências sempre ocorreram. Como eu disse, houve diversos companheiros que saíram dos lugares em que estavam, porque ficaram incompatibilizados com seus chefes imediatos, embora fossem amigos. Outros permaneceram, os chefes compreenderam. Mas houve problemas desagradáveis. Ao mesmo tempo, houve um grupo de generais que foi ao ministro, exigindo a nossa prisão. O ministro, por sua vez, sentiu que o problema era grave. E o Getúlio, muito mais político, sentiu que a coisa podia tornar-se um problema. Então, partiu para a ação mais persuasória. Entretanto, não se faz omelete sem quebrar ovo. Quebra-se mesmo.

L.H. - A demissão partiu do próprio Espírito Santo ou foi o Getúlio que tomou a iniciativa?

A.M. - Não sei. Não tenho dados para dizer.

L.H. - O senhor acha que essa atitude do Getúlio de ser mais hábil, de esquecer o assunto, porque a punição poderia gerar mais problemas etc, seria uma lição que o Getúlio teve do Manifesto dos Mineiros, em 1943, quando a punição dos mineiros fez a propaganda?

A.M. - O Getúlio foi o mais hábil dos políticos que tivemos nesses últimos tempos. Houve

grandes políticos no Brasil, mas nesses últimos tempos, dos que eu conheci, o Getúlio foi o mais hábil. Ele chegou ao cúmulo de ser presidente de dois partidos de formação antagônica: o Partido Trabalhista e o Partido Social Democrático. Isso mostra a sua habilidade. Ele chegou ao ponto em que era combatido como chefe de governo e estimado como homem. Eu era um desses. Combatia-o como chefe de governo e estimava-o como homem. Não sei direito, mas ele pode ter influenciado. Ele tinha grande sensibilidade. E uma convulsão não o convinha. Se conviesse, estou convencido... Vamos supor que ele estivesse com uma base sólida de controle governamental, capaz de enfrentar a trovoada. Nós teríamos sido punidos. Mas naquela ocasião, ele não tinha.

A.C. - Todo mundo sentia que ele estava sem base.

A.M. - Ele estava sem base, no Exército principalmente. Ele era fraco dentro do Exército. A derrubada da ditadura em 1945 o enfraqueceu muito. Há um exemplo típico: entre as pessoas que o acompanhavam nas viagens, estava o Gashipo Chagas Pereira, meu colega de turma, homem considerado de esquerda, quando não comunista. É daquela turma que nós chamávamos de os "rosas". Esse homem acompanhava o Getúlio para cima e para baixo. Ele estava em licença... Então, começou a haver uma prevenção contra: "O que vem aí no governo do Getúlio?" Ele foi perdendo muito apoio militar.

L.H. - O senhor acha que ele escolheu mal os seus três ministros da Guerra?

A.M. - Ele escolheu pessimamente.

[FINAL DA FITA 20-B]

A.M. - ... O Estillac, como eu dissera, era um homem cheio de restrições dentro do Exército. Não tinha a menor profundidade nem a menor condição de liderança... Foi péssima escolha. Foi uma surpresa para o Exército inteiro, quando o Getúlio escolheu o Estillac para botar no ministério.

A.C. - Quer dizer: para ministro da Guerra, ninguém pode escolher quem quer, mas aquele que representa efetivamente.

A.M. - Ninguém pode escolher quem quer, porque ninguém é dono de um país. O presidente é o representante de uma autoridade, ele está numa posição provisória e a primeira função de um presidente ou de um chefe é olhar pela organização. Ele vai lá para fazer uma administração pelo bem do país. Então, não pode fazer qualquer loucura, porque imediatamente haverá um movimento contra.

L.H. - Como o Espírito Santo e o Zenóbio se colocavam perante o Exército?

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Não. O Getúlio pegou o Zenóbio, na minha opinião, por ser um chefe ligado a ele e que tinha liderança. O Getúlio tinha sentido que o Estillac não dava, porque ninguém acreditava nele, era um homem de esquerda e o ambiente no Exército era democrático.



O Espírito Santo era um homem bom, a quem faltava a energia. O Zenóbio tinha energia, tinha o grupo e era ligado, fiel ao Getúlio. O Getúlio não podia buscar outros elementos que ele sabia que eram contra ele.

A.C. - Então teria sido mais hábil da parte dele ter escolhido como primeiro ministro da Guerra o Zenóbio, porque era da sua confiança e tinha liderança: por onde terminou e não por onde começou.

A.M. - Mas isso já mostra que ele estava sendo pressionado, porque só a pressão justifica a subida do Estillac.

L.H. - O senhor acha, então, que o Zenóbio foi uma tentativa de recuperar um certo prestígio dentro do Exército?

A.M. - Exato. Não digo prestígio, mas força, controle, através do Zenóbio. Essa foi a tentativa do Getúlio, que, aliás, persiste nisso até o suicídio.

L.H. - E o senhor acha que o Zenóbio, além dessas qualidades todas que o senhor enumerou, deteve o controle do Exército nesse período? Ou a coisa já estava num nível tal que nem o Zenóbio segurava mais?

A.M. - Naquela ocasião, só um homem poderia segurar: Canrobert Pereira da Costa, que estava no EMFA e era contra.

L.H. - O Zenóbio manteve o Caronbert no EMFA?

A.M. - Manteve. Aliás, o EMFA independe do ministro do Exército; depende do presidente.

A.C. - Onde funcionava o EMFA?

A.M. - Na praia Vermelha, no Instituto Militar de Engenharia, IME, em frente Escola de Estado-Maior. Era ali, num andar do IME que funcionava o EMFA. A Escola Superior de Guerra era no forte São João. Tudo perto, a cinco minutos de distância.

A.C. - O Ministério da Guerra estava lá longe.

A.M. - Mas nós não tínhamos vinculação com o Ministério, embora diariamente tivéssemos contato com certos oficiais. Tínhamos muito contato. Quando começou a haver a luta no Clube Militar e a mar ascendente do comunismo, nos ligamos uns aos outros, cada um procurou os companheiros, para poder haver coesão. Sabíamos que, se não nos reuníssemos, estaríamos destruídos.

A.C. - O senhor está nos mostrando, com muita força, que o problema do comunismo não foi um pretexto para organizar as pessoas, foi um medo real.

A.M. - Não foi medo, foi uma certeza. Depois, quando chegarmos a 1964, vou mostrar certas coisas, de convicção.

L.H. - O senhor nos falou muito sobre a posição da Escola Superior de Guerra, que tentava, como escola, se manter afastada de tudo isso. De outro lado, o senhor sempre teve, por causa de seu irmão, muitas ligações com o pessoal da Aeronáutica. Como que essas coisas se passavam? O senhor tinha notícias de dentro da Aeronáutica? A sensação que se tem é que a Aeronáutica é mais politizada, não?

A.M. - Meu irmão se afastou da Aeronáutica como tenente-coronel. Ficou doente e saiu, mas as amizades continuaram. E a Aeronáutica, a Aviação Militar, proveio dos próprios quadros normais do Exército. Então, todo pessoal que foi para a Aeronáutica veio do Exército. Por exemplo, o Eduardo Gomes e o Vasco Alves Seco foram tenentes de artilharia. Uma porção de outros também. Só em 1927 que os cadetes saem diretamente dos Afonsos. Ao terceiro ano, os cadetes saíam da Escola Militar para os Afonsos. Mas até 1927 a escola era uma. A chocadeira era uma só. Até a eclosão do pinto [risos] que era o aspirante. Mas as amizades continuaram dentro da escola, que juntou elementos do Exército e da Marinha, tanto no corpo permanente quanto de estagiários, reaproximando uma porção de companheiros que não serviam com a mesma constância que os companheiros do Exército.

L.H. - E quem eram, da Aeronáutica, os que freqüentavam esse grupo e que comungavam das mesmas idéias?

A.M. - Eu estive muito ligado ao grupo do Exército. E, dentro do Exército, a esse grupo de que toda hora falo e que vem sendo meu amigo e conhecido desde que eu era garoto. Fui subindo e encontrando outros, de maneira que esse grupo...

A.C. - Do Mamede, por exemplo, o senhor não falou.

A.M. - Eu já disse: eu o conheci como companheiro na Escola Militar. Eu estava um ano na frente dele. Quando saiu tenente, no ano seguinte, ele foi para a Vila Militar e eu o conheci lá, onde fomos tenentes, embora de quartéis diferentes. aí então apareceram o Juracy, o Siseno... Fazíamos campeonatos entre diferentes unidades e estávamos sempre juntos.

Mais tarde, quando fui para o gabinete do Caronbert, tive novamente contato com o Mamede. Quando fui ser instrutor da Escola de Estado-Maior, em 1942, o Mamede era aluno do último ano. Mantive esse contato, embora não tão cerrado: a amizade existia. Estreitei de vez essa amizade quando fui para o corpo permanente da Escola Superior de Guerra, onde então trabalhamos juntos, lado a lado, todos os dias. Nós já vínhamos, desde o conhecimento, nos encontrando e reencontrando, sem perder o contato, mas nunca nos aproximando demais. Não tivemos oportunidade, cada uma numa arma diferente. Nós fomos nos encontrar por mais tempo na Escola de Estado-Maior, onde eu era instrutor e ele aluno do último ano – não foi meu aluno, mas estávamos sempre lá – e na Escola Superior de Guerra onde, aí, éramos companheiros de trabalho, sentados lado a lado e discutindo os problemas.

E mais: o Mamede é daqueles promovidos por merecimento, depois da Revolução de 32. Ele era o mais moderno de escola e o mais antigo na carreira. Ele era o chefe do grupo do

departamento de estudos. Conversávamos e discutíamos os assuntos, o Mamede tinha uma certa liderança nesse grupo. O mais antigo, quando tem capacidade de liderança, naturalmente se torna líder.

A.C. - E onde andava o Siseno nessa época?

A.M. - O Siseno sempre foi um homem de ação e pouca cabeça – desculpem –, então, ele nunca se projetou no Exército pelo lado intelectual. Era um bom aluno, mas na meia-água. É um oficial de meia-água... não chamado para exercer certas funções... Eu fui chamado para uma área de ensino na qual o Siseno nunca esteve. Esses outros companheiros meus estiveram sempre mais ou menos ligados à área de ensino, que é a que verdadeiramente forma os chefes militares. Dos chefes que têm aparecido no Exército, 90% foram instrutores. Foram bons alunos e instrutores. Aqui ou ali, há exceções, mas são muito poucas.

Dessa maneira, sem querer, vai-se formando aquilo que é uma verdade mundial: as elites tendem a dirigir. Então quando eu vejo essa coisa da banalização da educação, hoje... Felizmente, o Ludwig<sup>3</sup> fez uma declaração muito boa: "É preciso formar elites, porque só com elites o país pode progredir." Não com o conhecimento da massa, que não vê. A massa inculta. A massa não vê! Então, é preciso alguém que veja. Acontece dentro do Exército a mesma coisa. É por isso que eu digo: o Siseno aparece como um chefe capaz. Na Revolução de 32, por exemplo, comandando um pelotão, ele ficou uma semana cercado no morro da Pedreira, perto de Queluz. De noite que se levava água e comida para o pelotão do Siseno. Ele adquiriu um certo nome, era um aluno bom, mas não era um aluno de destaque. É isso que eu quero caracterizar.

A.C. - Eu queria perguntar ao senhor sobre o Juarez Távora. Há uma espécie de mito do Juarez, que era o intelectual do Exército, mas um homem pouco político, talvez.

A.M. - O Juarez, pelo fato de ser um chefe revolucionário desde 1922, perdeu um certo compasso na vida militar. Ele tinha sido bom aluno na escola. E ficou revolucionário até 1930. Foi a mesma coisa com o Cordeiro. Só que o Cordeiro recuperou-se mais rapidamente do que o Juarez. Eu acho o Cordeiro mais inteligente do que o Juarez, embora o Juarez fosse inteligente. Depois de 1930, eles procuraram retomar a carreira militar e foram aproveitando as facilidades que o governo deu para eles se matricularem nos diferentes cursos. Então, eles fizeram um Aperfeiçoamento e um Estado-Maior rápidos e foram jogados dentro da vida militar. Como alunos, nessa fase, eles não puderam se destacar, porque é a tal coisa: ninguém pula degrau; escada se sobe degrau a degrau, quem pula degrau cansa.

Mas ambos eram homens de grande prestígio no Exército, de respeitabilidade e confiabilidade: dois temperamentos completamente diferentes, um tranqüilo e o outro exaltado, mas ambos com qualidades de liderança muito grandes. O exaltado, pelo fato mesmo de ser exaltado, arrasta mais facilmente nos momentos de dificuldades. Fala mais alto, então dá mais a impressão de chefia, de liderança. Não é verdade. Mas, é a impressão que fica, na grande maioria. O Juarez tinha capacidade intelectual, adquirida principalmente

---

<sup>3</sup> O entrevistado refere-se ao general Rubem Ludwig, ministro da Educação e Cultura de novembro de 1981 a agosto de 1982.

através da vida. Ele era um homem estudioso, que exerceu funções que o obrigaram a estudar. Quando fizemos juntos o curso da Escola Superior de Guerra, em 51, havia três grandes debatedores na turma: o Edmundo Macedo Soares, um dos homens mais impressionantes que eu conheci na minha vida; o Juarez e o Mário da Silva Pinto, que era engenheiro. Dessa maneira, ele veio se destacando. Depois, na Escola, como comandante, ele teve uma atitude sempre muito grave e intervenções muito boas no auditório. O Juarez tinha realmente uma cultura, não digo excepcional...

A.C. - Mas o desempenho militar do general Cordeiro era mais brilhante. Fez a guerra...

A.M. - Dentro da carreira militar o Cordeiro tem outra carreira. O Juarez estava mais ligado ao passado revolucionário e político, ação política. O Cordeiro teve o passado revolucionário e, principalmente, a atuação político-militar.

L.H. - Ele se reintegrou mais facilmente que o Juarez.

A.M. - Muito mais, dentro do Exército, como militar, não como chefe. O Juarez teve uma atuação muito boa, tanto na Escola quanto no Estado-Maior, quando ele foi subchefe do Estado-Maior do Exército. Ele teve uma boa atuação.

A.C. - O general Cordeiro participou dessa discussão entre os coronéis? Foi um general com quem os coronéis puderam contar?

A.M. - Eu acho que não. Do que eu sei, acredito que nenhum general foi. O Cordeiro estava em Pernambuco. Quando foi comandar a Zona Militar do Norte e se candidatou ao governo de Pernambuco, ele foi atingido pela morte de Getúlio.

A.C. - Então ele não fez parte daquele grupo que...

A.M. - Eu acredito que não. Passa o tempo e há coisas que a gente não pode saber. Mas acredito que não. A coisa ficou muito circunscrita...

A.C. - O Rio é a sede dessa movimentação?

A.M. - Completa. E dentro do Rio, há dois grandes núcleos: Estado-Maior do Exército e Escola Superior de Guerra. há uma porção de gente que não era nem de um nem de outro e que assina o manifesto, mas os núcleos de onde irradiou são o ligado ao Ademar, lá, e outro ligado ao nosso grupo, aqui.

A.C. - Eu queria passar agora para um momento muito difícil, o da morte do Getúlio. Na verdade, o senhor nos disse que o problema não era propriamente do Getúlio, mas de seu *entourage*. E de duas maneiras diferentes: de um lado, essa infiltração ideológica que se fazia através do Ministério do Trabalho; de outro, o senhor nos sugeriu que havia essas pessoas, parentes, parentelas etc...

A.M. - Que criavam problemas. Todo mundo sabe o que o Bejo fez nesse Rio de Janeiro.

A.C. - O que ele fez? É preciso que alguém diga.

A.M. - Ele vivia em farras. Era um homem que entrava numa boate, puxava o revólver e dava tiros para o ar. Tirava uma mulher que estava dançando com outro, tomava grandes bebedeiras e nada acontecia com ele. E nada acontecia não só com ele, como com os que com ele estavam, que também eram fregueses contumazes do palácio do Catete. Então, o fato de se passar a mão por cima do Bejo, porque era irmão do Getúlio, criava uma animosidade contra o Getúlio e o ambiente que se formava.

L.H. - Era uma impunidade perniciososa.

A.M. - Era. Ao mesmo tempo, todo mundo sabia que o Gregório, que era um cão fiel do Getúlio...

A.C. - Do Getúlio ou do Bejo?

A.M. - Do Getúlio e, indiretamente, do Bejo. O Getúlio foi à Escola Superior de Guerra no tempo em que o Cordeiro era comandante. Ele falou sobre isso?

L.H. - Falou muito rápido.

A.M. - Foi um problema.

L.H. - Por que foi um problema?

A.M. - Porque, politicamente, eles eram adversários. E mais: o ambiente da escola – o corpo permanente – era contra o Getúlio. Ele sabia disso e foi à escola. E ficou o problema: sabia-se que o Getúlio saía sempre, em toda parte, com aquele conjunto de guarda-costas. E se o Gregório entrasse na sala? O auditório da escola era sagrado. O Cordeiro contornou tudo e depois ainda me lembro dele dizer:...

A.C. - Ele deixou o Gregório entrar ou não?

A.M. - Não. Ficou do lado de fora, na porta. O Getúlio enfrentou, ele sabia do ambiente, foi muito inteligente, muito hábil. E o Cordeiro, além de subordinado, disciplinado, era diplomata. Ele soube conduzir. No final, quando o Getúlio saiu, o Gregório tomou o carro meio andando, e o Cordeiro ainda me disse: "Olha, Muricy, esse moleque o Gregório é um bom sujeito. E dedicadíssimo ao Getúlio". Mas estava um zum-zum... O fato do Gregório ter ido à escola criou um ambiente, e o Cordeiro disse: "Ele não é mau. Ele é um homem dedicado ao Getúlio. Cão de Guarda." E isso que levou o Gregório depois mandar matar o...

L.H. - E aquelas notícias de suborno e de corrupção que passavam pelo Gregório?

A.M. - Tudo possível. Eu não tive acesso direto. Tive informações. O que posso garantir é que, com o Gregório, tudo é possível. Era um homem rude, um homem simples que era endeusado. Todo mundo ia ao Gregório pedir coisas. Pessoas da maior responsabilidade não se pejavam de ir a um guarda-costas para pedir. E pedir, às vezes, coisas difíceis. Os

jornais publicaram uma porção de cartas. Sem querer, o Gregório foi se julgando um homem providencial. Achou que sua responsabilidade e poder eram muito maiores do que realmente eram. O Gregório é fruto do meio em que viveu. Encarregado de ser segurança do presidente, era também um pouco segurança do pessoal do Getúlio. Ele tinha um amor de pai, de mãe, de tudo, para com toda a família do Getúlio. A gente tem que compreender, nas suas fraquezas e nos seus erros, as suas qualidades.

A.C. - Isso confirma, em certo sentido, a sua opinião de que o Getúlio estava frágil. Exatamente por isso que uma peça secundária de um jogo tomou tanta importância.

A.M. - Cresceu de valor. Todo mundo sabe que o Gregório mandava e desmandava. Uma palavra do Gregório transferia gente. Não dentro do Exército: dentro do Exército havia uma reação brutal contra o Gregório, porque a inversão de disciplina sempre mexe com os nervos dos militares, a não ser que se use farda mas não seja militar.

A.C. - Ver um peão se transformar num todo poderoso da república não deve calar bem no exército.

A.M. - Não! Mas aí chegou o ano de 1954, com o ambiente já melhorado de um ponto de vista: nós estávamos de posse do Clube Militar. Mas o ambiente de luta ainda era muito tenso e aparece a campanha intensa do Carlos Lacerda.

O Carlos Lacerda era um homem de uma inteligência fora do comum, de uma capacidade fora do comum de convencer pela palavra. Ele conquistava as pessoas pela sua capacidade multiforme de transmitir a sua vontade. Era verdadeiramente um líder. Ele tinha falhas, e mais tarde mostrou essas falhas, mas foi adquirindo credibilidade nos meios que não eram do lado do Getúlio. E o fato dele ser um arauto das idéias antigetulistas deu-lhe uma aura que conservou até 1964.

Dentro desse contexto, todo mundo queria ir para a Escola Superior de Guerra, muitos para aprender e outros para poder tirar vantagem. A Escola Superior de Guerra foi e ainda é considerada por muitos como um "abre-te sésamo", um trampolim. Vi, dentro da escola, propostas como esta: "Só podem exercer tais e quais cargos aqueles que têm curso da Escola Superior de Guerra." Naturalmente, através das conversas que pudésemos ter com os chefes, íamos cortando essa coisa monstruosa, de formar uma oligarquia de quem fez o curso da Escola Superior de Guerra. Até hoje ainda há aqueles que querem ir para a escola para pegarem status. Isso, naquela ocasião, era mais forte ainda. Quando foi criado o distintivo grande, para se usar somente em casaca – inicialmente, o distintivo da primeira turma foi para se usar em casaca ou no primeiro uniforme –, imediatamente houve reação. Todo mundo queria usar aquilo em qualquer terno. Não se deixar envaidecer pelas coisas tolas é outra virtude que muita gente não tem.

Mas o fato é que a escola começou a adquirir um nome duplo. Primeiro, de um grande centro de estudos. Segundo, de um estabelecimento para onde uma elite ia e que dava, portanto, um status: "Eu tenho curso da Escola Superior de Guerra." Isso permitia, então, um relacionamento com muita gente importante. Eu, por exemplo, conheço muita gente porque fiquei cinco anos na Escola Superior de Guerra. Conheci, tive contato, privei, discuti com gente que foi tudo nesse Brasil. Então, o Carlos Lacerda também teve curiosidade de ser aluno da Escola Superior de Guerra, no regime de tempo parcial. Em 1954 ele era estagiário parcial.

L.H. - Como ele era como estagiário, general?

A.M. - Muito tranqüilo...

[FINAL DA FITA 21-A]

A.M. - ... e mais: ele era encantador no trato. Tranqüilo na atuação dentro da Escola, evitava ser um debatedor intransigente. Raramente ele interferia nas conferências, para não criar problemas. Ele estava muito na moda, era um homem que agitava a opinião pública e tinha o cuidado, então, de não criar problemas.

Ele estava permanentemente cercado. Havia um grupo que o endeusava e girava em torno dele. Não só lá na Escola como na vida privada, na vida comum. Eu me recordo de uma vez em que fui ao Teatro Municipal e estava lá o Carlos, com cerca de seis ao lado dele. E eu falei naturalmente, inclusive porque, nessa ocasião, eu estava com meu filho do meu primeiro casamento, que usava óculos e tinha muita semelhança física com o Carlos Lacerda. Então eles ainda caçoaram... Mas isso era o Carlos.

Naturalmente, sendo o homem do auditório, eu tinha um contato permanente com os estagiários, todas as manhãs. Daí veio uma certa facilidade de contato e depois, um relacionamento que foi até a briga dele com o Castelo. Aí eu rompi com o Carlos Lacerda.

Na escola, ele não tratava de política, tratava de problemas gerais do Brasil. Num belo dia de manhã, fomos surpreendidos com o fato de que ele tinha sido baleado e estava em casa. Nessa ocasião, então, o Juarez resolveu ir à casa do Carlos Lacerda, ali na rua Tonelero. Eu fui com o Juarez e outros. Ele nos recebeu com pé enfaixado e contou o fato. Não se sabia ainda, naquele tempo, o que que tinha havido realmente. Começou a agitação que levou à deposição e morte do Getúlio. O clima do momento se transformou. Rapidamente, o país pegou fogo. Nessa ocasião havia um ambiente tão violento dentro do Exército que foi convocada uma assembléia no Clube Militar: uma das assembléias mais trágicas que eu já vi na minha vida. O tipo do pessoal convocado, que era dos exaltados, nos levou muita preocupação.

A.C. - Exaltados de que lado?

A.M. - Contra o Getúlio. Queriam por que queriam depor o Getúlio. O inquérito ainda não estava instaurado. Os boatos começaram a correr: o atentado veio do Catete... não-sei-o-que mais... Dentro dessa agitação... Não sei se foi na mesma ocasião... Porque houve duas assembléias. Uma quando os dois irmãos Serpa foram agredidos no meio da rua por policiais ou coisa que o valha: faz-se uma assembléia para desagravo. Essa foi uma coisa violenta...

A.C. - Como foi isso?! Eu não sabia!

L.H. - Não sabia disso, não?

A.M. - Eu não sei se foram os dois Serpa, se foi um Serpa ou se foi um Serpa e um outro. Eu não sei se foi o Antônio Carlos, não me lembro mais. Acho que foi o Antônio Carlos. Foram agredidos, e depois de dizerem que eram militares. Naquele tempo eles eram

capitães ou majores e eu já era coronel. Convocou-se uma assembléia no clube, então, para fazer o desagravo, e essa assembléia foi de uma violência brutal.

A.C. - O que provocou a assembléia? Foi a agressão contra eles?

A.M. - Foi. Depois houve outra. Foram duas assembléias tremendas. Essa foi mais do desagravo do Serpa e do outro. Foi uma assembléia menor, mas muito mais violenta. Mas conseguiu-se botar água fria. Eu me lembro ainda que quando...

A.C. - Mas como eles foram agredidos?

A.M. - No meio da rua num incidente de rua com um policial. Eles se declararam oficiais do Exército e o policial resolveu agredir. O policial agrediu, apesar deles se declararem oficiais do Exército. Isso tudo levantou o Exército para criar uma situação. Dentro daquele ambiente, foi uma coisa agitada. Eu não tenho mais noção do tempo. Eu não sei mais qual assembléia aconteceu primeiro. O fato que a coisa estava de tal maneira que fomos para lá para segurar e tivemos que trabalhar com energia, para podermos acalmar os ânimos.

Eu me recordo que, ao terminar a assembléia, vieram nos dizer: "Olha, tem um grupo de oficiais da Aeronáutica e do Exército se reunindo no Correio Aéreo Militar, aqui no Calabouço." Eu disse: "Vou lá." E, não sei com mais quem, fui para essa assembléia. Que assembléia! Era um grupo de uns trinta oficiais, a grande maioria da Aeronáutica, que eu não conhecia. No meio, havia dois que eram meus velhos conhecidos. Um, o Paulo Salema, o outro o... Então como coronel da Escola Superior de Guerra, ligado ao Canrobert – que tinha grande prestígio – entrei lá para segurar. Eles queriam fazer o diabo, levantar a Aeronáutica...

L.H. - A Aeronáutica estava em pé de guerra.

A.M. - Absoluto pé de guerra. Então fizemos um trabalho de tranqüilizar, de dizer: "Tudo tem tempo, o governo está tomando as medidas, vamos ter que esperar, não se pode agir *a priori*, por emoções." Discutimos com esses rapazes por mais ou menos duas horas.

L.H. - O senhor se lembra se era aquela gente do Moacir Tedesco, Fontenelle... Era esse pessoal?

A.M. - O Tedesco do Exército.

L.H. - Eram aqueles majores da Aeronáutica que cercavam o Lacerda?

A.M. - Eram. Eu não me lembro mais. Eu sei que era uma gente que, se pudesse, saía dando tiro para o ar, feito faroeste. Uma gente que, para segurar, eu me recordo...

A.C. - Mais exaltados do que os do Exército?

A.M. - Muito mais. No Exército, tínhamos um controle. Mas na Aeronáutica, eu me admiro até hoje como que eu entrei nessa cova de leões e segurei, mesmo, os leões. Era uma atmosfera brutal, de sublevação pura! E difícilimo mostrar a razão a homens que estão



exaltados. Eu tive que usar todos os meus argumentos e toda a minha capacidade de convencer para poder acalmá-los.

L.H. - Eu queria fazer um parênteses, que é meio anticlimático, eu sei, para fazer uma pergunta: sempre se diz que impor a disciplina no Exército é uma coisa mais fácil, porque a hierarquia é sempre respeitada, e que na Aeronáutica é uma coisa mais difícil, porque o piloto da Aeronáutica é muito independente, ele voa sozinho, tem uma capacidade de iniciativa...

A.M. - Há uma origem. A Aeronáutica, quando foi criada, era uma coisa arriscada. Então o indivíduo que ia para a Aeronáutica, aparentemente, pelo menos, arriscava a vida todos os dias. Ora, um homem que está permanentemente numa situação de perigo tem um certo espírito de aventura e de reação. Ao mesmo tempo, o controle na Aeronáutica não era muito rígido.

A.C. - Era uma arma jovem.

A.M. - E com muita gente jovem. Meu irmão teve choques brutais com companheiros, porque ele era muito intransigente, muito disciplinado. Conte aquele episódio dele com o Melo. Ele disciplinava os cadetes da Aeronáutica e o Melo ficava do lado, com um grupo de oficiais, fazendo indisciplina de vôo. Meu irmão se desesperava com essas coisas. Então na Aeronáutica, havia um espírito de reação, principalmente de ação...

L.H. - E de ação muito individual.

A.M. - Individual, exato. Naquela ocasião um rapaz da Aeronáutica havia sido assassinado. Ficou quase sendo questão de honra para a Aeronáutica resolver o problema. Então, era só preciso um fósforo para pegar fogo ali. Eu me lembro que levei duas horas ali no aeroporto acalmando, acalmando, convencendo o pessoal. Graças a Deus, havia o Paulo Salema Garção Ribeiro, um homem exaltado – que agora está na reserva –, alguns companheiros que eu também conhecia. Eles se convenceram e sabiam também da minha posição sempre firme, orientada. O indivíduo vai adquirindo um nome através da vida e consegue convencer os outros da verdade.

Saí da assembléia e telefonei para o Ademar de Queirós. Disse: "Olha, Ademar, consegui segurar." O Ademar que tinha me alertado de que estava havendo ou de que iria haver aquela assembléia, e falou comigo: "Eu não posso ir; vá você." Eu disse: "É, de vez em quando preciso ser um pouco bombeiro." Esse pessoal sabia que eu era bombeiro, porque nunca fui exaltado. Eu fui homem de ação, mas nunca fui exaltado. Nunca. Sempre fui de tomar decisões e ir até o fim. Mas fui lá e consegui apagar o fogo.

Dias depois, ainda naquela agitação, houve a convocação da célebre assembléia com o Canrobert e o Juarez, no Clube Militar.

L.H. - Foram eles que convocaram a assembléia?

A.M. - Não. Um grupo de sócios do Clube Militar, para examinar a situação política brasileira e a necessidade – eles diziam por baixo – de derrubada, de demissão do presidente da República. Não estava explícito, mas era esta a finalidade. E o grupo era dos

mais exaltados.

A.C. - Só um detalhe: o general Canrobert já não era mais presidente do clube?

A.M. - Era! E o Juarez era o vice-presidente. O Canrobert morreu como presidente do clube.

A.C. - Pela ordem, foram Estillac, Etchegoyen e Canrobert, não é?

A.M. - É. O Canrobert era presidente do clube. Nós soubemos da assembléia e nos preparamos para ela. Inclusive, com um grupo ligado ao Canrobert e ao Juarez, combinamos usar a técnica comunista do domínio das assembléias: estudar o problema e nos colocarmos estrategicamente em diversos pontos do auditório e, medida que os fatos fossem ocorrendo, comentar em voz alta, procurando argumentar, e convencer os que estivessem ali em torno, para que depois se formasse um ambiente de neutralização das coisas que ocorressem, para dominar, impedir... Graças a isso, foi possível ao Canrobert e ao Juarez dominarem a situação. Eles foram de uma energia e de uma coragem... Dois homens da responsabilidade deles – um, chefe do EMFA, e o outro, comandante da Escola Superior de Guerra – enfrentaram uns quatrocentos ou quinhentos exaltados e dominaram essa assembléia. Isso foi um ato que pouca gente compreende. só dois homens que tinham grande capacidade de liderança poderiam conseguir isso. Se não fossem os dois, os dirigentes do clube, aquela assembléia teria ido dali para pegar armas e levantar e...

L.H. - Por que o senhor disse que foi uma das assembléias mais trágicas a que o senhor já assistiu?

A.M. - Porque houve declarações como esta: "Precisamos derrubar o presidente!" Isso foi dito na presença de um chefe militar da envergadura do Canrobert.. E nós ali procurando conter isso!

A.C. - Quer dizer que o objetivo desse grupo que estava distribuído pela assembléia era conter os ânimos, para evitar a idéia de um ultimato?

A.M. - Este foi o nosso objetivo: evitar uma revolução, um golpe, uma situação de subversão, que gerasse indisciplina e pegasse fogo no Exército e no país. Seria a sublevação absoluta. Então, era preciso conter essa assembléia e dar força a esses dois chefes.

L.H. - Havia muitos generais presentes?

A.M. - Quase nenhum. Os dois entraram no covil, enfrentaram o touro, com alguns elementos de ajuda.

A.C. - Agora estou entendendo. Quando o senhor disse que a tática foi convocar a assembléia no domingo, isso foi da parte dos sublevados?

A.M. - Foi, para poder ter número. Mas nós fomos para lá para enfrentar. Quem viveu tudo isso sabe como foi difícil. Foi preciso estar atento, acompanhando, porque eles iam nos

pegar de surpresa.

A.C. - E quem eram essas pessoas tão exaltadas? Do Exército?

A.M. - Eu não me lembro mais dos nomes. Eram do Exército e da Aeronáutica. Havia um grupo do Exército que estava disposto a levantar tudo. Eu não me recordo mais dos nomes! Lembro que tinha um rapaz da engenharia... Eram oficiais mais modernos, majores e tenentes-coronéis. O ambiente era de efervescência, uma coisa brutal.

A.C. - O senhor está nos dando uma outra categoria que está entrando em cena: não são os coronéis que estão pensando o problema e equacionando...

A.M. - Mas o problema do Carlos Lacerda mexeu, como diz o francês, e *fond en comble*. As forças armadas ficaram completamente dominadas pelo ambiente, de cima a baixo.

A.C. - E essa idéia de conter, como que ela foi...

A.M. - O problema é o seguinte: os homens que têm responsabilidade, têm obrigação de raciocinar em grande escala e não em pequena. O chefe nunca pode pensar nos seus problemas diretos, em contraposição com os problemas gerais, do país. O chefe que se deixa dominar por isso não é chefe. É outra coisa. Então, naquele momento, os chefes militares, mesmo contra o Getúlio, sentiram que o presidente era Getúlio Vargas. Não tinham por que retirá-lo, porque inclusive havia um inquérito que não estava terminado. Dizia-se que o atentado tinha sido do Palácio do Catete, mas lá havia muita gente, como se vai ver que isso parte do Gregório.

Os mais moços, que são os explosivos, querem resolver o problema da maneira mais simples e mais catastrófica possível. Então o papel do chefe é impedir que as coisas tomem esse rumo.

A.C. - E essa decisão de conter foi de um grupo ou foi... Como se deu?

A.M. - Foi os chefes – estávamos sempre em ligação com o Juarez –, mas, principalmente, dos chefes do EMFA e da Escola Superior de Guerra, e dos coronéis, aqueles auxiliares mais imediatos desses três chefes.

L.H. - A idéia era conter uma possível revolução?

A.M. - Exato. Evitar uma convulsão. Essa assembléia foi uma coisa tremenda! Eu posso dizer que foram horas de tensão absoluta... Quando a coisa começava a pegar fogo, começávamos a conversar com os companheiros do lado e dali a pouco pedíamos a palavra, mudávamos de assunto, quebrávamos a continuidade.

A.C. - Nesse ponto o Lacerda não ajudou em nada, porque ele estava...

A.M. - Ele estava afastado. Mas a agitação era porque todo mundo ouvia o rádio em toda parte. E os oficiais da Aeronáutica, com o inquérito aberto, a República do Galeão funcionando...

A.C. - Era o poder paralelo.

A.M. - O presidente perdeu completamente a capacidade de direção e o Zenóbio também. Apesar de ter força, ele não tinha a maior parte da força. Foi-se formando um ambiente contrário ao Getúlio. Era uma pressão louca. E só se conversava sobre isso no Rio de Janeiro. Só se conversava isso dentro das salas. O Brasil parou em torno de um inquérito.

L.H. - E o prazo, na verdade, foi muito pequeno, porque foram uns vinte dias.

A.M. - Vinte dias: do dia 4 ao dia 24.

L.H. - O atentado foi no dia 5. O inquérito foi do dia 5 ao dia 24, para sermos bem rigorosos: 19 dias.

A.M. - Foram 19 dias em que nós não tivemos tempo... Tínhamos que raciocinar rápido e sentir a responsabilidade. Então, cerramos em torno dos nossos chefes para lhes dar força... E demos, graças a Deus.

L.H. - O senhor acha que nesse sentido o Canrobert ultrapassou um pouco o Zenóbio no controle do Exército?

A.M. - Foi ele quem controlou aquela coisa, ultrapassou o Zenóbio, ultrapassou tudo. O Canrobert tinha, realmente, a força no Exército.

L.H. - O ministro, de fato, naquele momento, era o Canrobert?

A.M. - Não, porque ele não atuava. Ele era, espiritualmente, o chefe. É o que eu digo sempre: se o Canrobert não tivesse morrido, a história do Brasil seria contada de outra maneira. Ele era o chefe espiritual, o que melhor congregava os militares do Exército.

A.C. - Quem eram os seus companheiros de assembléia que estavam encarregados de conter?

A.M. - Eternamente o mesmo grupo: Mamede, Golberi, Domingues, eu, o Newton Reis – o Ernesto não estava mais –, esse pessoal que era muito chegado ao Canrobert. Havia o Ademar de Queirós e o pessoal ligado diretamente a ele. Era um grupo de uns vinte oficiais. Muitos não eram da Escola Superior de Guerra. Um grupo era do EMFA, outro do Estado-Maior do Exército, outro lá da escola. Todos eram homens que tinham muita confiança uns nos outros e, principalmente, muita consideração e confiança nos chefes.

A.C. - O Krueel estava lá também?

A.M. - Não sei. Nesse problema de agitação, o Krueel dificilmente entrava. Este foi um grupo que depois foi integralmente trabalhar na conspiração de 1964. Esta outra coisa que se precisa entender: esse grupo continuou mais ou menos unido e apareceu quase todo em 1964.

A.C. - Por isso que eu queria saber se, no EMFA, havia pessoas além do Ademar, que foram simpáticas a esse grupo.

A.M. - Havia. O Bina Machado e o Idálio Sardemberg estavam lá, para citar alguns nomes de que me lembro agora. O Idálio não teve atuação direta em 1964, mas teve naquela ocasião. A coisa muito fluida, porque as circunstâncias mudam de época para época.

É importante notar que há um grupo que se forma nessa ocasião e que praticamente vem junto até 64. Por exemplo, o Castelo não está nesse meio: ele aparece mais adiante, já depois da minha saída, quando vai ser diretor de ensino da Escola Superior de Guerra e há o problema da Espada de Ouro...As coisas vão no seu devido tempo.

L.H. - Então, como nós vimos, este um período curto, em que o país está pegando fogo, a Aeronáutica praticamente tomou conta do inquérito...

A.M. - Está praticamente revoltada.

L.H. - O ministro era o Nero Moura, não era?

A.M. - Era, e o Nero perdeu completamente o controle.

A.C. - Qual foi o papel do brigadeiro nisso?

A.M. - O Eduardo não tinha função nenhuma no momento, mas todo mundo corria para ele. Ele era o Canrobert dentro da Aeronáutica. Havia um grupo que vivia cerrado em torno do brigadeiro e que foi até o fim. Até hoje ainda é cerrado em torno do brigadeiro.

A.C. - Mas o brigadeiro agiu como o Canrobert, no sentido de conter, ou...

A.M. - Também agiu no sentido de conter. O que aconteceu é que ele não teve a mesma atuação que o Canrobert, porque ele não tinha nenhum posto oficial e estava mais dentro da Aeronáutica. Ele teve a habilidade de segurar lá o que pôde. Por exemplo, ele segurou o quanto pôde o João Adil de Oliveira, que foi o homem do inquérito. Mas o Adil era ligado a nós.

A.C. - Mas como as coisas enganam, às vezes! A impressão que a gente tem de que esse grupo do Adil etc. era radical.

A.M. - Mas o Adil estava imprensado de cá, e de lá. Ele teve que agir mais ou menos de acordo com os acontecimentos. Ninguém vai remar contra a maré, porque ser submerso, tem que bordejar, como diz o marinheiro.

Mas o João Adil foi sempre muito equilibrado.

A.C. - General, nessa confusão geral, o que se pensava fazer? Derrubar o Getúlio, não, fazer o quê?

A.M. - Naquela ocasião, ninguém sabia direito o que pensar. Uma coisa se sentia: o

presidente estava perdendo força, estava perdendo a confiança do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, principalmente da Aeronáutica, completamente subvertida. Era preciso encontrar uma solução, que ninguém sabia qual era. Ninguém, ninguém.

A.C. - Talvez a renúncia.

A.M. - E aí que surgiu o problema da renúncia. O inquérito começou a evoluir e chegou-se ao Gregório. Quando se chegou ao Gregório, a coisa cresceu contra o governo. E começou-se a sentir que a autoridade presidencial estava inteiramente destruída. Nessa hora surgiu a idéia de tirar o Getúlio, porque ele não tinha mais condições de mando. Se ele quisesse mandar, seria derrubado, e o que viria? Então, surgiu a idéia de afastá-lo e saiu aquele documento assinado pelos generais, pedindo a saída do Getúlio. O Lott disse que não tinha assinado, mas assinou. Esse documento foi redigido na Escola Superior de Guerra e cada um foi procurar um general amigo. Eu levei para um que tinha sido companheiro meu na Escola de Estado-Maior, um instrutor... Era mais antigo do que eu... Quero me lembrar do nome dele... Cada um foi levando, passando, passando.

Chegou o momento em que os generais levaram ao Zenóbio a declaração de que eles julgavam que o presidente não tinha mais condições de governar o país, na hora em que o irmão do presidente estava sendo acusado em que certamente o seu cão-de-guarda era um dos responsáveis. E havia suspeita de que ele pudesse ter dito qualquer coisa... Então, criou-se aquele impasse. Aquela noite trágica, de que eu não tomei parte, mas que os jornais estão aí... notícias, depois as declarações, inclusive de Alzirinha, do Caiado e do próprio Zenóbio... O fato é que eu estava em casa. Minha mulher, como eu disse, estava doente, e eu, sempre que podia, ficava com ela. Acordei com o rádio ligado na rua, em toda parte: "O Getúlio foi derrubado..."

Eu me fardei imediatamente, peguei o carro, cheguei na praia de Botafogo, encontrei o Rodrigo Otávio e fomos para a escola. Então, tomei conhecimento de que houve a reunião e que os generais tinham resolvido que o Getúlio não voltava.

L.H. - Havia primeiro uma idéia de licença, não é?

A.M. - Mas a idéia de licença surgiu, inicialmente, para afastar...

[FINAL DE FITA 21-B]

A.M. - O que se sentia é que, com o presidente na função, não se chegaria a um resultado do inquérito e se poderia levar o Brasil a uma convulsão. Então, a idéia era afastá-lo, e a primeira idéia era a licença. Não se pensava na deposição do Getúlio, a não ser por esses exaltados que tínhamos contido.

Então, nessa hora, o Fiúza trouxe a célebre declaração – que eu sei através de terceiros – de que o Getúlio não voltaria. E deu-se então, a tragédia. De sete para oito horas da manhã, lá na escola, tivemos a notícia de que o Getúlio tinha se suicidado. Nesta hora, o Juarez estava chegando à escola. Eu me lembro ainda que fomos ao Juarez: "General, o Getúlio se suicidou."

A.C. - O senhor foi para a Escola Superior de Guerra de manhã cedo?

A.M. - O militar vai para a sua unidade em qualquer ocasião.

A.C. - Mas o senhor foi de madrugada ainda?

A.M. - Eu fui de madrugada, quando ouvi a notícia de que o Getúlio tinha sido deposto. O rádio não disse que ele estava licenciado. Primeiro, mandou-se a notícia de que estava deposto, que estava de licença... aquela confusão. O papel do militar, numa ocasião dessas, ir imediatamente para a sua unidade: apresenta-se para receber ordens. Eu fui para a escola. Peguei o Rodrigo Otávio, que estava indo para lá também. Eram umas cinco horas da manhã. Isso é da obrigação do militar. Por exemplo, nesse momento eu sou o comandante da região, ou qualquer coisa, e tomo conhecimento da notícia de um fato. Eu largo isso aqui e vou imediatamente para a minha unidade, para me colocar, em primeiro lugar na minha função e, em segundo, à disposição das autoridades para o cumprimento de ordens. É esta a função militar. Então, eu fui para lá.

Quando o Juarez chegou, nós que lhe damos a notícia. Fomos eu, o Rodrigo e, não me lembro mais quem... O Juarez levou um choque, ficou pálido e disse: "Não é possível!"

Nós, daquele grupo mais chegado, subimos as escadas com ele e começamos a conversar. Ele ficou arrasado. Embora adversário político do Getúlio, ele lhe queria bem. Foi aí que ele tomou a decisão de não mais conspirar. Cessaram as atividades conspiratórias de Juarez dali para adiante e em 64 ele não conspirou.

A.C. - Por que esta decisão tão profunda, general?

A.M. - Ele se achou, em parte, um dos criadores do ambiente contra Getúlio.

L.H. - Quase que um dos responsáveis.

A.M. - Então, imagino que ele tenha ficado com aquilo na consciência.

A.C. - O preço foi muito alto!

A.M. - É. Ele achou que vinha conspirando e lutando desde tenente e dali em diante não mais faria isso. Tomou, nessa ocasião, a decisão de não mais conspirar.

A.C. - Que coisa impressionante! É como se a vida dele como conspirador estivesse quase ligada ao Getúlio. Porque é um ciclo muito longo...

A.M. - Pois é. Ele parou ali, em 1964, não conspirou. Eu estava em ligação com todo o núcleo central da Revolução de 1964 e o Juarez não aparece.

Então, esse é o episódio do 24 de agosto.

L.H. - O senhor tomou conhecimento de umas acusações muito graves que o Caiado teria feito ao Zenóbio, de que ele estaria traindo o presidente e que já estava de acordo com o Café Filho, para ser o seu ministro...

A.M. - Eu soube disso, mas o Zenóbio era um homem leal. O Zenóbio, apesar dos defeitos que tinha, era incapaz de trair. Era um homem capaz de morrer... O que há é

que ele tomou conhecimento de que tinha sido decidido que o Getúlio não voltaria. E achou – possivelmente, eu não estive com o Zenóbio – que aquela seria uma situação que melhor tranqüilizaria e resolveria o problema. Ao mesmo tempo ele não tinha força para enfrentar.

L.H. - Para se opor a isso, não é?

A.M. - Ah! Não tinha.

A.C. - Ele devia estar percebendo que a situação era incontornável.

A.M. - Ninguém segurava aquela situação e o único homem capaz disso, o Canrobert, estava numa posição que não era favorável ao Getúlio, e também tinha assinado o documento em que pedia o seu afastamento. O Caiado, como chefe da Casa Militar e um homem digno – eu o conheci muito bem, era um homem sério –, naturalmente exaltado, disse aquilo. Às vezes, dizemos coisas de que depois nos arrependemos. Acredito que, num momento de tranqüilidade, ele não teria dito aquilo. O Zenóbio tinha condições para não...

A.C. - No fundo, o Caiado estava pedindo ao Zenóbio para ser herói.

A.M. - Esses são problemas pessoais. Um indivíduo, nesse momento, tem que tomar uma decisão com uma rapidez...

A.C. - Não pode nem pensar direito.

A.M. - Não pode analisar os fatos com profundidade, tem que decidir. E se depois dá errado, e se depois ele se arrepende? Eu passei por isso mais tarde e sei como é duro. Você toma uma decisão e depois fica com um peso... não digo um peso, mas uma preocupação de consciência: "Será que estou certo? Este é o melhor caminho? É este o caminho do dever?" Na vida militar falamos tanto em dever que estamos sempre preocupados em saber se estamos cumprindo realmente o nosso dever. São dramas íntimos, dramas que permanentemente vêm para cima de nós e que vão até o fim.

A.C. - O senhor não acha que o suicídio de Getúlio estaria ligado a uma transferência da zona de tensão do Gregório para o Bejo?

A.M. - Mas naturalmente! Quando se chega seguramente ao Gregório, imediatamente se cogita do Bejo. E cogitando do Bejo, cria-se o problema com o Getúlio. Na hora em que o Bejo foi chamado para depor, ele foi ao Getúlio dizer que tinha sido chamado e o Getúlio tomou a decisão de que ele não iria.

A.C. - É sempre um fato curioso. Getúlio já estava pronto para dormir, de pijama; nada indicava que ele fosse se suicidar naquele momento. E foi justamente quando o Bejo foi dizer a ele que tinha sido chamado. Então, se levanta essa suspeita.

A.M. - Eu falo por apenas ouvir dizer. Mas eu ouvi de muita gente que esteve em



contato com a situação. O que posso dizer é que o Getúlio se chocou com a chamada do Bejo e, no ambiente que existia, ele declarou isso (tem focos de verdade): "Amanhã sou eu que vou ser chamado". Foi aí que ele parece ter tomado a decisão de se suicidar, para não desmerecer o cargo e a sua própria confiança. Esta é a interpretação que eu dou. O Getúlio, homem fraco, isolado, naquela ocasião estava só. E sendo um homem só, quando o Bejo levou a notícia de que seria chamado e perguntou o que deveria fazer, acho que o Getúlio respondeu: "Não vá, porque, senão, amanhã sou eu que sou chamado."

Houve aquela reunião com o ministério em que ele concordou em pedir licença, e depois veio a notícia de que os generais declararam que a licença seria para sempre. Aí, tudo indica que ele tomou... E entrou o problema da carta-testamento.

A notícia do suicídio foi às sete ou oito horas da manhã (não me lembro mais exatamente). Mais ou menos uma hora depois, foi lido o bilhete. É realmente o bilhete de um homem que está se despedindo. Mas criou um problema muito grande. Eu e todos que estávamos lá ficamos preocupados com a agitação que poderia atingir o povo, através da leitura do bilhete. E a rádio repetindo, repetindo... Telefonei para o chefe do DOPS, e disse: "Veja se impede que publiquem o bilhete, porque isso aí está excitando o povo, e preciso evitar que haja uma convulsão social, uma revolução do povo. É preciso segurar isso".

Depois surgiu o problema da carta-testamento. Aí só sei o que consta. A Alzirinha deve saber mais. Uns dizem que a carta foi escrita antes, numa previsão, pelo Maciel Filho. Uma coisa é incontestável: a carta-testamento não é de um suicida. É uma carta de um homem que está pronto a enfrentar uma situação e não vai se suicidar.

A.C. - O que dizem é que ele deixou a carta pronta, prevendo, como já tinha previsto em 1952...

A.M. - Não acredito. Maciel Filho era um homem inteligentíssimo, que escrevia muito bem, e escreveu aquela carta. Dizem até que levou-a ao Getúlio e o presidente relutou em assinar. Isso o que dizem. Eu não sei.

O fato que quando chegou a hora, Getúlio pegou algumas idéias, botou-as naquele documento pequeno e fez aquela coisa toda que, realmente, depois, veio confirmar a carta. São duas coisas separadas: uma a menor, que pode ser de um suicida; a outra a carta. Disseram que a carta era apócrifa, que era não-sei-o-quê e depois os fatos vieram mostrar que tudo indicava que tinha sido feita pelo Maciel Filho e guardada para uma eventualidade. Mas aí entra um problema que eu não conheço.

A.C. - Seguramente, o manifesto foi um fator importante para provocar essa reunião dos generais, que alguns até contestam, dizendo que não houve.

A.M. - Foi.

A.C. - Num certo sentido, ele trouxe o problema.

A.M. - Trouxe. Pelo que me recordo, logo que, na Escola Superior de Guerra, tive notícia do falecimento e estive com o Juarez, eu peguei o carro e fui para o Ministério do Exército. Eu me lembro de estarem saindo os generais que tinham estado na

reunião com o Zenóbio. E ainda lembro que, nesse momento, encontrei o Madureira de Pinho, que era o consultor jurídico e que estava lá no ministério. Soube da reunião e foi para lá, para se apresentar. E eu me lembro ainda das conversas, naquele momento, em que todos estavam comentando que o Getúlio não voltaria. Era a decisão.

A.C. - O manifesto cobriu todos os generais do Rio de Janeiro?

A.M. - Não me lembro mais, se não pegou todos, pegou a grande maioria e os de maior responsabilidade aqui do Rio. Aquilo foi feito numa tarde, ou numa manhã. E depois saímos... O general que eu levei era o Rangel, de infantaria. Tinha sido meu colega como instrutor na Escola de Estado-Maior. Foi uma das assinaturas que eu colhi.

A.C. - Eu queria fazer uma última pergunta sobre o problema da Argentina. Se não me engano, já discutimos com o senhor as relações com a Argentina, a agressividade da Argentina contra o Brasil.

A.M. - Isso foi no tempo em que eu estive no gabinete do Canrobert. Inclusive tivemos que fazer a reformulação da situação de distribuição de tropas no Rio Grande do Sul e no Paraná.

A.C. - Mas, acompanhando um pouco esse segundo governo Vargas, pairava sobre as pessoas o temor de que pudesse estar-se forjando uma espécie de peronismo getulista aqui no Brasil. Essa idéia de que haveria um golpe sindicalista do tipo peronista.

A.M. - Não senti isso. Havia a tentativa de fazer uma república sindicalista, levada pelos homens do *entourage*... Isso se prende ao Manifesto dos Coronéis. Naquela ocasião, nós estávamos convencidos - e eu estou até hoje - de que estava se preparando uma tentativa de tornar o Brasil uma república sindicalista. Houve várias tentativas no Brasil. Mas, depois da Revolução de 30, quando se fez a Constituição de 1934, apareceram os deputados classistas. Inclusive, por paradoxal que seja, o Idálio Sardenberg veio como deputado classista do Paraná.

Essa foi a primeira tentativa do lado comunista. Inclusive, o Partido Comunista teve grande influência na Constituição de 1934. Naturalmente, eles tentam, e vêm, vêm...

A.C. - Esta idéia era muito mais do Juarez Távora e dos tenentes do que dos comunistas.

A.M. - Era e não era. Acontece que naquele início havia muita confusão sobre ideologia comunista. Os fatos ainda não estavam bem positivados, ainda não se tinha chegado dominação dos povos pela Rússia no ponto em que se chegou depois da guerra. As técnicas de desenvolvimento, de controle dos povos pelos comunistas ainda não estavam suficientemente desenvolvidas. Mao Tse Tung ainda não tinha desenvolvido, na Escola da Criméia, as suas teorias da guerra total e global dos comunistas, que apareceram mais tarde. Isso ainda era um embrião, qualquer coisa que depois foi codificada, e o grande teórico foi o Mao Tse Tung.

As senhoras já conheciam isso, mas, em todo o caso, eu contei, como um testemunho. Não foi pela atuação direta. Tive alguma atuação em determinados episódios. Peguei a assinatura de um general, assisti redação do manifesto... Assisti a essas coisas; então posso contar.

L.H. - O senhor falou que pediu ao DOPS que, de certa forma, censurasse a leitura do bilhete para não acirrar os ânimos.

A.M. - Para não exacerbar a opinião pública.

L.H. - E houve alguma providência a mais, no sentido de tentar conter...A população foi toda para as ruas. O senhor participou de alguma decisão no sentido de mandar a tropa para a rua?

A.M. - Não. Minha única interferência foi a ligação direta com o Mindelo, que era meu companheiro, meu amigo, e que estava do DOPS. Disse-lhe: "Cuidado, porque eu estou sentindo isso. É preciso evitar uma conflagração." Felizmente, foi possível contornar os fatos e deixar o povo... Deu-se liberdade completa para o povo ir para a rua e se expandir. Houve excessos, mas tínhamos que deixar. Era melhor deixar os excessos do que haver um choque.

O governo sentiu isso, e nós acompanhamos e apoiamos a atitude do governo naquela ocasião.

L.H. - Eu acho que a rápida posse do Café Filho e a tentativa de normalização constitucional e institucional do país contribuíram um pouco para isso.

A.M. - Perigosos foram os dias 24 e 25. A convulsão social, por baixo, esteve muito próxima. O povo realmente queria bem ao Getúlio. Aquelas pregações do Getúlio – "Brasileiro!" – calavam. O Getúlio era considerado o pai dos pobres. A propaganda feita pelo DIP era uma coisa tremenda. Eu tive contato com o DIP através do Coelho dos Reis, que foi diretor de lá e que era muito meu amigo. Trabalhava comigo na Escola Superior de Guerra, onde era meu chefe no departamento de estudos. Depois, foi comandante da Escola de Estado-Maior e nesse ponto começou um outro período...

A.C. - O senhor acompanhou a experiência do DIP?

A.M. - Acompanhei. A propaganda é uma coisa... A Alemanha, com Goebbels, transformou o nazismo numa coisa formidável. Aquelas manifestações públicas eram impressionantes! Ainda hoje, quando se vê um filme mostrando Hitler entrando naquele estádio, com aquela multidão... aquilo impressiona terrivelmente.

A.C. - O senhor e um grupo maior estavam bem conscientes do papel importante da propaganda no controle da mentes.

A.M. - Por isso que ficamos preocupados naquela ocasião. Compreendíamos que o povo gostasse do Getúlio, porque o Getúlio tinha, através do DIP, penetrado na mente

do nosso povo. Ele era o pai dos pobres, o homem do sorriso: "O retrato do velhinho nos faz..."

A.C. - Ele tinha dado a essas pessoas as leis que as protegiam.

A.M. - Muita demagogia. Olhando friamente, o Getúlio tinha qualidades pessoais, mas tinha defeitos muito grandes como presidente. Conversei muito sobre isso com meu amigo Coelho dos Reis. Éramos adversários amicíssimos.

A.C. - O que o senhor disse para ele?

A.M. - Não me lembro mais... Numa conversa, às vezes vinha o problema da política...

L.H. - Mas que defeitos o senhor via no Getúlio como presidente? Fala-se muito na sua habilidade política e no seu amor pelo Brasil, mas que defeitos ele tinha?

A.M. - O defeito que ele tinha era a falta de energia para os grandes problemas. Um caso típico: ele começa "O petróleo é nosso" numa posição e termina noutra, porque sentiu que a outra dava-lhe mais apoio político. Ele olhava muitas vezes os problemas brasileiros com os olhos do homem que quer votos. Era muita demagogia. Por causa dela, ele adotava certas soluções que, no meu ponto de vista, não eram as melhores para o Brasil.

A.C. - No caso do petróleo, a solução vencedora foi a do Bilac Pinto, que era da UDN. É um fato surpreendente.

A.M. - Eu respeito as opiniões divergentes, mas mantenho as minhas. O Juarez foi um dos grandes responsáveis pelo atraso na corrida do aço brasileiro, porque ele fez uma campanha contra o Farquhar, na Vale do Rio Doce, nos anos 30. O Farquhar tinha feito um projeto para o desenvolvimento da siderurgia no Brasil e ela se atrasou pelo menos uns dez anos devido campanha do Juarez, um bem-intencionado que não queria nada para si. No fim da vida, ele mesmo conversou sobre isso comigo.

L.H. - É o mesmo com a questão da energia nuclear.

A.M. - Sim. Eu respeito o indivíduo que tem uma posição diferente da minha. O que eu quero é sinceridade de propósitos. É o que eu não via no Getúlio. Eu via o interesse político do voto. Ele era um homem de ganhar eleição. E, para isso, todos os caminhos são válidos.

L.H. - O Getúlio já estava no penúltimo ano de seu mandato – as próximas eleições seriam em 1955 –, e naquele momento já estava despontando a figura do Juscelino, como governador de Minas Gerais. Que tipo de repercussão ele tinha então?

A.M. - Eu prefiro avançar um pouco mais e depois voltar ao Juscelino.

L.H. - Então, eu tinha uma outra pergunta: como o general Lott foi nomeado ministro da Guerra do Café Filho?

A.M. - Vou contar o que eu sei. A morte do Getúlio foi um abalo para todo mundo. Não houve brasileiro que não se chocasse. E naquele momento de intranquilidade, a idéia foi fazer a substituição imediata, sendo empossado o Café Filho.

O Café Filho teve, naturalmente, que se apoiar nos homens que estavam mais juntos da força, e a força estava completamente subvertida. Então, os homens mais ligados força eram justamente: de um lado, o Canrobert; de outro, o Juarez; e de outro, o Eduardo. Aqueles homens eram elementos capazes de controlar a agitação que imperava nas forças armadas. Daí, ele levou imediatamente o Juarez para a Casa Militar. O Juarez levou o Rodrigo Otávio consigo, tirando-o da escola. O Canrobert se manteve no EMFA, porque não havia um lugar para ele que era quatro estrelas. Procurou-se um ministro e o Juarez indicou o Lott, porque ficou-se em dúvida sobre quem seria o substituto do Zenóbio.

Eu me recordo que estava saindo da escola e cruzei com um carro com o Coelho dos Reis, que era o comandante da Escola de Estado-Maior. Ele me disse: "Quem vai para o ministério o Lott". Logo em seguida, ele foi convidado para ser o chefe-de-gabinete do Lott.

L.H. - Tudo isso que vimos me faria pensar que o nome mais natural para ir para o ministério seria o do Canrobert, novamente.

A.M. - O Canrobert seria, mas eu também não sei por que...

A.C. - O Canrobert talvez estivesse ligado a uma facção. O Lott era mais neutro, transitava mais na outra área.

A.M. - Ele era um homem que não atuava na linha de frente.

A.C. - Como o Canrobert tinha atuado.

A.M. - O Lott atuou dentro da disciplina, amarrado às suas convicções. Fez o curso da Escola Superior de Guerra no tempo em que estávamos lá com o Juarez. Não sei em que função ele estava naquele momento. O fato que ele merecia o nome de um homem disciplinado e disciplinador. Havia certas restrições quanto sua visão dos grandes problemas. Mas o Lott era um homem indiscutivelmente capaz de botar disciplina no Exército e isso, no momento, era o essencial.

Esse o meu ponto de vista, porque quem fez a indicação foi o Juarez, que foi para a Casa Militar, e o Café aceitou. Então, o Exército se recompôs e a nação aos poucos foi voltando a uma situação de desafogo, de equilíbrio. Ainda havia muitos choques, muitos recalçados, muita vontade. Discutia-se sobre quem era pelego e quem não era - o pelego aparece mais adiante [riso] -, ou melhor, quem era ligado ao Getúlio e quem não era... Era isso, era aquilo...

E o lado comunista estava sempre acompanhando os fatos e envenenando. Toda a ação do pessoal de esquerda era de envenenar as situações. A busca do caos, sob qualquer pretexto, esta foi sempre a atuação dos comunistas no Brasil.

Mas contornou-se tudo isso. Houve um período de convalescença, e nesse momento surgiu o problema do Juscelino. Apareceram informações de Minas, dizendo ele tinha feito lá o binômio energia e transporte e que estava credenciado. Havia alguns oficiais que o admiravam, como o Lima Câmara, que era comandante da I Região Militar e que tinha trabalhado com o Juscelino em Minas.

Dentro desse quadro, começou-se a pensar quem viria enfrentar o Juscelino. Juscelino era indicado pela corrente contrária UDN, e a UDN era ligada a quase todos os chefes que tinham se...

[FINAL DA FITA 22-A]

A.M. - ... oposto ao Getúlio, principalmente aos opositores do Juarez, do Canrobert e de toda essa gente.

Nessa ocasião houve um pacto entre Canrobert, Juarez e Eduardo Gomes, no sentido de nenhum deles aceitar a indicação do seu nome para candidato de oposição ao Juscelino.

A campanha contra o Juscelino era muito grande. Ele não era estimado no Exército. Eu também não o estimava e depois até entrei numa conspiração contra ele. Estou contando a minha alma...

L.H. - Por que o Juscelino não era estimado no Exército?

A.M. - Houve uma campanha muito grande contra ele, contra a demagogia.

L.H. - Ele era identificado com o getulismo?

A.M. - Ele era identificado com o getulismo e contra ele havia uma acusação tremenda quanto ao problema da Pampulha. Dizia-se que ele, sabendo do plano da represa da Pampulha, comprou grandes áreas lá e mandou que os amigos também comprassem; depois, quando foi prefeito de Belo Horizonte, ele fez a Pampulha e ganhou uma fortuna, junto com os amigos. Não sei até onde há foros de verdade nisso...

L.H. - Naquela época já...

A.M. - Já havia essa acusação contra ele. Havia a acusação de que ele era um demagogo e de que através daquele programa conseguia tudo. Depois, veio o problema da construção de Brasília, mas isso já foi mais tarde. Uma das fontes foi uma conversa que alguém teve com o Israel Pinheiro. Ao ser perguntado por que, sendo um homem esperto e que sempre defende Minas, ele não defendeu a hipótese da construção da capital na zona do Triângulo, Israel teria respondido: "Você já reparou que, para ir para Brasília, passa-se obrigatoriamente por Minas? É muito mais vantagem. Tem as vantagens e não tem os ônus." Dizem que esta uma frase do Israel Pinheiro.

Essas acusações contra o Juscelino foram exploradas e formaram um ambiente de m vontade contra ele. Criaram uma animosidade... Dizia-se que ele não tinha capacidade moral para ascender a... nem capacidade intelectual, porque ele era um

mero major da Força Pública, médico que nunca exerceu a profissão.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

L.H. - Eu queria fixar com o senhor este ponto: de um lado já havia a mar montante do não a Juscelino e, do outro, ainda não havia nomes. Ao contrário, havia um pacto de três pessoas não se envolverem: Juarez, Canrobert e Eduardo.

A.M. - Perfeito. A senhora já sabia disso... Deu-se, inclusive, um episódio que mostrou a tremenda pressão sobre o Canrobert e o Juarez e menor sobre o Eduardo, que já tinha sido derrotado duas vezes.

O Canrobert já havia tido uma candidatura frustrada, ao tempo do Dutra. Eu ia muito conversar com o Canrobert lá no EMFA, e ele tinha muita liberdade comigo. Ele me disse: "Muricy, eu tomei esse compromisso e mantenho, mas eu não sei se os outros vão fazer o mesmo."

L.H. - O que tradicional no general Canrobert a manutenção da palavra, não é?

A.M. - Ah... Ele me disse isso. Então, dali a dias, fui ao Canrobert. já havia o zum-zum de que o Juarez teria aceito a indicação. E o Canrobert me recebeu desta maneira: "Muricy, esse moço mudou de ponto de vista. Rompeu com a palavra dada."

A.C. - O compromisso era de não sair candidato.

A.M. - O Canrobert ficou muito magoado com o Juarez nessa ocasião. Muito. Mas manteve-se firme, não teve a menor demonstração externa. A nós, os seus mais íntimos, ele desabafou, como eu disse. Ele até usou a expressão "Esse moço" para falar a respeito do Juarez.

L.H. - O senhor acha que ele, em algum momento, mesmo tendo feito o pacto com os outros, estaria tentado a aceitar a indicação?

A.M. - Se, de comum acordo, tivessem rompido o pacto.

L.H. - Mas ele estaria tentado?

A.M. - Talvez. Uma coisa certa: ele não romperia o pacto, de jeito nenhum. Mas o fato que veio a candidatura Juarez.

L.H. - O zum-zum começou a correr. O que o senhor acha que teria levado o Juarez a romper esse pacto? A ausência de um nome civil ou...?

A.M. - A necessidade de enfrentar um nome que estava numa mar montante e que representava a continuidade, até certo ponto, do *status quo* antigo. Esta a impressão que eu tenho, não tenho dados maiores.

A.C. - O que parece um pouco chocante que o nome do Juscelino estava em pauta,

ele não parecia um candidato conveniente e, ao mesmo tempo, havia um pacto anticandidatura. Então, que alternativas oferecer?

A.M. - O Canrobert tendia para um nome civil. Com o Juarez eu não sei, porque, embora eu me desse muito bem com ele, como ele era chefe da Casa Militar, eu não tinha a mesma facilidade de acesso que eu tinha com o Canrobert, que era chefe do EMFA. E, realmente, eu tinha mais relações familiares com o Canrobert. Eu tinha a intimidade de freqüentar a sua casa e tudo isso. Com o Juarez eu me dava, mas não tinha... Depois que cerrei o meu contato com o Juarez. Então, não tenho como explicar.

A.C. - A idéia de um candidato civil talvez tenha aparecido com o nome de Etelvino Lins, não foi? Foi o candidato de conciliação nacional, pelo qual o general Cordeiro se empenhou também.

A.M. - Exatamente. Ele era um homem de nome nacional, tinha um conceito muito bom em Pernambuco. Mais tarde, travei com o Etelvino, que, aliás, até o fim foi sempre muito gentil comigo.

A.C. - O senhor acha, então, que o pacto entre os militares de alta patente seria no sentido de encaminhar o processo para a linha civil?

A.M. - Realmente, naquela ocasião, os nomes que surgiriam naturalmente seriam esses três, com menos probabilidade do Eduardo, e mais do Canrobert ou do Juarez. Então, para evitar os choques, eles se uniram e fizeram aquele pacto.

L.H. - Para evitar o choque e uma possível nova cisão no Exército, que estava se recompondo.

A.C. - O Exército estava convalescente.

A.M. - Exato. As forças armadas estavam em convalescença. Nessa hora, então, veio o rompimento do Juarez e, com isso, houve novamente um movimento de agitação dentro do Exército. Uns ficaram a favor, outros contra tudo sem grandes demonstrações.

E aí entrou o momento dramático da minha vida, quando perdi minha senhora, em outubro de 1954. Minha mulher vinha piorando constantemente, tendo crises sucessivas cardíacas, de dois tipos - de taquicardia paroxística e de coágulos jogados na circulação. Os coágulos atingiram o cérebro por duas vezes, um braço e uma perna. Quando se recuperava, tinha crises cardíacas, e eu comecei a me dedicar ao máximo sua assistência. Havia ocasiões em que ela tinha uma crise noite e eu telefonava para o médico, que me dizia: "Dê tal remédio." Ela tomava o remédio e imediatamente tinha uma queda de pressão, ficava praticamente gelada, o coração quase parava. Mas, de repente, vinha a reação, o coração novamente entrava em ritmo, ela ressuscitava. Foram dias e meses trágicos. E assim foi, até que em outubro ela teve o último derrame, o último coágulo jogado no cérebro. Ela ficou hemiplégica - já era a terceira vez que ficava hemiplégica-, foi levada para o Hospital da



Aeronáutica, onde seu médico trabalhava, e lá ficou 25 dias até morrer.

Passei 25 dias em pé, ao seu lado. Quando tudo acabou, eu estava absolutamente esgotado e moralmente arrasado. Entrei num período de depressão muito grande, não sabia o que fazer da minha vida. Meu filho já estava namorando e eu, não querendo interferir na sua vida, me senti inteiramente isolado no mundo. Eu morava em Laranjeiras, depois me mudei para Copacabana. Eu saía da casa de minha mãe em Laranjeiras e ia a pé até o posto 6 em Copacabana, para machucar o corpo e me obrigar a dormir. No outro dia, saía cedo para ir trabalhar, porque só o trabalho me descansava.

Depois as coisas foram se ajustando naturalmente. Fui sentindo que a vida era essa. Minha mãe, meu filho e meus amigos me deram um apoio que eu não esqueço, até me fazerem recomeçar a vida, dois anos depois.

Mas nesse período os fatos progrediam. E eu estou entrando no começo de 1955, quando se dá a primeira conversa forte com o general Lott.

Eu estava em casa e recebi um telefonema do Pedro Geraldo. Ele estava terminando o comando no Grupo-Escola do Regimento-Escola de Artilharia. Ele me disse: "Muricy, eu vou sair agora. Sei que um dos seus sonhos comandar o Regimento-Escola. É o sonho de todo coronel comandar a unidade-escola de sua arma. É bom você se mexer, para que um outro não consiga o lugar antes..." Eu disse: "Não há dúvida, Pedro. Então eu vou mexer."

Eu precisava me arregimentar, tinha interrompido minha arregimentação de tenente-coronel com a doença de minha mulher. Eu tinha necessidade de dois anos de arregimentação como tenente-coronel e coronel. A lei mandava que entre os postos de tenente-coronel e coronel houvesse dois anos de arregimentação.

Então, fui ao Quartel-General, ao gabinete do ministro, e falei com o Coelho dos Reis. Disse: "O Pedro Geraldo me disse isso. Eu preciso me arregimentar, já estou na escola há quatro anos e meio, então eu acho..." E ele: "Não há dúvida, Muricy. Fale com o oficial tal." Era o encarregado do pessoal, que tinha a mesma função que eu tive. Fui até ele e disse: "Vá se fala com o ministro para, quando o Pedro Geraldo sair, eu ser..." E ele: "Não há dúvida." E eu fiquei esperando, esperando...

L.H. - Isso foi no início de 1955?

A.M. - Foi de janeiro até março. Vamos dizer março, que fica mais fácil de entender, porque, um ano depois, há uma outra conversa. Mas como a coisa não saía, voltei carga. E mesmo assim não saiu: "Não há vaga, não-sei-o-quê, porque isso, porque aquilo..." Eu disse ao Coelho dos Reis: "Vou falar pessoalmente com o ministro." Ele disse: "Pois não, Muricy." Marcou um dia e eu fui lá. O Lott tinha sido meu instrutor na Escola Militar, meu comandante na Escola de Estado-Maior e meu companheiro na Escola Superior de Guerra. Além disso, tínhamos contatos em outras circunstâncias.

Entre no gabinete do ministro e, com este meu jeito bonachão, me sentei lá. E ele: "Como vai, coronel?" Respondi: "Vou bem, senhor ministro." Ele perguntou: "De que se trata?" Eu disse: "Ministro, eu estou na Escola Superior de Guerra, mas surgiu a oportunidade de um lugar no Regimento-Escola e preciso completar a arregimentação."

Ele parou e disse: "Coronel, não há uma outra guarnição fora do Rio?" Eu levei um

choque. Afinal de contas, ele me conhecia. Dentro da minha arma, eu tinha adquirido um nome. Eu disse: "Tem sim senhor. Em São Paulo, o coronel Lindenberg está saindo do CPOR. Ele até está indo para a Escola Superior de Guerra. Então, eu posso ir para lá." Ele disse: "Não. São Paulo não serve para o senhor. O senhor já teve um problema cardíaco e circulatório e o clima de São Paulo muito ruim. O senhor sabe perfeitamente que eu enfiuei, casei com uma prima. Estava servindo em São Paulo, e meu tio – meu sogro do segundo casamento – foi para lá. Caiu a temperatura e ele passou muito mal, quase morreu. Isto não clima para o senhor." Eu aí parei e disse: "Bom, senhor ministro, neste caso, pode ser qualquer lugar do Brasil." E ele: "Eu vou ser franco com o senhor. Eu não desejo classificá-lo no Rio de Janeiro, porque o senhor um oficial considerado político e a sua classificação no Rio de Janeiro poderia colocar mal seus chefes." Ele era muito inábil ao dizer as coisas. Eu senti um frio descer da cabeça ponta do pé. Eu estava sentado, em postura regulamentar, com o quepe embaixo do braço, em posição de sentido "sentado". Quando ele acabou - até então eu vinha tratando-o de senhor - eu disse: "Senhor ministro, Vossa Excelência acabou de me dar as razões por que não deseja a minha classificação no Rio de Janeiro. Eu quero lhe dizer, entretanto, que lamento profundamente que o meu antigo instrutor na Escola Militar, o meu antigo comandante na Escola de Estado-Maior, o meu antigo companheiro na Escola Superior de Guerra e um oficial que acompanhou a minha vida inteira possa fazer de mim um juízo menos digno." Eu disse mais: "Senhor ministro, eu não sou um oficial político, sou um oficial que cumpre com o seu dever. Se eu sou considerado político porque estou na Escola Superior de Guerra e a Escola Superior de Guerra trata de assuntos políticos, eu estou cumprindo com a minha obrigação de estudar os assuntos políticos, não-partidários, mas assuntos que interessam nação. Se eu sou considerado político porque tenho amigos que são políticos, tenho a dizer a Vossa Excelência que não tenho que dar satisfação a ninguém a respeito dos meus amigos. Estou apto para o serviço militar e espero que Vossa Excelência me classifique em qualquer lugar do Brasil. Com licença!" E me retirei. Eu não podia me retirar sem licença dele. Ele levou um choque! Mas me respeitou, não me fez nada.

Quando eu saí, o Coelho dos Reis me perguntou: "Como é, Muricy? Você resolveu o caso?" Ele estava com o Augusto Fragoso, que era oficial-de-gabinete. Eu disse: "Não. Tive uma conversa feia e estou..." Conteí o fato para o Coelho dos Reis. O Coelho disse: "Ah, que pena! Mas você está certo."

E eu voltei para a escola, para o meu trabalho. Não... isso foi em 1954, porque em 1955 eu já estava na tropa. Foi no começo para meados de 1954.

L.H. - Não, deve ter sido no final, porque depois da morte do Getúlio que o Lott foi ministro.

A.M. - Então, foi em fins de 54. Não... Foi em março de 1955, porque em 1956 tive outra conversa, quando fui para os Estados Unidos.

Mas então, deu-se esse episódio e eu voltei para a escola, naturalmente indignado, porque eu sempre fui cumpridor dos meus deveres e nunca prejudiquei o serviço por causa de meus pontos de vista. Todos os companheiros se solidarizaram comigo e voltei ao ritmo normal de trabalho. Num belo dia, tomei conhecimento de que tinha sido modificada a lei que dava a arregimentação aos comandantes da Artilharia de

Costa. Até então, só poderiam comandar unidades costeiras os oficiais que tivessem o curso de costa. E, nesse período, deu-se a modificação, permitindo que também os oficiais que tivessem o curso de Estado-Maior comandassem as unidades de costa. Aí, o próprio Coelho dos Reis me disse: "Olha, Muricy, agora você pode pedir para voltar, porque a Artilharia de Costa tranqüila, não tem grande expressão. Nessas coisas internas, ela secundária..." Fui, então, procurar o Lima Câmara, que era o comandante da I Região Militar, meu velho instrutor da Escola de Aperfeiçoamento, o homem do "não se escolhe um alça como se escolhe uma gravata". Eu queria muito bem a ele. Conteí-lhe o que tinha havido entre mim e o ministro.

L.H. - O senhor relatou a conversa toda?

A.M. - Toda. Nessas coisas, eu sou muito claro. Disse: "Agora está-se dando isso. Eu quero saber o seguinte: o senhor me aceita na costa?" A costa era subordinada a ele. Ele disse: "Muricy, aceito você de braços abertos em qualquer ocasião. Conheço você. Você pode não pensar igual a mim, mas você nunca me trairá; pode vir".

Mais uma vez, voltei ao Coelho dos Reis, no gabinete, e contei a conversa com o Lima Câmara.

A.C. - O que era o Lima Câmara?

A.M. - O Lima Câmara era o comandante da I Região Militar. O comandante do Exército era o Denis.

Eu voltei, e a coisa não saía. O forte de São João estava ficando vago naquela ocasião. Um dia eu me queimei, fui ao Coelho dos Reis e disse: "Tom - era seu apelido - ,você meu amigo?" Ele disse: "Sou, Muricy, por quê?" E eu disse: "Porque você vai transmitir um recado meu para o seu chefe (não era o meu...): diga a ele que eu estou muito bem na Escola Superior de Guerra. Se eu estou querendo me arregimentar porque a lei obriga que eu me arregimente, para satisfazer as condições para a promoção. Então, se ele se responsabiliza pela minha promoção, embora não-arregimentado, eu fico lá, na Escola Superior de Guerra, onde estou muito bem."

E o Coelho dos Reis, num belo dia, contou ao ministro Lott. O Lott disse assim: "General Coelho do Reis (ele já era general-de-brigada), isso um *ultimatum* do coronel Muricy?" O Coelho dos Reis respondeu: "Não, eu estou transmitindo as palavras do coronel Muricy." O Lott não disse nada.

Três ou quatro dias depois, ele chamou o Coelho e disse: "O coronel Paulo Lopes vai sair do Grupo de Artilharia de Costa Ferroviário, lá de Niterói. Classifique o coronel Muricy lá".

Recebi um recado do Coelho dos Reis, dizendo que eu ia comandar o Grupo de Artilharia de Costa. Fiquei satisfeito. Era o começo de 1955. Fiquei na escola até abril ou maio, e me apresentei lá na I Região Militar.

Quando eu me apresentei, o Lima Câmara me disse: "Muricy, estou muito satisfeito de você vir para cá. Mas a reação contra o teu nome foi imensa." Eu disse: "Muito obrigado, general." Ele: "Eu tinha certeza da sua posição. Mas quero dizer que a maior reação foi do Correia Lima." O Correia Lima era o comandante da Artilharia de Costa. Era meu amigo, eu me dava muito com ele. Eu disse: "Muito obrigado pela informação."

Eu tinha que me apresentar no Exército. Uma das reações ao meu nome era do Denis, que era o comandante do Exército. Então, malcriadamente, fui ao chefe do seu estado-maior, que era o Osvaldo Mota, e disse: "Mota, eu vim me apresentar a você. Não vou me apresentar ao comandante do Exército porque não o considero meu comandante."

L.H. - Mas por que ele reagia ao seu nome?

A.M. - Porque eu era político... E agora que vai começar o problema do 11 de Novembro. Eu estava na escola, completamente fora do circuito.

Fui para a Artilharia de Costa. O comandante era o Correia Lima, meu velho companheiro de toda vida, irmão do Correia Lima que foi morto em 30, em Curitiba.

A.C. - Ele era o comandante de quê?

A.M. - Da Artilharia de Costa, qual estava subordinado o Grupo Ferroviário, lá no Barreto, em Niterói. Para ser comandante de uma unidade tem que ser coronel ou tenente-coronel. No meu caso, eu era coronel e estava substituindo o Paulo Lopes, aquele meu velho instrutor maravilhoso que...

A.C. - Mas o senhor era comandante de grupo, não era? Comandante de grupo tem que ser coronel?

A.M. - Ou tenente-coronel.

A.C. - E o seu superior?

A.M. - Era o Correia Lima, general-de-brigada. O comandante da Artilharia de Costa. Quando cheguei Artilharia de Costa, fui procurar o Correia Lima, me apresentei e disse: "Correia Lima, vim me apresentar por ter sido nomeado comandante..." E ele: "Ah, Muricy, espera um pouco." Fechou a porta da sala e ficamos nós dois. Deixou de haver o general e o coronel, para haver o Correia Lima e o Muricy.

Ele disse: "Muricy, eu quero ser honesto com você. Eu lutei para você não vir para cá, desde a primeira vez, quando seu nome apareceu pleiteando o comando do São João. Mas sou contra, porque você golpista." Eu disse: "Golpista você!" E então começamos uma discussão de uma hora, dentro do gabinete, a portas fechadas, nós dois sozinhos.

A.C. - O Correia Lima? Seu amigo?

A.M. - O Correia Lima, meu amigo. Tivemos uma discussão muito grande. Quando acabou...

[FINAL DA FITA 22-B]

A.M. - ... ele disse: "Você agora já sabe tudo. Eu agora já disse a você o que eu queria. Seja feliz no comando. Vá assumir seu comando".

Assumi o comando lá no Barreto e verifiquei que a Artilharia de Costa Ferroviária estava absolutamente incapacitada para qualquer operação bélica: um canhão transportado por via férrea, obrigado a locomotivas; linhas de força imperfeitas; as linhas todas arrebitadas; os caminhões ilhados dentro do quartel; homens insuficientes para qualquer ação externa. E a artilharia não poderia atuar de jeito nenhum, a não ser para fazer barulho.

Então comecei a entender por que tinham me deixado ir para o comando do Grupo Ferroviário. Ao mesmo tempo, no meio dessa confusão toda, o problema do Juscelino começou a crescer e, um belo dia, houve uma prontidão. Todos os comandantes de unidade foram chamados até a casa do Correia Lima. Quando cheguei lá, eu era o único de passo certo, porque estava pensando de maneira diferente de todos os outros comandantes.

Todos os outros comandantes eram absolutamente contra qualquer posição que pudesse ser tomada pelos golpistas. E eu era considerado um deles. Mas tiveram que conversar na minha frente e eu vi que havia um estudo – de que eu já tinha tomado conhecimento – em que havia a hipótese de uma reação a uma possível ameaça da Marinha.

Então, o Forte de Copacabana faria isso e o Grupo Ferroviário não faria nada, porque não podia fazer nada.

Então, eu comecei a ver porque não tinham me dado o São João, quando o próprio Lima Câmara tinha ficado interessado em eu ir para lá. E comecei a sentir que havia um ambiente contra o nosso pensamento, que era de continuidade de reação contra o *status quo*. Sempre fui um homem muito claro, a favor da lei. De repente fui jogado... e comecei a ficar numa situação difícil.

A.C. - O senhor estava sendo visivelmente posto no ostracismo, não é?

A.M. - Mas não passei recibo. Continuei trabalhando, continuei produzindo, e assim a coisa foi até que chegou o 11 de Novembro.

A.C. - Quer dizer, a sua unidade não tinha equipamento, não tinha canhão etc.

A.M. - Tinha canhão! Mas um canhão que, para tomar posição, tinha que ser levantado sobre sapatas para poder se ancorar e depois se preparar para o tiro. Eu me preparei para o que desse e viesse, para resistir dentro do quartel, com meus oficiais. Quando eu digo meus oficiais, quero dizer que não vou morrer sozinho. Eu morro lutando, disso não há dúvida nenhuma. Eu morro brigando.

L.H. - E esse grupo, que o senhor disse que era chamado de golpistas e de que fazia parte, era aquele que continuava na escola?

A.M. - Era aquele meu grupo: Mamede, Golberi, Domingues, Newtom Reis e Ademar de Queirós, que tinha sido promovido e estava lá em Porto Alegre.

L.H. - Então, pelo que eu estou vendo, os que ficaram na Escola Superior de Guerra de certa forma ficaram meio protegidos. Aqueles que tiveram que se arregimentar foram, de alguma maneira, punidos.

A.M. - Não, não. O Ademar foi promovido e, como general-de-brigada, foi mandado para o Rio Grande do Sul. Ele foi punido depois, quando veio o 11 de Novembro. Ele não teve nada com o 11 de Novembro. Somente o Fiúza o chamou para ser seu chefe-de-gabinete, quando ele foi nomeado ministro da Guerra. Ele partiu de Porto Alegre, chegou aqui e foi posto no ostracismo. Aí começou também a punição em cima dele.

L.H. - Desse grupo, só o senhor estava sofrendo um certo tipo de...

A.M. - Diferente dos outros.

A.C. - O senhor foi, de certa forma, o primeiro sinal de que havia mudanças.

A.M. - Fui o primeiro sinal de que havia uma atmosfera contra nós.

A.C. - Porque, aparentemente, não havia nada.

A.M. - Nem podia haver. Até então, não havia motivo.

A.C. - Claro!

A.M. - Havia, sim, posições tomadas, pensamentos claros, conhecidos, mas nunca atitudes que não fossem... Pelo contrário, eram atitudes de manutenção da ordem, para impedir...

A.C. - Inclusive, o general Lott estava lá para unir e, de repente, o senhor sentiu que ele era contra o senhor!

A.M. - Levei um choque! Naturalmente, contei a história ao Golberi, ao Mamede... Não contei ao Ademar, mas contei àquele meu grupo: "Está se dando isso."

A.C. - O que isso quer dizer?

A.M. - Havia uma atmosfera contra nós. Continuamos com o mesmo ponto de vista. Isso ninguém muda e nós viemos sempre juntos.

A.C. - Mas as outras pessoas, como o general Golberi, não se preocupavam com o problema da arregimentação?

A.M. - Preocupavam-se, mas eles tinham mais tempo de arregimentação. O Golberi era tenente-coronel. Ele já tinha a arregimentação de major. O Mamede já tinha a arregimentação, então não tinha problema. O que tinha problema mais agudo de arregimentação era eu. Com a doença de minha mulher, lá em Cachoeira, eu estava devendo uma arregimentação. Os outros, ou não estavam mais devendo, ou tinham tempo para conseguir.

Aí, houve uma coisa que eu vou contar em primeira mão, para ficar aqui. Eu mantinha sempre contato com os meus amigos. Eu ia muito ao Estado-Maior e Escola Superior de Guerra, onde meus companheiros estavam. E foi nesse período que vim a conhecer a minha

segunda mulher, que tinha vindo do Nordeste. Ela bibliotecária, tinha feito concurso, passado e vindo trabalhar na Biblioteca Nacional, mas teve um convite para ir para a Escola Superior de Guerra e foi para lá trabalhar. E eu a conheci porque sempre vivi dentro da biblioteca da escola, lendo, estudando. Ela pernambucana e me foi apresentada por um pernambucano que era irmão do Moraes. Ele disse: "Olha aqui, Muricy: esta aqui uma grande amizade de família." E assim eu vim a conhecer a minha segunda mulher, mas sem maiores relacionamentos.

Numa das vezes em que fui escola, comentei, com o Golberi e com o Newton Reis, a atuação do Lott, que estava criando problemas.

O Lott estava apoiando Juscelino e nós éramos contra.

L.H. - O Juscelino já estava eleito?

A.M. - Isso foi em outubro de 1955. Então, o Juscelino já estava eleito, com o apoio do Lott.

A.C. - Ele disse que estava apoiando?

A.M. - Não... [Riso] O que está visível não precisa ser dito. Mas, nesse problema, houve uma frase do Newton Reis que ficou na minha memória. Ele disse: "Muricy, há muitas maneiras de se tirar o ministro, não se precisa fazer revoluções." Eu, com o tempo, levantei uma dúvida: aquele episódio do Carlos Luz com o Lott não teria um dedo do Newton? O Newton era homem para isso.

L.H. - E ele conhecia o Carlos Luz?

A.M. - Sim. O fato do Lott ter ido ao palácio, para falar com o Carlos Luz, e ter ficado duas horas na antecâmara, eu tenho a impressão que deve ter sido... Nunca perguntei ao Newton Reis sobre isso, porque foi numa conversa íntima que ele disse aquilo. Estávamos só nós três: eu, o Golberi e ele. Eu nunca perguntei também ao Golberi. Um dia vou perguntar, porque fiquei com essa dúvida.

O fato que nessa agitação toda, veio o 11 de Novembro. Para substituir o Lott, o Fiúza chamado. Tomaram aquela decisão... Fui para casa preocupado com o que estava acontecendo, quando um de meus cunhados me telefonou, o que era médico dos filhos do Golberi. O Renato me disse: "Antônio Carlos, estou sabendo que está havendo movimentação de tropas. E a notícia segura. já há tropas se movimentando da Vila Militar..."

A.C. - O Renato era médico do Exército?

A.M. - Não. Era pediatra civil, médico dos filhos do Golberi. Esse meu cunhado morreu e até hoje os seus filhos têm intimidade com o Golberi... A minha sobrinha fala com o Golberi assim: "Oh, Golberi!", na maior tranqüilidade... Golberi tem pela memória do Renato um carinho extraordinário. Até hoje tem ligação com minha irmã viúva e com os meus sobrinhos.

Mas bati o telefone para o Golberi: "Golberi,... O Golberi já tinha sido chamado pelo Fiúza, para ir para o Palácio do Catete, para assumir, no dia seguinte cedo. O Fiúza ia tomar

posse e tinha organizado o gabinete de ministro justamente com o pessoal ligado a nós.

L.H. - Ademar de Queirós, Golberi...

A.M. - Exato, todos nós. Eu telefonei para o Golberi e disse: "O Renato acabou de me dar essa informação." Ele disse: "O Renato bem-informado, eu vou verificar do que se trata."

A.C. - Ele era bem-informado mesmo?

A.M. - Ele tinha um relacionamento com amigos e sabia de tudo. No meio civil se sabe de coisas do arco da velha e ele gostava de saber...

A.C. - Como era seu nome?

A.M. - Renato Pires de Carvalho Albuquerque. O Renato me informou e dali a pouco recebi um telefonema: reunião no Comando da Artilharia de Costa, a partir de 11 horas da noite. Telefonei para o Golberi: "Acho que a notícia do Renato se confirma. Estou sendo chamado pela Artilharia de Costa para uma reunião, convocada pelo Correia Lima. Você se cuida aí e avisa aos companheiros." Deixei o Golberi, me fardei e fui para a Artilharia de Costa. Quando cheguei lá, o Correia Lima ainda não tinha voltado. Então, nós, os coronéis, ficamos comentando a demissão do Lott e a nomeação do Fiúza, aquela conversa mole, cada um expondo mais ou menos o seu pensamento, até que, de repente, chegou o Correia Lima. Não sei mais direito que horas eram, mas era depois de meia-noite. Ele reuniu todos os comandantes de unidades de costa e declarou: "Meu senhores, nós, os generais que estamos aqui no Rio de Janeiro, acabamos de ter uma reunião em que tomamos a decisão de não concordar com a demissão do general Lott. Ele vai continuar e nós resolvemos que o presidente vai ser deposto..." Mas aí, quem que subiria depois?

L.H. - O Nereu.

A.M. - O Correia Lima continuou: "Vamos manter o general Lott e tomar uma série de providências. Os senhores já sabem quais são as ordens. E eu quero saber a opinião dos senhores..."

A.C. - "O presidente vai ser deposto": ele disse isso?

A.M. - Eu não sei se disse bem isso, mas deu a entender que iria contra a decisão do presidente. Nessa hora, não tem saída. Na hora em que o presidente toma uma decisão e eu vou contra ela, ou sai o presidente ou saio eu, não tem saída.

Então, nesse momento, ele pediu opiniões. Quando chegou a minha vez, eu disse: "Eu acho que está tudo errado. Os generais estão tomando uma atitude que não pode..." Tive uma discussão de dedo em riste, um na cara do outro, na presença de todos os comandantes, uns 12 ou 13. Foi uma discussão muito forte. Eu tive dois que me ajudaram: o Ívano Gomes e um outro, que era ex-aluno. Todos os outros ficaram do lado do Correia Lima. Eu argumentei e ele disse: "Temos que acabar com essa discussão." Eu não cedia, nem ele, era argumento contra argumento, foi uma discussão violenta. O Correia Lima continuou: "Afim de contas, vamos definir: você vai assumir o comando da sua tropa?" Eu parei,



pensei e disse: "Vou." A situação era confusa, eu não sabia o que iria ocorrer. Aquilo poderia ficar ali ou poderia evoluir para tudo... Então, disse para ele: "General, vou assumir o comando da minha tropa, mas me reservo o direito de tomar a atitude de acordo com a minha consciência, conforme a evolução dos acontecimentos" ó , e fui embora.

Fui para casa, toquei para Niterói, botei logo a tropa de prontidão, mandei chamar e reuni a oficialidade e disse: "Houve a reunião no gabinete da Artilharia de Costa, a discussão foi assim, e eu tomei esta atitude. E quero declarar aos senhores que fui nomeado por decreto para esta função. Só por decreto eu deixo a função. Se vier alguém me substituir sem que esteja apoiado num ato legal do presidente da República, eu não passo o comando. Cada um para a sua função." E encerrei a reunião. Os oficiais vieram: " O senhor conta comigo, o senhor conta comigo." Eu disse: "Mas para brigar, para morrer!" E eles, "É, o senhor pode contar." E assim fiquei no 11 de Novembro. As coisas foram evoluindo. Chovia loucamente, foram uns dois ou três dias de chuva. Mandou-se um emissário falar com o Cordeiro, para ver se era possível levantar o Nordeste.<sup>4</sup> O Cordeiro não tinha condições. Falou-se com o Eduardo, que quis levantar a Aeronáutica. Mas a Aeronáutica não tinha condições de sobrevoar o Rio de Janeiro.

Ao clarear do dia seguinte o Ardovino entrou quartel a dentro: "Estou aqui em nome do general Etchegoyen, para saber se o senhor está disposto a morrer aqui, a lutar sozinho." Eu disse: "Eu não sou louco e sou responsável pelos meus comandados. Estou disposto a lutar, mas não posso lutar aereamente, fazer coisa de criança, isto não assim." E ele: "O general Etchegoyen está disposto a tudo." Eu disse: "Mas não possível, tem que haver..."

A.C. - Onde estava o Etchegoyen?

A.M. - Estava numa função burocrática qualquer, não me recordo mais.

A.C. - E como que ele ia se sublevar numa função burocrática?

A.M. - Ele estava querendo arranjar alguém que tivesse tropa na mão e, do pessoal do Rio de Janeiro, a minha era talvez a única tropa que não era de confiança do comandante do Exército, que era o Denis.

Então paramos, não tomamos posição e aí começa uma outra fase de conspiração. E eu vou parar aqui no 11 de Novembro.

A.C. - Depois eu queria conversar com o senhor sobre o móvel de todos esses episódios, que foi o discurso do Mamede no túmulo do Canrobert.

*9ª Entrevista: 19.03.1981*

L.H. - General, o senhor gostaria de fazer referência a alguns companheiros do Batalhão de Artilharia Ferroviária?

A.M. - Como eu disse, logo depois que eu reuni a oficialidade e expus o que tinha havido

---

<sup>4</sup> Em novembro de 1955 o general Osvaldo Cordeiro de Farias era governador de Pernambuco. Assumiu o governo em janeiro de 1955 e lá permaneceu até novembro de 1958.

no QG da Artilharia de Costa, eu declarei que não entregaria o comando a não ser que houvesse um decreto me substituindo. Passada aquela primeira fase do choque dos oficiais, a grande maioria – não a totalidade – se dirigiu a mim isoladamente para dizer que estava disposta a tudo.

Desses homens, eu quero fazer referência a dois: um era o então major Tíndaro Gouveia do Amaral, irmão do Itiberê, que depois quebrou o binômio; o outro o Virgínio Vargas Brasileiro, também major ou capitão(não me lembro). Esses homens vão ser encontrados mais adiante na minha vida.

Também desejo dizer que quando houve a reunião do Correia Lima, na Artilharia de Costa, eu tomei uma posição e dois oficiais se manifestaram junto comigo, mas não com a mesma veemência: um foi o Ívano Gomes e o outro foi o Jardel Fabrício, que era o comandante do grupamento. Os outros se mantiveram...

Agora estou pronto para falar sobre os antecedentes imediatos do 11 de Novembro.

L.H. - Nós gostaríamos de voltar com o senhor morte do general Canrobert.

A.M. - O Canrobert, um homem muito forte, um belo dia apresentou problemas de saúde que o levaram a uma operação no Rio de Janeiro. Quando da operação, verificou-se que ele tinha câncer no fígado. Dada sua personalidade, sua importância para o Brasil e, principalmente, sua doença, resolveu-se mandá-lo para o *Walter Reed Medical Center*, o hospital do Exército americano lá em Washington, considerado um dos melhores do mundo, onde mais tarde nasceram dois filhos meus.

Lá verificou-se que o seu caso era incurável e que ele teria pouco tempo de vida. Não havia nada a fazer, exceto um tratamento. O então chefe da Comissão Militar Brasileira em Washington acompanhou o Canrobert, de acordo com sua responsabilidade. Depois fui ser chefe da Comissão Militar Brasileira em Washington, e sei da responsabilidade.

Dessa ocasião, tenho uma recordação muito interessante. O Canrobert fez aniversário. Ele fazia anos no dia 18 de outubro, com um dia de diferença do aniversário do meu filho, por isso eu guardei a data, escrevi um cartão para ele nos Estados Unidos e ele me respondeu agradecendo, com a letra muito firme, num cartão que guardei e que agora juntei documentação que entreguei Fundação Getúlio Vargas. Sabíamos que tudo estava perdido, mas fazíamos votos para ele voltar com saúde. E ele voltou.

Depois ele teve uma fase de melhora de saúde e nesse período completou-se um ano da morte do major Rubens Vaz.

L.H. - Então, foi antes dele ir para os Estados Unidos, porque foi em agosto.

A.M. - Então foi antes. Não me recordo exatamente, o fato que os ânimos ainda estavam muito exaltados. O doente, que era o Brasil, ainda estava com um mal grave e o ambiente contra a possibilidade de subida do Juscelino era muito intenso. Havia necessidade de dar tranquilidade. Os clubes do Exército, Marinha e Aeronáutica - o Clube Militar, o Clube Naval e o Clube da Aeronáutica - resolveram fazer uma sessão solene pelo aniversário da morte do major Rubens Vaz.

Todos estavam ansiosos e entregaram ao Canrobert a responsabilidade de falar, como presidente do Clube Militar. E ele fez um discurso onde apontava uma porção de erros, de uma maneira elevada, mas pregava a união e a disciplina e terminava dizendo assim: "Meus camaradas, tenham confiança, os seus chefes não os decepcionarão." Isto está gravado em

disco e vale a pena ouvir.

Esse discurso foi menos forte do que todo mundo estava esperando, porque nessa ocasião a expectativa era de ver o incêndio crescer. Mas, com muito comedimento, o Canrobert fez um discurso que, apesar de forte, dizendo coisas muito violentas, pedia tranqüilidade.

Continuou a doença do Canrobert e ele foi para os Estados Unidos. Voltou numa fase adiantada da doença e nós demos apoio. E a! deu-se um episódio sobre o qual também convém falar, porque aparece uma figura que entra em cena mais tarde: dom Hélder.

O Canrobert, nos últimos dias, resolveu comungar. Voltou origem - como muito comum - na base do catolicismo e da religião. Dona Nadina então me pediu para eu falar com dom Hélder. Eu levei dom Hélder casa do Canrobert, no Méier. Ele confessou e o próprio dom Hélder deu a comunhão.

Aliás, dom Hélder já havia tido uma interferência na minha vida, anteriormente, com a minha mulher. Eu contei que, devido situação de evitar filhos, nós tínhamos parado de comungar. Quando o estado de saúde de minha mulher piorou, ela falou com o, naquele tempo, padre Hélder. Ela contou e o padre Hélder disse: "O seu caso é justo." Deu a absolvição, ela começou a comungar e eu também. Levei muitos anos sem comungar por causa disso.

Ele foi várias vezes lá em casa para dar comunhão minha mulher. Numa das vezes, acabada a comunhão, eu o levei para casa. Ele ia ser sagrado bispo no dia seguinte - tinha sido nomeado pelo papa - e eu comentei o fato com ele. Ele me disse: "Muricy, você não sabe. Eu tomei um táxi e disse: "amanhã..." E o motorista disse: "Pois é, amanhã..." Eu fiquei todo satisfeito, achando que ele tinha me reconhecido...Mas era: amanhã o Flamengo vai ganhar..." [risos] Cada um num ponto de vista...

Mas voltando ao Canrobert, dois ou três dias antes de morrer, ele comungou com padre Hélder. O estado agravou-se e nós começamos a ficar junto do Canrobert. No dia da sua morte...

A.C. - O senhor e quem mais?

A.M. - O Newton Reis. Nós dois éramos chegadíssimos. Os outros não estavam. O Pedro Geraldo também, era muito chegado ao Canrobert. Então, nós três... havia mais os...

#### [FINAL DA FITA 23-A]

A.M. - ...ajudantes de ordem, o Rubens, o Paixão, aquele que morreu também de câncer, o Oly Simões Sund. Era um grupo muito chegado ao Canrobert e que foi até o fim. Vivíamos lá na casa dele. Estávamos mais ou menos lá quando piorou o seu estado e ele veio a falecer. Era um homem forte, mais ou menos da minha altura. Estava tão leve que, pouco antes de morrer, o Newton Reis ainda o pegou no colo e botou numa cadeira, com a maior facilidade, porque ele estava cansado da cama. Não tinha mais nada, estava completamente devorado e pouco depois morreu.

Agora vem o aspecto que interessa propriamente política.

A.C. - Houve um vazio, não é?

A.M. - Ah! Um vazio! Imediatamente, a notícia se irradiou pelo Rio, nos meios militares, e começou-se a ver o que fazer. Programou-se o enterro. O caixão foi para o Clube Militar,

do qual o Canrobert era ainda presidente. Ele era um chefe do maior respeito. Viu-se quem devia falar: deveria ser uma autoridade do Clube. Escalou-se o Mamede, que aceitou, com a finalidade de reduzir as asperezas. O pessoal dizia: "Diz isso, faz aquilo..." Naquele ambiente conturbado, havia o interesse de se dizer tudo o que se pudesse contra o governo, contra a situação, contra a possibilidade do... O Mamede pegou o discurso do Canrobert, aproveitando suas palavras e fez o discurso para ser lido beira da sepultura.

Esse discurso foi forte. Realmente chocou. Mas foi muito menos forte do que seria se o escalado - que quase foi - fosse um rapaz de intendência - de cujo nome não me lembro -, que queria fazer o discurso. Segurou-se e deu-se a incumbência ao Mamede.

L.H. - O Mamede foi escalado para acalmar os ânimos?

A.M. - Sim, mas acalmar os ânimos dentro da coisa exaltada. Ele acalmou, mas a coisa ainda ficou muito forte. O que ia sair era dez vezes pior.

A.C. - O general Canrobert era a autoridade militar mais ilustre do Brasil naquele momento, presidente do Clube Militar. Normalmente a pessoa escalada deveria ser também uma pessoa altamente representativa do Exército.

A.M. - Sim, mas...

A.C. - E quem era esse oficial de Intendência que postulava-se esse direito?

A.M. - Aí, a pessoa mais representativa seria o Lott. Mas o Lott e ele não estavam muito ajustados naquela conjuntura.

A.C. - E o Juarez era o vice-presidente do clube?

A.M. - Naquele tempo, já tinha havido aquele problema da eleição do Juscelino, em que o Juarez rompeu o pacto. Então, houve um estremecimento entre o Juarez e o Canrobert. E nessa dificuldade, o representante do Clube não podia ser o Juarez. A! o Mamede foi designado para poder acalmar os ânimos, mas ele foi ainda muito violento.

A.C. - Naquele tempo, o Mamede não tinha nenhum cargo...

A.M. - No Clube? Eu acho que ele tinha algum cargo na diretoria do Clube, mas não me lembro mais. Eu mesmo fui, em épocas diferentes, do conselho do Clube.

L.H. - E o Mamede estava no EMFA?

A.M. - O Mamede ainda estava na Escola Superior de Guerra. Da escola, tinham saído eu e o Ernesto, que tinha ido comandar o Grupo Escola e depois foi terminar a refinaria de Cubatão. O Golberi, o Geraldo, o Mamede, o Menezes Cortes, o Domingues... Eu estou falando dos companheiros do Exército, porque esses eram os mais chegados.

A.C. - E o Rodrigo Otávio?

A.M. - O Rodrigo Otávio estava com o Juarez, que o levou para a Casa Militar. Tinha ido, desde o começo. Era velho amigo do Juarez.

Quando o Mamede começou a falar, eu estava perto do marechal Lott.

L.H. - O Lott foi ao enterro?

A.M. - Foi! Foram todos os ministros militares. Estavam lá o almirante Amorim do Vale, o Eduardo...

A` medida que o Mamede ia discursando, fui sentindo o Lott inquieto. Ele não abriu a boca. Eu vi que ia sair alguma coisa, que aquele discurso não deixaria de ter conseqüências. Eu não tinha visto o discurso antes, porque o Mamede ficou encarregado de redigir e não houve mais tempo. Eu acompanhei mais a família e a parte do enterro propriamente. Houve diversas providências que eu tive que tomar.

Quando a cerimônia terminou eu disse a alguém: "O Lott não gostou." Realmente ele resolveu pedir a punição do Mamede. Ele quis punir. Depois mostraram que o Mamede estava subordinado Presidência da República e, portanto, saía da jurisdição disciplinar dele. Deu-se então o impasse. O Mamede estava ligado ao EMFA e o EMFA Presidência da República. Portanto, ele estava fora da jurisdição disciplinar direta do ministro do Exército.

Mas a coisa tinha tomado um vulto muito grande, de maneira que começou aquela celeuma.

A.C. - Mas o discurso dele foi político.

A.M. - Foi um discurso político, de homenagem a um chefe, aproveitando as palavras do próprio chefe. Foram palavras fortes, com uma finalidade: abrandar o que iria ser feito, que era muito pior.

A.C. - Ali pedia-se o critério de maioria absoluta para eleger o presidente da República, o que era uma mudança brutal nas regras, já depois das eleições.

A.M. - Mas o que eu digo: ele pediu aquilo tudo. O discurso foi puramente político. Eu, honestamente, acho que o Mamede também achava que merecia uma punição. A gente faz coisas sabendo que vai apanhar, mas faz. Precisa fazer.

L.H. - O senhor acha que foi meio provocativo?

A.M. - Sim. A gente podia esperar. Quando ouvi o discurso, eu disse: "Alguma coisa vai acontecer, isso não vai passar em branco."

A.C. - O discurso foi só de responsabilidade do Mamede ou houve discussão?

A.M. - Toda a responsabilidade foi dele, porque, nessa ocasião...

A.C. - Não houve participação desses amigos mais íntimos?

A.M. - Eu não sei. Houve do pessoal do Clube Militar, mas só o Mamede estava no clube. Eu acredito que nem o Golberi, nem o Geraldo... nem o Ademar de Queirós. Eu tenho a

impressão de que nenhum desses tomou parte na redação. Eu não tive participação. O Mamede e os outros do clube que estiveram preparando o discurso.

A coisa foi num crescendo, desde a hora em que fui escola, o Newton Reis deu aquela piada...

L.H. - Eu gostaria que o senhor explicasse um pouco melhor, essa frase do Newton Reis.

A.M. - A morte do Canrobert foi no dia 31 de outubro. Eu sei que houve dias agitadíssimos, cheios de preocupações: estuda lei, estuda Constituição, ofício para cá... e nós acompanhando.

Nesse período, como disse, fui escola, comecei a conversar a respeito e, no meio da conversa, disse: "Só saindo o Lott, mas como tirar o Lott?" Então, o Newton Reis disse: "H muitas maneiras de tirar." E não avançou mais do que isso.

Com o conhecimento que eu tinha do Newton, eu imaginei: alguma coisa está na cabeça dele. O Newton, nesse momento, já estava na escola também. Eu já tinha saído quando ele chegou escola. Mas eu já tinha trabalhado com ele anteriormente no gabinete do Canrobert.

A.C. - O senhor acha que essa frase pode ter envolvido...

A.M. - Essa frase pode ser algum... Tínhamos acesso ao presidente Carlos Luz. Então, havia a possibilidade de criar-se um ambiente, dentro do Palácio do Catete. Eu tenho dúvidas se o Newton não teria tido participação nesse ambiente que permitiu que o Lott ficasse duas horas na antecâmara do presidente.

L.H. - Eu estou pensando numa outra possibilidade, que eu queria colocar, para ver o que o senhor acha do assunto. Nesse momento, o Café Filho ainda o presidente. O Café sai dia 9, naquela doença que ficou meio nebulosa.

A.M. - É possível, eu não tenho elementos.

L.H. - O que eu estava pensando se não teria havido alguma combinação do Newton Reis com o Café: porque ele saiu e deixou o Carlos Luz.

A.M. - É capaz. Eu não duvido. Era um homem extraordinariamente hábil e com uma sagacidade para resolver situações como eu não conheci igual. Era possível.

Nesse momento, como eu disse, eu estava comandando lá em Niterói. Eu vinha esporadicamente ao Rio, geralmente depois do expediente, ou quando depois do almoço, ia ao Ministério ou escola. Eu ia muito escola, porque lá estavam os meus amigos. Como o ambiente estava conturbado, eu queria estar informado do que estava acontecendo. É por isso que eu não acompanhei. Eu tinha contatos episódicos com os companheiros do meu grupo.

L.H. - Pelo que o senhor estava-nos contando, a sensação que se tem... Porque há uma corrente que diz que na verdade havia um golpe em marcha, destinado a impedir a posse do Juscelino.

A.M. - Começa depois.

L.H. - Mas pelo que o senhor estava-nos contando, a impressão que se tem que havia um movimento, não para impedir a posse do Juscelino, mas para tirar o Lott.

A.M. - Era para tirar o Lott, mas o Juscelino estava no meio. Era num conjunto só. O Lott apoiava Juscelino... Mas não havia propriamente, naquela ocasião, nenhuma conspiração organizada contra Juscelino. Havia, talvez, em pensamento. Havia m vontade contra Juscelino mas não havia... A conspiração começa depois do 11 de Novembro. A! houve, realmente, uma conspiração para a derrubada do Juscelino.

A.C. - No fundo, o discurso do coronel Mamede foi uma espécie de marco que inicia essa fase, porque lá ele já diz que deveria usar o critério da maioria absoluta.

A.M. - Havia a agitação, tanto que nessa comemoração do aniversário de morte do Rubens Vaz houve necessidade de se fazer um discurso forte, mas tranqüilo. Era preciso segurar, porque as forças armadas, principalmente a Aeronáutica, estavam numa exaltação imensa. Havia um desejo de derrubada do Juscelino. Não sei se ele já tinha sido eleito.

L.H. - A essa hora, ainda não.

A.M. - Mas o fato que não havia ainda o que eu chamo a conspiração. A conspiração a articulação para medidas de força, a preparação para, no momento oportuno, tomar uma atitude militar contra o governo. Por enquanto, o que se tinha eram palavras.

Aquele episódio da retirada do Lott estava desligado, naquele momento, da idéia de Juscelino. Era porque o Lott estava pedindo a prisão do Mamede. E a prisão do Mamede iria causar uma situação...

L.H. - Por enquanto, era contra o Lott.

A.M. - Sim. Aquele discurso era absolutamente um alerta sobre a situação brasileira. Nesse período, entre a morte do Canrobert e o 11 de Novembro, houve uma ação contra o Lott, que queria punir o Mamede.

Então o problema era afastar o Lott. Nesse sentido, houve um trabalho. É a! que eu digo: possível que o Newton Reis tenha...

A.C. - E isso fazia sentido, porque, na verdade, todo o governo correspondia tendência da qual o senhor fazia parte... E o general Lott, dentro desse esquema geral do governo Caf Filho, era uma peça dissonante.

A.M. - Era uma peça dissonante porque ele era muito rígido na disciplina e nunca houve uma afinidade grande... O Mamede e o Lott eram camaradas... nunca chegaram a ser verdadeiramente amigos. Nunca se freqüentaram, nunca tiveram essa liberdade de sentar numa mesa e abrir a alma. O amigo aquele que senta e abre a alma para o outro, com confiança. Se não pode fazer isso, não amigo. É companheiro, camarada, o que quiser.

L.H. - Dos militares presentes no governo Café Filho, realmente, havia: o Juarez, na Casa Militar, que era contra o Juscelino; o Eduardo, contra o Juscelino; o Lott; o Canrobert...

A.M. - O Lott era quem equilibrava. O Canrobert era contra o Juscelino, mas procurava equilibrar, porque era um homem de muita firmeza de atitudes, mas muito equilibrado. Ele só agia com energia quando era necessário, do contrário ele procurava acalmar.

A.C. - Mas o Juarez não estava mais na Casa Militar, já se tinha desincompatibilizado.

A.M. - Estava.

L.H. - Não. Tinha se afastado para se candidatar.

A.M. - Ah, foi. já tinha saído da Casa Militar.

L.H. - Na última sessão, o senhor nos descreveu um perfil do general Juarez como militar, como chefe. Como o senhor via a performance do Juarez como candidato?

A.M. - É difícil dizer, porque política partidária nunca foi a minha especialidade. Acompanhei sempre de fora. Mas, através da vida, eu sempre achei, e depois tive confirmação, que a máquina governamental tem uma influência brutal nas eleições.

Então, naquela ocasião, ainda mais do que tudo, a máquina governamental tinha condições de eleger quem a presidência quisesse, apesar de depois se dar o fenômeno Jânio, que uma inversão disso que estou dizendo. Mas o fato que naquela ocasião, o Juarez jogava o seu temperamento na sua campanha, com muita sinceridade e com aquela vibração às vezes meio rude, das palavras e dos gestos: dar murro na mesa, fazer mais não sei o quê...

há sempre os que são a favor e os que são contra. Não podemos agora nem saber, nesse Brasil tão difícil, se ele ganhou ou se perdeu votos por causa do temperamento. Eu acredito que o que influenciou principalmente a vitória do Juscelino foi a máquina governamental do PSD. Esta a impressão que eu tenho.

A.C. - Mas a máquina não estava com o... O PSD tinha sido aliado.

A.M. - A máquina política do PSD, muito mais bem estruturada do que a da UDN e com pontos-chaves.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Mais tarde, quando eu fui para Pernambuco, depois da Revolução, verifiquei que a eleição nos estados se faz base de dois elementos, principalmente no interior: a professora e o delegado. Quem tem a professora e o delegado tem o voto no interior, tranqüilo. Ainda hoje, no Brasil, isso acontece.

Mas voltando àquela ocasião do 11 de Novembro, realmente não sei se o Juarez teria ganho ou perdido votos, porque as atitudes nunca são aceitas por todos.

L.H. - O senhor já ouviu contar uma história de que o Juarez teria viajado para o Sul e que lá ele teria tido uma visão...

A.M. - Não... Depois da Escola Superior de Guerra, eu me aproximei de dois homens que



eu já conhecia, mas não tinha tido... o Juarez e o Cordeiro. Esses dois homens entraram na minha vida na Escola Superior de Guerra. Então, eu tive sempre muito contato com eles. Ainda hoje visito dona Nair.

Nunca ouvi falar nisso. Isso a! deve ser uma das muitas histórias que contam a respeito dos homens. A meu respeito dizem uma porção de coisas que eu nunca fiz.

A.C. - Mas uma coisa certa: no fundo, na política, o general Juarez era uma espécie de general Lott: um pouco rígido, um pouco estrito, pouco dado ao jogo partidário, negociações...

A.M. - São duas coisas completamente diferentes. Para o jogo partidário, ele não tinha habilidade nenhuma, como o Lott. Aquela minha conversa com ele a prova da maior inabilidade que ele poderia ter com um oficial. Comuniquei meu desejo e ele respondeu que a minha classificação no Rio poderia colocar mal seus chefes. Aquilo, para mim, foi uma das maiores duchas de água fria que recebi na minha vida. Até então eu nunca tinha tido um ato que pudesse botar mal meu chefe. Naquela conversa eu disse a ele: "Senhor ministro, eu nunca deixei mal-colocado um chefe." Não me lembro mais o que eu disse. Naquela hora eu disse uma porção de coisas.

A.C. - Mas ele devia ter medo do senhor, pelo que os episódios depois exatamente comprovaram. Quando o senhor se reuniu, por ocasião do 11 de Novembro, o senhor disse: "Eu sigo as ordens se eu achar que elas podem ser cumpridas." Era isso que ele temia.

A.M. - Eu tinha dito que os generais estavam errados. Disse que eles tinham saído da lei. Eu disse lá, no QG da costa, que os generais tinham exorbitado, saído da lei, assumido atribuições que não lhe competiam. Foi quando eles disseram: "Mas nós temos que tomar uma decisão. Você vai assumir o comando?" Respondi: "Vou. Mas me reservo o direito, conforme a evolução dos acontecimentos."

Havia muita esperança na atuação do Cordeiro no Nordeste e do Eduardo com a aviação. Mas nessa ocasião choveu demais e o Cordeiro não tinha apoio lá no Nordeste, não teve como fazer. O Nordeste não tinha expressão militar, naquela ocasião, para uma ação que pudesse influir.

A.C. - Embora já fosse governador de Pernambuco, ele não contava com apoio militar...

A.M. \_ Ele já estava eleito, já tinha deixado a zona.

L.H. - Ele chegou a passar um telegrama para o Carlos Luz, dizendo que se o cruzador Tamandaré fosse para lá ele o receberia.

A.M. - Ah, exato, ele estava... Tínhamos certeza. Nosso grupo era tão unido que, mesmo que estivéssemos um na China e outro na Groelândia, sabíamos a posição.

I.F. - Parece que o telegrama não chegou às mãos do Carlos Luz. Mas ele passou o telegrama dizendo que ele o receberia lá.

L.H. - O senhor nos contou que houve uma reunião na costa, onde o senhor fez uma série

de observações. A decisão da costa foi acompanhar o general Lott?

A.M. - Foi, total. Aliás já estava decidido. Quando fui para a costa, contra a vontade do Correia Lima, vi que ela estava preparada, inclusive, para enfrentar a Marinha.

L.H. - E por que o Tamandaré não foi bombardeado?

A.M. - Exatamente: havia na costa uma previsão para ataque Marinha. Todos os fortes estavam preparados para enfrentar a Marinha. Por esse motivo que não me deram o comando da Fortaleza de São João. São João era uma unidade que, embora com pouca capacidade de fogo, tinha, entretanto, condições de tiro para atingir certa área da baía, ou não sei de onde, que as outras não tinham.

A.C. - E como a Marinha era um foco importante de resistência, não poderiam deixar essa área exposta.

A.M. - Quem fez o ataque ao Tamandaré foi um rapaz que depois se mostrou meio louco: o filho do Correia Lima.

A.C. - Ele estava no forte?

A.M. - Ele era capitão e comandava o forte. Mais tarde, com a morte do Correia Lima, ninguém sabe como, surgiu uma porção de histórias, e uma história triste que não vale a pena contar.

L.H. - Parece que o Barroso deu uma certa cobertura ao Tamandaré.

A.M. - Eu não sei. Nessa hora eu estava dentro do quartel, reagindo contra tudo e tomando uma decisão: ninguém ia me tirar dali.

L.H. - Pronto para resistir?

A.M. - Pronto para resistir. Essa era a posição.

L.H. - Desculpe a expressão, mas o senhor tinha na mão um quartel quase de papelão.

A.M. - Eles me deram por isso. O Lott só me deu o comando do ferroviário, porque o grupo não tinha força para enfrentar as unidades. Apesar depois surgir mais uma coisa.

Aliás, diga-se de passagem, o Correia Lima foi muito correto comigo. Dias depois, ele foi visitar as unidades da costa, foi também ao meu quartel e me disse francamente: "Muricy, você teve uma atitude que eu admiro. Você foi claro, foi preciso, mas você um homem em que a gente pode confiar." Mais tarde o Lima Câmara me disse: "Quando o Correia Lima me contou o episódio da costa, eu disse: "Não disse a você que o Muricy nunca lhe trairia? Ele seria muito claro e muito preciso. Na hora de tomar posição ele toma posição."

Tudo isso são coisas que a gente relembra. Mesmo estando em posições contrárias, a gente recebe com satisfação uma justiça feita pelos adversários.

Mais tarde recebi do Ênio Garcia uma carta que está no meu arquivo. Quando ele foi

embora, me declarou: "Estivemos em campos opostos, mas sempre admirei a sua posição." Isso um fato que dá satisfação.

Mas voltando ao 11 de Novembro...

L.H. - E o marechal Denis?

A.M. - Só sei do marechal Denis por ouvir dizer. De tudo que eu conheço – e depois tive contato cerrado com o Humberto Gordo, que era coronel do seu estado-maior –, a preparação militar da movimentação foi programada pelo Estado-Maior e dois homens se destacaram nesse planejamento: o Humberto Sousa Melo e o Adercino Bitencourt. Eram coronéis. Esses dois homens que fizeram um trabalho com previsões para várias hipóteses, como se faz em planejamento. E eles que disseram ao Denis: "General, desencadeia o plano tal. Está pronto, só dar a ordem." E o Denis ainda ficou relutante. A! chegaram os generais e o Denis chamou os dois e mandou executar o plano.

A.C. - Estes eram do Estado-Maior do I Exército.

A.M. - Sim. Trabalhavam com o Denis no I Exército.

A.C. - O EMFA, o Estado-Maior do Exército, estavam contra.

A.M. - É. Este o Estado-Maior do I Exército. Os exércitos são responsáveis pela segurança nas suas respectivas áreas e cabe a eles o planejamento de ações preventivas ou de controle de uma situação eventual.

A.C. - O Exército estava totalmente dividido: era o I Exército contra o EMFA, contra o EME, contra...

A.M. - O Brasil todo estava dividido e dentro do Exército havia de tudo. Eu estou dizendo que na Artilharia de Costa tínhamos eu, o Ívano e o Jardel. E éramos 12 comandantes de unidade.

A.C. - Mas o EMFA e o EME estavam em segurança, sob o controle não do general Lott, mas do outro grupo.

A.M. - Mas o EMFA não um órgão de ação. O Exército o órgão de ação. O Estado-Maior do Exército não um órgão de ação. O órgão de ação o ministro e, além do ministro, o comando do Exército.

A.C. - Mas esta é a minha dúvida. Se o EMFA tivesse jogado as coisas de uma maneira eficiente, ele poderia jogar os outros exércitos contra o I Exército, caso o I Exército se manifestasse ilegalmente... No fundo, tudo se limitava ao Rio de Janeiro.

A.M. - Bom, mas o EMFA não tem atribuições para dar ordens. É esta uma questão de canal de ordem: manda quem pode.

A.C. - No fundo era o Ministério da Guerra e o Lott que estava controlando.

A.M. - Exato. Eu só posso agir fora do canal de competência tomando uma atitude de rebelião.

L.H. - E as prisões daquela noite, general? Muita gente foi presa.

A.M. - Agora eu vou entrar nas prisões. Como eu disse, eu telefonei para o Golberi naquela ocasião, dizendo que havia um movimento. O Golberi disse: "Muricy, estou indo para o Catete. Vou-me encontrar com o Fiúza, que está indo para lá." Um certo número de oficiais já estava escalado. O Ademar foi chamado. Em Porto Alegre, ele comandava a AD 6. Todos oficiais foram...

[FINAL DA FITA 23-B]

A.M. - ...presos. Então, logo após o 11 de Novembro, praticamente todos os meus companheiros no Rio estavam presos. Exceto eu: não sofri nada, nada. Ficou a restrição, mas meu velho amigo Lima Câmara, principalmente, tinha muita confiança na minha atuação. E o próprio Correia Lima, apesar de sermos contrários e havermos tido discussões, me apoiou e eu não sofri nada.

Logo em seguida, fui visitar o Golberi e o Domingues, que estavam no Forte de Copacabana. Não sei onde estava o Geraldo Cortes. O Cacau...

A.C. - O Etchegoyen, que estava doente... Foram todos presos?

A.M. - Todos presos. Depois todos foram transferidos. O Mamede foi para Bauru; o Golberi, se não me engano, para Minas; o Domingues, para Belém do Pará; o Tubino, para Maceió; o Geraldo Cortes para Aracaju.

L.H. - O Geraldo se candidatou a deputado, não foi?

A.M. - Entrou a dispersão. Depois deu-se um fenômeno, quando da minha ida para os Estados Unidos. A vida muito engraçada!

Então, ostensivamente, fui visitar todos os meus companheiros presos, porque nunca dei bola para o que pensassem. Eu era amigo, eu fazia. Como eu disse para o Lott: "Sou amigo, não dou satisfação a ninguém." Então fui visitá-los e mantivemos aquilo até que eles foram liberados e transferidos e eu fiquei no Rio de Janeiro. Essa foi a situação logo a seguir ao 11 de Novembro.

E entrou um período de relativa tranquilidade.

A.C. - Mas o senhor se sentia muito isolado.

A.M. - Todos os homens que eram ligados ao Carlos Luz, ao ambiente, tinham sido transferidos ou neutralizados. Ao Ademar foi dada uma função qualquer, o Cordeiro estava no Norte, o Juarez estava brigado... Todos nós ficamos espalhados.

O tempo passou, 1955 acabou, 1956 começou e eu, como sempre, na frente da minha unidade, trabalhando, botando a tropa disciplinada, cumprindo com as minhas obrigações militares. A parte política estava mais ou menos amortecida. Dão-se, então, duas coisas

nesse período.

Primeiro, houve uma reação contra o problema Juscelino, uma tentativa de revanche contra o 11 de Novembro.

Essa tentativa, completamente utópica, partiu de um grupo, inclusive com o Eduardo. Fui conversar com o Eduardo no seu apartamento no Flamengo, e ele disse: "Muricy, você se levanta e faz assim um novo 18 do Forte, dá uma demonstração..." Respondi ao brigadeiro: "Mas Eduardo, não se pode..." E a idéia morreu. Mas a idéia do grupo era de fazer uma demonstração contra, mesmo com o sacrifício da própria vida; fazer um novo 18 do Forte. Essa era a idéia do Eduardo.

Mas o 18 do Forte foi em 1922 e nós estávamos em 1955, noutras condições, e era uma loucura. Isso eu não faria. Quero muito bem ao Eduardo, mas a coisa foi morrendo.

O outro episódio foi a tentativa de rearticulação com um espírito duplo: de revanche e de modificação do dia da posse do Juscelino.

L.H. - Impedir a posse?

A.M. - Impedir a posse do Juscelino.

Um dia eu estava no trabalho e veio a mim o Fontoura, filho do Apolônio.

L.M. - Carlos Alberto Fontoura?

A.M. - Não. Esse não estava na minha vida. É o Joaquim da Fontoura Rodrigues, da artilharia, filho do velho Apolônio. Este homem verdadeiramente, filho do Ademar. O Fontoura me disse: "Coronel Muricy, porque o senhor não vai procurar o Ademar? O Ademar está isolado no apartamento dele, sem comissão, sem coisa nenhuma..."

A.C. - Ele não estava mais em Porto Alegre?

A.M. - Não, tinha vindo para o Rio, porque o Fiúza o chamou. Chegou aqui, tiraram a sua comissão lá, tiraram aqui e ele ficou só. Como ele não tinha tido atuação, não fizeram nada com o Ademar, mas não deram missão. Comigo eles não fizeram nada. Foram os dois únicos do grupo que não sofreram a menor ação. Todos os outros foram pelo Brasil afora, mandados embora.

Fui falar com o Ademar. Estava começando a haver uma articulação contra o Juscelino. Então, eu entrei nela. Mas, essa articulação era muito incipiente, sem bases, e o Ademar, muito equilibrado, era o elemento de maior destaque. Havia uma porção de capitães e majores, tenentes, alguns coronéis.

L.H. - Só do Exército?

A.M. - Que eu conheça, só do Exército. O Ívano Gomes estava na conspiração, no apartamento do Mário Dias, que naquele tempo era capitão, fizemos várias reuniões...

A.C. - O Ívano Gomes era coronel?

A.M. - Era. Mas não se fez nada. Foi nessa conspiração que vim a conhecer o Rademaker. Era comandante da base de Ponta da Areia, lá em Niterói. Eu mesmo, como servia lá em

Niterói, fui encarregado de conversar com o Rademaker. E ele mostrou que não tinha força para começar nada, porque era comandante de um departamento da Marinha, e praticamente comandava material.

O Mimi Sodré, Almirante Benjamin, que estava na Escola Superior de Guerra, também participou. Houve uma porção de gente que se articulou, mas essa articulação nunca passou disso.

L.H. - Havia planos?

A.M. - Havia. Inclusive, andei planejando uma porção de coisas lá para Niterói, mas tudo ficou no papel e nas intenções, porque não havia possibilidade, realmente. O Lott e o Denis eram os donos da força. E ninguém, na nossa idade e com a nossa experiência, ia fazer "tenentada", ou "cadetada". Não era possível.

Então a coisa foi, foi, o Cordeiro tomou conhecimento, mas também aconselhou muita tranquilidade, porque ele estava sentindo o problema lá no Nordeste. Houve uma dupla tentativa: de um lado, o sentido de revanche; do outro, o sentido de impedir a posse do Juscelino. As duas coisas conjugadas e com algumas escapadas resultaram em Jacareacanga e Aragarças. Não havia nada... Aquele grupo era meio louco. Nele estava por exemplo, o Luís Mendes, que era muito amigo do Castelo. Ele viu que era uma loucura, mas ele tinha tomado a palavra e foi. Foi para sofrer, para depois ser exilado... Nós tivemos que mandar dinheiro para todo o pessoal que estava exilado... essas coisas.

A.C. - Antes desses dois gestos insensatos, houve a tentativa de envolver aqueles oficiais que tinham um compromisso mais firme com a causa, contra os rumos que o governo Vargas tinha tomado, mas isso não funcionou. Então, esse movimento que se frustrou antes da posse do Juscelino eclodiu depois sozinho?

A.M. - Essas coisas todas têm uma ligação, mas não têm um elo firme, nem continuidade de ação. O pensamento contra Getúlio, naturalmente, invade um pouco a área contra Juscelino. O Juscelino era indicado pela força que tinha eleito o Getúlio. E tudo isso tem uma certa continuidade. Mas não uma coisa consistente.

L.H. - São explosões de insatisfação. há uma atitude. Esta vem de trás, desde o fim do governo Getúlio. E aquele grupo militar que vem do fim do governo do Getúlio e chega até 1964 praticamente o mesmo. Não o mesmo, mas o núcleo o mesmo. Então vínhamos nos conhecendo e agindo, com intermitência, desde o final do governo do Getúlio.

A.C. - dá a impressão de que esse grupo não queria correr o risco de ver repetir os mesmos conflitos, os mesmos problemas que o governo Getúlio tinha enfrentado.

A.M. - Não. Acontece que todos os homens eram muito experientes, principalmente o Cordeiro e o Ademar, que depois vão polarizar tudo e chegar a 1964, no núcleo central da conspiração. Esses também eram muito equilibrados e, principalmente, não queriam prejudicar os companheiros. Sentiam que não era o momento e tinham cabeça fria.

Essas coisas não fazem com cabeça quente. Eu contei que o Ardovino queria, no próprio dia 11 de Novembro, que eu me levantasse. Eu mandei o recado para o Etchegoyen: "Não, absolutamente." Como, se eu não tinha nem força para brigar? Ia sair dali e morrer. Isso eu

não podia fazer, não podia sacrificar a minha tropa. Se eu tenho um dever a cumprir eu sacrifico todo mundo, eu na frente. Mas eu não tenho, e não tenho nem expectativa, que não tinha...

A.C. - É um gesto suicida.

A.M. - Exato. Não constrói. Cada caso um caso.

L.H. - Não se esboçou nenhuma reação quando do episódio da espada de ouro?

A.M. - Eu vou chegar lá. Eu estou agora contando o período entre o 11 de Novembro - período de relativa calma - e a minha ida para os Estados Unidos. Foi em 1956. Então...

A.C. - Voltando um pouquinho atrás, a versão dominante que, de fato, o 11 de Novembro foi obra do general Denis muito mais do que do general Lott. O senhor acha que a versão correta?

A.M. - Mas quanto a isso não tenha dúvida nenhuma! Depois, tive uma conversa muito longa com o Lott. Tive duas conversas interessantes com o Lott. Conte uma, agora vou contar a segunda, já às vésperas de eu ir para os Estados Unidos.

Mas o Lott, pelo temperamento militar, quando o Carlos Luz não o recebeu, pediu demissão e pediu para ir embora mesmo. Mas o Correia Lima falou na reunião no QG: "O general Lott ministro e continua ministro." Ele firmou essa coisa. Tinha saído no jornal a notícia da demissão do Lott e da nomeação do Fiúza. Foi então que eu disse: "Mas então os generais estão ultrapassando a capacidade de ação, estão usurpando o governo." Da! a minha discussão com ele, em pleno QG.

Mas o movimento foi montado, como eu disse, na reunião dos generais. Aqueles dois coronéis levaram o plano, o Denis e os generais aprovaram e a! foi desencadeada a movimentação de tropa.

L.H. - O Lott ia para casa?

A.M. - Ele estava em casa. O Lott. Contam – eu não sei – que ele viu luz na casa do Denis, que era ao lado. Telefonou, o Denis chamou, ou ele foi lá... não sei direito, o fato que... A ata dessa reunião está em mãos do general Lira. Vocês podem pedir a ele.

A.C. - Justamente, eles moravam em casas contíguas no Maracanã.

A.M. - Mas anos depois o Lira, chefe do Estado-Maior do I Exército, abriu um cofre e encontrou a ata. Resolveu entregar ao comandante do Exército, que era o... E o comandante do Exército disse: "Eu não quero isso; guarde." E ele guardou.

A.C. - Quer dizer: foi uma reunião de generais que deu apoio ao Denis para fazer o que ele fez.

A.M. - Tomar a decisão.

A.C. - Ele foi bem escorado também, não foi?

A.M. - Foi. O ato de demissão do Lott não seria aceito e o Fiúza não seria ministro da Guerra: Esta foi a decisão dos generais.

Então, nesse interregno, houve aquela atitude episódica de revanche com o Eduardo e a tentativa de articulação, que se prolongou. Levou anos! Essa tentativa de articulação contra o Juscelino não terminou. Depois que saí do Brasil, a coisa continuou. Reencontrar isso dois anos e tanto depois. Esse ambiente contra o Juscelino continuou durante todo o seu governo.

A.C. - Entre Jacareacanga e Aragarças correu o governo inteiro. Jacareacanga foi no início. Aragarças foi no fim.

A.M. - Aquilo foi uma loucura e não só o governo que diz, nós mesmos dizíamos: "Não possível! Essa gente está louca!" A gente tem um pouco de raciocínio! Aliás, Aragarças e Jacareacanga já são dois ou três anos depois.

A.C. - 1956 e 1959. Mas um dos fatos que deve ter desencorajado totalmente qualquer atitude dessa natureza foi a própria atitude do Juscelino, que foi muito legalista, muito calma, não foi?

A.M. - O Juscelino mostrou-se um homem de um espírito de conciliação fora do comum.

A.C. - Ele percebeu que tinha que conciliar mesmo.

A.M. - Ele tomou uma atitude de tranqüilidade, de não perseguir. Não teve a menor atitude contra mim. Inclusive, quando eu estava nos Estados Unidos e houve insinuações contra mim, foram feitas declarações a meu favor: de um lado, do adido militar, que era o Machado Lopes<sup>5</sup> e do próprio embaixador, que era o Amaral Peixoto. Os dois me defenderam, na hora em que outros quiseram me intrigar. Eu não tenho a menor queixa direta do Juscelino. E sou testemunha de que ele não perseguiu ninguém. Vou mostrar depois a continuação dos fatos.

Aí se dão dois episódios: um interferiu na minha vida particular e o outro na minha vida militar. Eu estava completamente despreocupado da vida, morrer ou viver para mim era coisa completamente indiferente. Nesse período da minha vida eu não tinha a menor preocupação em continuar vivendo. Tinha um único filho, já encaminhado, arquiteto, com sua vida, noivo, e eu não sabia o que fazer de mim.

Minha mãe e meu filho, preocupados com meu estado de espírito, principalmente, exigiam: "Você tem que recomeçar a vida. A sua mulher, mais do que ninguém, sabia que ia morrer e muitas vezes ela disse que você não era homem para ficar viúvo, que se você ficasse viúvo iria morrer." E era verdade. Ondina muitas vezes me disse: "Se você enviuar, e eu devo ir antes de você, case. Você não pode ficar viúvo." Meu filho, minha mãe, e meus amigos, todo mundo vivia me arranjando noivas. E, como eu disse, nas minhas idas escola encontrei Virgínia, que tinha vindo do Norte. Amiga do Manuel

---

<sup>5</sup> O general José Machado Lopes foi adido militar junto embaixada brasileira em Washington de fevereiro de 1954 a agosto de 1956.



Morais, ela trabalhava no corpo permanente da escola e era bibliotecária lá.

Eu ia muito biblioteca, ia falar com as moças, encontrei... Não tive maiores... simpatizei, achei que ela seria uma das possíveis noivas que me arranjavam e depois... E eu, naquele espírito de dúvida, se recomeçava a minha vida de casado ou não... não podia interferir na vida do meu filho, que já estava noivo e se casou depois, em abril. E eu disse: "O que que vou fazer da minha..." Nessa angústia toda, deu-se o outro fenômeno da minha vida militar.

O Lott, muito organizado, estabeleceu oficialmente um critério para a ida de oficiais para o estrangeiro. Esse critério incluía várias condições, entre elas, cursos, posições nos cursos, trabalhos efetuados, mais isso, mais aquilo. E o Estado-Maior devia organizar a relação. Quando vi isso, não tive dúvida de que meu nome apareceria.

E um belo dia eu recebi o recado do general Coelho dos Reis, chefe do gabinete do Lott: "O ministro manda convidar você para ser o chefe da Comissão Militar Brasileira em Washington." Eu disse: "Mas eu sou um adversário... Tomé, espere dez dias e eu lhe dou uma resposta."

Fui para casa pensar. Conversei com alguns companheiros, analisando a situação. Eu não entro em detalhes, porque depois isso vai sair na conversa com o Lott. Fui examinar a minha situação de almanaque. Pela segunda vez, iria interromper a arregimentação e ficar em déficit com o futuro. Eu sabia que estava no índice e que não poderia, com aquela situação, contar com uma promoção, mas eu queria ficar com todas as condições para dizer que foi perseguição e não poderem dizer que eu não tinha arregimentação. Eu queria cumprir com o regulamento.

Inclusive, tenho no arquivo uma carta do Golberi dizendo: "Muricy, estive vendo o teu caso... O Geraldo foi chamado para ser adido no Chile e não aceitou, mas me escreveu uma carta: "Muricy, eu não aceitei por esse motivo... mas você está certo aceitando."

#### [INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Os outros companheiros disseram: "Não há dúvida nenhuma." Então, dei a resposta positiva ao Coelho dos Reis. Dias depois, saiu a minha nomeação para a chefia da Comissão Militar Brasileira em Washington. Essa comissão diretamente subordinada ao ministro. Ela não tem nenhuma interferência com nenhum outro órgão. Recebe ordem direta do ministro da Guerra ou através do seu chefe de gabinete e de mais ninguém. E eu estava bravo com o Lott.

A.C. - Quer dizer o senhor ficou juntinho do Lott.

A.M. - Bom, aí, eu falei com o Coelho dos Reis e não procurei o general Lott. De acordo com o regulamento, eu deveria ter ido a ele. Não fui. Eu não estava ligando para a vida, estava numa fase em que qualquer coisa valia.

Na mesma ocasião, foi nomeado para a comissão o Ariel Paca de Oliveira, que era tenente-coronel. Eu era coronel. Eu ia ser chefe e ele sub-chefe.

Então, nos preparamos para embarcar. Não quis ir sozinho, porque estava num estado de espírito tremendo.

A.C. - Esta não era a Comissão Mista?

A.M. - Não. Em Washington existe a Comissão Mista, que uma coisa; aliás, a sede no

Brasil. Existia a Junta Interamericana de Defesa e havia a Comissão Militar Brasileira, assim como a naval e a aeronáutica. A função principal era fazer aquisições diretas de todo material necessário para o Exército e atender os oficiais no exterior que não estivessem em função diplomática.

Houve depois alguns episódios, inclusive um muito interessante com o Batalhão Suez. Mas isso eu conto depois.

Mas então, fui me preparando para embarcar, sem saber se iria casar, se não iria casar, que rumo iria dar na minha vida. A! disse para minha mulher: "Eu vou para os Estados Unidos. Não sei se caso ou não caso com você. Eu estou ainda numa situação de completa indecisão. Ainda não tenho um caminho a seguir. Tenho, entretanto, uma convicção: se eu casar com alguém, ser com você. Mas isso só direi depois porque eu não tenho condições de dar resposta agora." E assim fui para os Estados Unidos, ainda numa situação de indefinição quanto minha vida.

A.C. - E o senhor tinha certeza de que ela queria casar com o senhor? O senhor estava tão seguro...

A.M. - Eu era... Todo mundo ficava espantado, porque ninguém acreditava que eu ia me casar de novo. Eu era tão chegado minha primeira mulher, que o comandante da escola na época em que eu estava nos Estados Unidos, o Vasco Alves Seco, que era meu primo, mandou chamar a Virgínia para conhecer a futura prima, e disse: "Você conseguiu pegar o Antônio Carlos?" [Risos]

Quando eu senti que ela percebeu que eu tinha tomado a decisão, eu tive uma conversa muito séria com ela. Eu disse: "Olha, Virgínia, eu estou absolutamente indeciso sobre a minha vida. A minha vida com a minha primeira mulher foi assim, assim, assim. Eu estou de tal maneira ainda influenciado pelo meu passado que eu ainda não sei o que ser o meu futuro. Não sei, absolutamente. Não sei o que vai acontecer comigo. Então não quero que você leve isso como compromisso. Se você tomar um outro rumo, tome. Agora, de uma coisa pode estar certa: não me caso, não tomo uma atitude, se não estiver completamente convencido de que devo tomar. Até lá, deixar que as coisas continuem assim."

Mas nisso, como eu disse, chegou o momento de embarcar. E veio a minha segunda conversa com o Lott, muitos meses depois da anterior. Quando tive que embarcar, tive que ir ao Lott, o que havia evitado até então.

Eu procurei o Coelho dos Reis e disse: "Olha, Tomé, eu vou me apresentar ao ministro. Preciso me apresentar, eu dizia sempre, "ao teu chefe". Mas quero que você vê comigo, porque eu tive uma conversa muito tempestuosa há um ano atrás e quero uma testemunha, porque, se a conversa for tempestuosa de novo, não sei o que vai acontecer." Ele disse: "Muricy, eu estou ocupado, mas você está com o Ariel. Vai com ele." E fui com o Ariel. Cheguei lá e falei com o ajudante-de-ordens do Lott: "Diga ao senhor ministro que o coronel Muricy e o coronel Ariel estão aqui para se apresentarem porque seguem para Washington, para a Comissão Militar Brasileira". O ajudante-de-ordens entrou no gabinete e veio com um recado do Lott: "O senhor ministro manda entrar um de cada vez." A! eu disse para o Ariel: "Ariel, não sei se vou para os Estados Unidos..." E entrei.

Protocolarmente, com o quepe debaixo do braço me apresentei: "Coronel Antônio Carlos da Silva Muricy, chefe da Missão Militar Brasileira em Washington, se apresenta para seguir destino." Ele: "Sente". E continuou: "Coronel, eu desejava conversar com o senhor sobre dois assuntos..."

## [FINAL DA FITA 24-A]

A.M. - "... Primeiro: soube que quando mandei convidá-lo para a chefia da missão, o senhor pediu um prazo e foi conversar com os seus amigos." Eu disse: "Senhor ministro, eu não queria tocar nesses assuntos. há um ano atrás tivemos, nesta mesma sala, neste mesmo lugar, uma conversa tempestuosa, da qual eu me retirei um pouco bruscamente. Mas, se Vossa Excelência me provoca, eu não fujo. Realmente, quando Vossa Excelência fixou o critério para a ida para o estrangeiro, eu verifiquei que ele me atingia em cheio. Mas disse: esse problema não meu. E continuei no meu trabalho, no meu grupo, sem a menor..."

A.C. - Atingia em cheio, como que se respondesse ao seu perfil militar.

A.M. - Parece que foi encomendado. Inclusive, os que estavam em boa situação já tinham ido para o estrangeiro. Todos os meus companheiros já tinham ido para o estrangeiro. Uma das condições era que o oficial não tivesse ido para o estrangeiro há menos de três ou quatro anos. Eu nunca tinha ido.

L.H. - O senhor preenchia todos os requisitos.

A.M. - Eu preenchia todos os requisitos para ficar bem-colocado. O Estado-Maior me botou em primeiro lugar. Mas, continuando, eu disse ao Lott: "Quando vieram me dizer que o Estado-Maior tinha feito a relação dos oficiais em condições de ir para o estrangeiro dentro do critério estabelecido, e que tinha colocado o meu nome em primeiro lugar, eu disse: "Não tomo conhecimento, isso não assunto que me diga respeito." E não pensei mais. Quando o seu chefe-de-gabinete, o meu amigo general Coelho dos Reis, me convidou, eu pedi um prazo. Pedi um prazo por três razões. Primeiro, porque eu estava cumprindo um dever de arregimentação, que já tinha interrompido anteriormente e iria interromper novamente. Precisava ver se o prazo da comissão, de dois anos no exterior, iria prejudicar o prosseguimento da minha carreira. Isso era uma coisa que eu tinha que verificar. Segundo, por uma questão moral. Estando politicamente no terreno oposto ao de Vossa Excelência, eu tinha que pensar antes de responder se aceitava ou não a um convite partindo de Vossa Excelência. Em terceiro lugar, por uma questão particular. Estou na mesma situação em que ficou Vossa Excelência quando morreu sua mulher. Estou com a minha vida desorganizada e preciso ver até onde a minha ida para o estrangeiro vai influir na minha vida. Não sei que destino vou ter. Foi por esses motivos."

Aí começou a falar o homem. É como eu digo: a gente tem que admirar o Lott em certas coisas. Ele disse: "Coronel, o senhor acredita que o seu ministro iria convidá-lo para uma missão que o pudesse colocar mal moralmente?" Eu disse: "Faço justiça a Vossa Excelência dizendo que não. Mas tenho certeza também que, se Vossa Excelência estivesse no meu lugar, e eu no seu, Vossa Excelência iria pensar antes de me responder." A! ele me disse: "O senhor precisa compreender que nossas posições políticas... eu precisava defender o Brasil." E começou então a justificar-se do 11 de Novembro. Tivemos uma discussão imensa a respeito de nossas posições no 11 de Novembro. Ele se abriu comigo. Foi a primeira e única vez em que ele fez isso comigo.

A.C. - O que ele disse?

A.M. - Aquelas coisas que depois ele disse nas diversas entrevistas: que era uma questão de disciplina, de defesa do Exército, não era possível permitir que a politicagem transformasse o Brasil e jogasse o país no caos. Então, era sua função, como ministro, defender o Brasil. Ele foi por a! afora, e eu retrucando...

Quando aquilo acabou, discutimos. Tinha havido aquele problema do Inácio Jos Veríssimo, com o voto da lavadeira. Discutimos o voto do analfabeto... Foi uma conversa política violentíssima. De repente, ele parou e disse: "Bom, coronel, esse era o primeiro assunto que eu queria conversar com o senhor. Agora, o segundo. A Comissão Militar Brasileira tem dado grandes vantagens ao Exército. Eu tenho certeza de que o senhor continuar no mesmo caminho e poderemos contar com grandes vantagens na sua permanência." Respondi: "Senhor ministro, o senhor me conhece desde o meu tempo de cadete. Sempre procurei dar o máximo ao Exército e ao meu país. Então, continuarei dando, na comissão, o máximo ao Exército e ao meu país. só não farei o que não for possível." Ele concluiu: "Então, coronel, boa viagem, seja feliz." E eu: "Muito obrigado, senhor ministro," e me retirei.

Isso para mostrar que no meio de tudo isso, continuei sendo o homem que sempre fui. Quando eu o encontrava, ia falar com ele. Quando ele estava em Teresópolis, antes de ir para a casa da filha, a Henriette, eu o encontrava e ia falar com ele.

A.C. - O senhor o encontrava casualmente ou o procurava?

A.M. - Casualmente. Não o procurava, mas encontrava e ia falar com ele. Mais tarde, em Washington, estreitei relações com duas de suas filhas: a Henriette, casada com o Mário Pacheco, e a outra, casada com um americano, que ainda está lá e de cujo nome não me recordo. Fizemos muito boa amizade até hoje.

A.C. - Pelo que o senhor mostrou, o general Lott tinha-lhe uma amizade, um carinho, enfim, um zelo.

A.M. - Ele tinha. Por exemplo, no meio da conversa eu lhe disse: "Senhor ministro, eu sei que vieram reclamar ao senhor por ter nomeado para o estrangeiro um homem que contra o governo. Eu sei disso. E a minha resposta foi a seguinte: eu não pedi para ir para o exterior e quem quiser que fique com o meu cargo, com a minha função." Ele me disse: "Coronel, o seu cargo dependeu de um critério e o cargo está disposição do critério que eu estabeleci." Ele tinha essas atitudes. Eu tenho que reconhecer e dizer isso.

L.H. - Entre o adversário e o regulamento, ele ficava com o regulamento

A.M. - Com o regulamento, com o critério que estabeleceu e que ele julgava justo. Ele não quebrava o critério porque a pessoa não pensava politicamente - não militarmente - como ele.

A.C. - Isso, num certo sentido, corrobora a sua impressão sobre o próprio governo Juscelino: mesmo o general Lott, que tinha um passivo de conflitos muito grande contra ele, agiu de maneira a pacificar.

A.M. - Ele não pacificou. Todo mundo apanhou. De todo o nosso grupo, quem não apanhou fui eu. São dessas coisas que acontecem na vida. Eu estava pronto para apanhar, mas não choveu em cima de mim dessa vez.

A.C. - Mas choveu em cima dos outros.

A.M. - Choveu em todo mundo. Todos os meus amigos estavam "chovidos". [risos].

A.C. - Eu queria perguntar ao senhor sobre o Coelho dos Reis. Sendo uma pessoa ligada ao espírito da Escola Superior de Guerra, como ele se sentia como auxiliar direto do general Lott, nessa tempestade toda?

A.M. - Politicamente, sempre divergimos. Sempre fomos amigos e sempre, politicamente, tivemos imensas discussões. Isso se deu com vários amigos meus, em várias épocas da vida; entre eles, o Coelho dos Reis, o Djalma Dias Ribeiro, para citar dois com quem tive mais discussões sobre o problema político, em campos opostos. Eu dizia tudo que eu pensava, eles diziam tudo que pensavam, eu dizia desaforos para eles, eles diziam desaforos para mim... No fim, continuávamos amigos da mesma maneira. Nunca houve o menor estremeamento entre nós, apesar de estarmos politicamente em campos opostos.

A.C. - O senhor acredita na amizade. A amizade supera essas coisas.

A.M. - Ah! Até o fim. O Coelho dos Reis foi, até morrer, muito meu amigo. Aliás, ele era muito amigo do Castelo. E depois teve várias discussões com o Castelo, também nesse pé.

O Coelho do Reis era companheiro do Castelo, saíram juntos da Escola Militar, foram juntos para Minas Gerais e juntos, na mesma época, conheceram e namoraram as respectivas esposas, que eram amigas - a Argentina e não me lembro o nome da outra -, ambas muito bonitas e muito requestadas na sociedade mineira. Aliás, eles e o José de Melo Alvarenga foram para Minas.

L.H. - Antes do senhor entrar no seu período nos Estados Unidos, eu queria voltar a insistir no episódio da espada de ouro, porque o senhor tem coisas para contar.

A.M. - Nesse período, como eu disse, houve várias coisas. Uma delas foi o episódio da espada de ouro. O Castelo estava na Escola Superior de Guerra quando veio o convite para o célebre comício no qual iriam entregar ao Lott a espada de ouro, por ele ter defendido a legalidade. E houve um convite a vários generais para comparecerem solenidade. O Castelo também recebeu convite. A! entrou um pouco a mão do Ademar de Queirós, muito amigo do Castelo e, ao mesmo tempo, adversário do Juscelino, chefe da conspiração contra Juscelino no Rio. Ao mesmo tempo, ele estava preocupado por ver o Exército envolvido num problema político-partidário.

Um dos que insuflaram o Castelo foi o Ademar de Queirós. E o Castelo resolveu escrever a carta se recusando a comparecer entrega da espada. Essa carta, que deveria permanecer desconhecida, chegou ao conhecimento dos jornais e então começou a exploração. Isso criou um problema tremendo no Exército. O Castelo era um homem de grande prestígio, um grande instrutor, tinha corrido todas as escolas, tinha trabalhado no Estado-Maior do Exército, na 3ª seção, e estava na Escola. Com a celeuma, o Castelo foi afastado e

transferido para Belém do Pará. Nessa ocasião, novamente houve um certo tumulto no Exército. O Castelo não quis que o problema tomasse vulto, girando em torno dele, mas de qualquer maneira, um grupo de companheiros e amigos ofereceu-lhe um almoço de despedida, no restaurante Camponesa, em cima da Sears, lá no último andar. E lá estivemos nós, até o Castelo embarcar.

Nesse almoço, como sempre, estavam o Ademar, o Fragoso, eu e uma porção de companheiros de que não me recordo. Este foi o episódio da espada de ouro.

L.H. - De quem partiu a idéia de entregar a espada de ouro ao marechal Lott?

A.M. - Ah, não sei. Eu estava do lado de cá... Não sei como que a coisa...

L.H. - Parece que uns empresários se cotizaram.

A.M. - Nesse particular, há sempre os que gostam de aparecer. Toda vez que acontece um fato e uma pessoa se destaca, sempre surgem os homens que querem aparecer por conta daquele que se destacou. Era uma oportunidade de aparecer: "Fui eu, não-sei-o-quê mais..." Não sei contar.

L.H. - há até um poema do Manuel Bandeira, não sei se o senhor conhece, dirigido ao Lott, pedindo a ele que não receba a espada.

A.M. - Eu me lembro disso. Mas não sei de onde tudo isso partiu. Eu estava do lado de cá e a coisa virou-se para o lado de lá. Nunca tive referências a isso. Sei da importância do Ademar para a reação do Castelo entrega da espada. O Ademar foi um dos maiores causadores daquele ardor... Não era do temperamento do Castelo. O Castelo sempre foi um homem muito legalista. só dali em diante que ele começou a fazer uma crítica, mas fazia internamente ou então num meio muito cerrado.

Um dos problemas que apareceu mais tarde foi como botar o Castelo na conspiração. Nesse caso aí, o Cordeiro e o Ademar... O Ademar talvez mais do que o Cordeiro...

A.C. - O senhor disse que o Ademar de Queirós foi um conspirador contra o Juscelino.

A.M. - Foi. Eu o chamo de "meu mestre".

A.C. - Mas, na verdade, o senhor mostrou também que ele tentou conter esse grupo. Qual foi seu papel real: conspirar ou conter?

A.M. - Conspirar sabendo o que está fazendo, não fazer loucura. Conspiração não quer dizer loucura. Se eu digo: "Acho que devemos tomar tal atitude", e esta atitude não está suficientemente madura, tomá-la é loucura. Então tem-se que esperar que as coisas cresçam, que o ambiente permita uma ação. Fora disso, um ato de insensatez. E o Ademar era e um homem profundamente sensato. Ele me chamava de agitado: "Você, que um agitado... você, que o afobado..." Mais tarde vamos ver um episódio parecido.

L.H. - Ficou como chefe de uma conspiração, mas, na verdade, também analisou a possibilidade de sucesso.

A.M. - Não era fazer uma Aragarças. Nunca. O Ademar não o homem de Aragarças. O Ademar um homem de tranqüilidade para esperar o momento, como vai acontecer em 1964. E o Ademar e o Cordeiro tinham um imenso poder de controle das forças contra o Jango. O trabalho todo, depois da morte de dona Argentina, foi não exacerbar o Castelo, deixá-lo calmo. Nós queríamos empurrar o Castelo.

A.C. - Deixar que as coisas estivessem maduras para que o Castelo assumisse maduramente.

A.M. - Ah! Exato. Mas naquela ocasião não havia... A coisa chega lá adiante, quando chegarmos a 1963. A! outra coisa.

A.C. - Na história do marechal Castelo, esse episódio da espada de ouro um...

A.M. - É um primeiro alerta de posição pública contra o governo. O Castelo sempre foi um homem de combater a favor do governo, contra todos os movimentos. Ele saiu da legalidade em 1964.

A.C. - Desde a Coluna Prestes.

A.M. - Exato. Em 1963 o Castelo já estava definido, mas... deixa chegar lá, porque nós estamos em 1956 agora.

L.H. - Então, em maio o senhor embarcou.

A.M. - Em junho eu embarquei para os Estados Unidos.

L.H. - O Ariel junto.

A.M. - Eu com o Ariel.

A.C. Qual era a posição do Ariel?

A.M. - Ia ser meu adjunto.

A.C. - Sim, mas ele não estava envolvido em...

A.M. - Ele tinha sido do gabinete do Lott, mas não era do pensamento do ministro. Ele estava pronto a sair. O critério do Lott o atingiu. Ele foi para os Estados Unidos pelo mesmo critério que me atingiu.

A.C. - Quer dizer: ele estava no gabinete do Lott mas não era da mesma posição que o Coelho dos Reis, por exemplo, não comungava das mesmas idéias.

A.M. - Ele não era da mesma posição, embora fosse de confiança do Coelho dos Reis e do Lott. Era um homem de grande atitude, de grande correção e muita lealdade. Em matéria

de lealdade, eu trabalho com o meu inimigo do lado. É uma das características da formação militar: nós trabalhamos com homens que nos querem bem ou que nos querem mal, mas trabalhamos lealmente.

A.C. - Mas em 1955, em princípio ele ficou contra o Lott, mas do ponto de vista militar ele se manteve distância.

A.M. - Manteve-se absolutamente discreto, mas contra o Lott.

Mas fui para os Estados Unidos. Devido ao meu estado de espírito de muita depressão, não quis ir sozinho. Levei, então, uma das minhas irmãs solteiras. Ela ficou lá comigo o tempo todo. No mesmo navio foi o Demóstenes Madureira de Pinho, meu velho amigo, com a mulher, Odete. Ela ia fazer um *check up* médico. Cheguei em Nova York às vésperas do meu quinquagésimo aniversário, comemorado com o Madureira. O Ariel seguiu logo para Washington. Eu fiquei ainda uns dias em Nova York. O Madureira, então, representou todos os meus parentes e amigos nesse jantar de aniversário, e, por coincidência, nós ouvimos a Jacqueline François, a maior cançonetista francesa, no hotel Plaza.

Depois segui para Washington, assumi a chefia e passei dois anos e dois meses nos Estados Unidos. O adido militar era o Machado Lopes, que já tinha sido meu companheiro no Colégio Militar de Barbacena, comandante-aluno, quando eu estava lá, em 1918. Mais tarde, nos reencontramos em várias circunstâncias, mas nunca tínhamos estado perto.

Fiz uma amizade cerrada durante a convivência com o Machado Lopes. Convivi também com o Costa Cavalcanti, que era coronel adjunto do adido, e o Silvino Castor da Nóbrega, o meu antecessor, um dos melhores comandantes da FEB, um homem que teve sempre uma atitude muito correta. Era muito ligado a nós e depois ficou contra nós. Um dos meus dramas de consciência foi pedir a sua reforma.

Eu tive, em 64, dois dramas de consciência tremendos: um por causa do Silvino outro por causa do Moraes. Foram coisas bárbaras.

L.H. - Como eram as suas relações com o embaixador?

A.M. - Quando eu cheguei, havia um embaixador de carreira, João Carlos Muniz: muito sociável e pouco eficiente. Eu procurei não me aproximar do embaixador, a não ser na medida inteiramente indispensável. E toda a aproximação era com o embaixador junto OEA, que era o embaixador Fernando Lobo. Então nós freqüentávamos muito mais o embaixador brasileiro junto OEA do que o embaixador brasileiro junto ao governo americano, que depois foi substituído pelo Ernani Amaral Peixoto, e a coisa mudou completamente.

A colônia brasileira era muito unida. As três armas e o meio civil da colônia brasileira em Washington formaram um ambiente muito agradável. Vim a conhecer pessoas de quem sou amigo até hoje. No Itamarati, tenho inúmeras relações, inclusive com o Saraiva Guerreiro, que hoje ministro e que estava lá. O Ítalo Zappa, que está vindo da África, estava lá. O Henrique Vale, aquele que tinha sido meu companheiro na Escola de Estado Maior. há o Miguel Osório de Almeida, muito capaz, na área econômica. Fiz inúmeras amizades no Itamarati através da embaixada brasileira. Muitas delas até hoje perduram.

Passei dois anos de trabalho sério e tranquilo. Washington uma cidade maravilhosa. Mas nesse período, tudo aquilo ainda me deixava naquela angústia. As minhas cartas para o



meu filho - era a única pessoa com quem eu podia me abrir - traziam todo o meu estado de alma. A minha irmã me ajudava no que podia, mas nem com ela eu me abria como eu fazia com meu filho. E meu filho, então, começou a me escrever: "Papai, você não pode continuar nesse estado de coisas, tem que tomar uma decisão quanto sua vida, precisa recomeçar a vida, você se lembra que a mamãe dizia isso"... e foi assim até que um dia ele me escreveu: "Papai, você está num estado que tem que tomar uma decisão. Case, case logo e com a Virgínia."

L.H. - Quer dizer, o seu filho estava obrigando-o a se casar.

A.M. - É . Quando eu saí daqui eu disse ao Marcos...

A.C. - Este o nome dele?

A.M. - É . Ele arquiteto e já me deu quatro netos e uma bisneta. Ele casou no começo de 1956 e eu no fim do mesmo ano. Vai fazer bodas de prata agora, no dia 3. Mas, antes de eu embarcar, eu disse a ele: "Vou casar. Todas as pessoas querem que eu case... mas encontrei, na Escola Superior de Guerra, uma moça, que tem tais e tais condições. Eu quero que você se aproxime dela." Ele se aproximou de Virgínia, depois que eu embarquei. Ele foi procurá-la, conheceu-a e me escreveu: "Case." E eu resolvi casar por procuração em dezembro.

Eu escrevia para o meu filho e para ela e ela me escrevia. Era uma triangulada enorme de cartas. Quando dezembro chegou, meu filho me representou no casamento civil, aqui no Rio. Ela embarcou e fizemos o casamento religioso em Washington. Foi um sucesso, porque ninguém esperava que... Inclusive já tinham preparado uma noiva para mim, em Washington. Os companheiros e os amigos estavam...

L.H. - O senhor era um bom partido, hein?

A.M. - Um coronel, quase general... Dependia da situação política, mas um coronel que tinha prestígio no Exército, que tinha um único filho, viúvo e independente na vida, que não tinha nada de compromissos complicados extrafamiliares... Bom partido. [risos]

L.H. - Da! a quantidade de noivas que eles queriam arrumar para o senhor.

A.M. - Como me arranjaram uma porção de candidatas, eu fui escolher aquela que eu queria, que não tinha nada de...

L.H. - Então sua mulher foi para lá no fim de 1956.

A.M. - Casamos e recomeçamos. Um ano depois, deu-se o nascimento dos primeiros filhos, que eram gêmeos. Foi um escândalo. Todo mundo daquele tempo, até hoje pergunta: "Como vão os gêmeos?" "Eu me lembro dos gêmeos." Eu mesmo preparava 2 mamadeiras, que eram para dois dias.

Era o sistema americano: eu preparava as mamadeiras e depois era só aquecer e dar.

A.C. - O senhor era o encarregado dessa missão?

A.M. - A coisa mais gostosa da vida a gente viver na família. Trabalho, mas dentro de casa...

A.C. - O senhor não tem sangue italiano, não?

A.M. - Não. Meu sangue é brasileiro mesmo, bem misturado, de tudo quanto raça e, portanto, de raça nenhuma.

L.H. - O senhor teve muitos contatos com a colônia brasileira que se formou lá. E com os militares americanos, o senhor tinha?

A.M. - Tive alguns contatos com os militares americanos. Foram contatos muito cerrados. Eu tinha contato permanente com um coronel - não me lembro o nome -, que era o chefe encarregado do material no Pentágono. Eu tinha contato cerrado com alguns militares que também tinham contato na embaixada. Entre eles, menos, mas com alguma relação, estava o Walters, o Moura, que veio ser adido aqui...

Havia o clube dos adidos. Depois, além de chefe da Comissão Militar Brasileira, por conveniência do serviço eu passei também a adjunto de adido. Então, eu tinha uma dupla função. Eu, então, freqüentava o Clube dos Adidos Militares e tinha relação com vários países. Fiz muito boa amizade com o adjunto francês, com o pessoal de Portugal... O embaixador de Portugal, sr. Luís, era casado com uma amiga da Nair do Juarez, filha do Sabóia. Vive até hoje em Portugal. Nós íamos constantemente embaixada portuguesa. Mas eu fugia. Essa coisa de recepção todo dia cansa.

L.H. - O senhor estava nos Estados Unidos em 1957, quando houve o lançamento do Sputnik.

[FINAL DA FITA 24-B]

L.H. - Como foi a repercussão?

A.M. - Eu senti o povo americano amedrontado. A sensação de medo era traduzida nos jornais, na atitude, nas conversas. O Sputnik foi uma decepção para o americano, que se julgava frente de todos os programas de defesa e de ação e que, de repente, se viu ultrapassado pelo russo. Isso criou uma reação. O americano, aliás não só o americano, muita gente assim na hora da euforia, esquece o perigo, na hora do perigo diz " por que que eu não fiz há mais tempo?" Isso o que se está dando agora, no momento de transição do Carter para o Reagan.

L.H. - Parece que isso foi uma surpresa total para os militares americanos.

A.M. - Total. Pelo que estou informado, inclusive em conversa com os oficiais americanos naquela ocasião, eles estavam preocupados e, principalmente, decepcionados por terem sido ultrapassados.

L.H. - Estavam surpresos, não é?

A.M. - Surpresos e decepcionados com a ultrapassagem dos russos.

Mas eu ia contar o episódio do Batalhão Suez. Como eu disse, uma das funções do chefe da Comissão Militar era atender aos militares que estavam no exterior em missão não-diplomática, isto é, os que não eram adidos militares.

L.H. - Era o pessoal que fazia cursos?

A.M. - O pessoal que fazia cursos, que ia para tratamentos, para missões temporárias, para visitas... Eu tinha ligação permanente com a delegacia do Tesouro em Nova York e, então, providenciava pagamentos, embarques, as questões materiais, inclusive parte de compras. Todo indivíduo que vai ao exterior quer comprar. Depois de uma permanência de dois anos, o oficial tem direito a umas tantas coisas... Eu tinha uma seção que atendia a esses casos.

L.H. - O senhor novamente estava lidando com pessoal.

A.M. - É. Nesse período, formou-se o Batalhão Suez. Naturalmente, houve um pedido de apressar o embarque desse contingente e as coisas foram feitas meio rapidamente. Mandaram um contingente, um destacamento precursor, onde estava o Evaristo, o Freire... Eram todos excelentes capitães e maiores dos estados-maiores, que foram primeiro para a Itália e depois, para o batalhão, na faixa de Gaza. Nesse momento, eles começaram a entrar em contato comigo, para o atendimento do Batalhão Suez. A ONU pedia urgência e o batalhão embarcava sem estar com todos os papéis em ordem.

Um belo dia, eu recebi um pedido de socorro do comandante do Batalhão Suez. Era o Iracílio, muito chegado ao Lott. Ele me pediu socorro porque o pessoal estava sem pagamento. Mandeí ver o que que havia sobre o problema na delegacia. Chegamos conclusão de que as guias de vencimentos estavam todas erradas. Chamei meu intendente - meu homem das finanças -, que era o Pefani Daroz, e disse: "Vamos trabalhar e consertar isso com urgência." Ele foi a Nova York, passou uma semana trabalhando, voltou e me disse: "Coronel, não há jeito. Como que a gente vai fazer?" Eu disse: "Nós temos que pagar. Não posso deixar essas famílias sem vencimentos. Não posso deixar o homem na frente, e isso o Brasil." Então, fiz uma coisa, que se faz quando se tem certeza de estar no caminho certo, embora não estando autorizado: resolvi fazer o pagamento com verba de compra. Chama-se estouro de verba, o que, no código de contabilidade, cria problemas...

Mas eu disse: entre amanhã eu ser responsabilizado porque paguei aos homens ou ser acusado de tê-los deixado morrer de fome, eu pago. Chamei o Pefani e disse: "Você quer assumir uma responsabilidade junto comigo: sermos amanhã processados pelo estouro de verba?" Ele disse: "Faço." E eu: "Então vamos pagar."

Fiz uma transferência de não sei quantos milhares de dólares para o Iracílio fazer o pagamento lá em Suez (ou não sei onde). Fizemos um resumo das folhas de pagamento, que tinham sido preparadas na delegacia e mandamos junto com o dinheiro, para que o pagamento fosse feito de acordo com as folhas. Uma parte ficava no Brasil, uma era remetida... que era embrulhada dos infernos.

L.H. - Por que que isso passava pelos Estados Unidos, se o batalhão foi para a Itália e depois para Suez?

A.M. - Porque todo pagamento do Brasil no exterior era feito através da Delegacia do Tesouro, que antigamente era em Londres e depois passou para Nova York. Se um indivíduo servisse na China, era pago pela Delegacia do Tesouro em Nova York, que controlava o pagamento de todo pessoal no estrangeiro. Agora isso foi modificado. A delegacia foi extinta e foram criadas filiais de Banco do Brasil.

Esse o episódio que eu queria contar, que realmente... Eu não ia deixar os companheiros - eram uns quatrocentos, quinhentos homens - ficarem lá em Suez, com uma responsabilidade imensa, sabendo que a família não tinha recebido e ainda não podendo viver dentro do acampamento. Era difícil.

L.H. - O senhor estourou a verba?

A.M. - Sim, mas o chefe do gabinete do Lott era o Levi Cardoso, que já tinha servido comigo no gabinete do Canrobert. Escrevi ao Levi, informando o que estava acontecendo e o Levi disse: "Eu estou providenciando." Mas chegou um dia em que fiz uma carta ou um telex dizendo: "Chegou o momento em que eu tenho que tomar uma decisão e eu vou pagar. Fale com o ministro para aprovar a minha decisão." O Lott aprovou.. Comuniquei o que tinha feito - aliás, já havia um processo - e disse: "Paguei tanto". E a resposta veio de lá: "O ministro aprovou." Não houve problema: a verba veio depois e eu repus o que tinha sido gasto.

L.H. - Como era a sua rotina de trabalho?

A.M. - Foram dois anos encantadores. A vida no estrangeiro fácil, com dinheiro. A gente deixa de contar tostões para poder pensar em alguma coisa. Foi aí que eu pude recomeçar minha vida. Quando meu filho se casou e eu enviuei, dei tudo que era meu para ele: dei a casa e tudo que estava dentro. De acordo com o inventário, metade do apartamento era dele; então, vendi-lhe minha metade pelo preço não - corrigido de dez anos para poder coonestar a operação. E assim eu fiquei sem nada.

Mas minha vida tinha recomeçado de novo e eu ia voltar para o Brasil. Então comprei tudo de novo, principalmente uma coleção de discos, escolhida durante dois anos e três ou quatro meses. Eu ia mensalmente comprar discos, dentro de uma programação que executei e ampliei ainda mais. Assisti a muitos concertos, chegando ao ponto de não dar conta deles.

A.C. - Em Washington, o senhor não devia mesmo dar conta.

A.M. - Mas aqui eu também quase não dou conta. Ainda hoje, vou pagar 29 mil cruzeiros por quatro assinaturas da Orquestra Sinfônica - três no Municipal e uma na Sala Cecília Meireles -, para mim, minha mulher e minha irmã, que também companheira de música.

Essa foi a minha vida em Washington. Mas esse interregno de tranqüilidade terminou.

L.H. - O prazo era de dois anos?

A.M. - Era. Fui substituído pelo Newton Castelo Branco Tavares, um homem da nossa equipe, muito amigo do Castelo, que gostava muito dele. Ele depois morreu de câncer no cérebro. Trabalhou até a véspera da morte como chefe-de-gabinete no Estado-Maior do Exército.

A.C. - Quando foi isso?

A.M. - Três ou quatro anos mais tarde. Quando voltei ao Brasil, o chefe-de-gabinete do Estado-Maior do Exército era o Pedro Geraldo.

Quando estava me preparando para voltar, escrevi ao Pedro, com quem eu mantinha correspondência. O Pedro também tinha sido chefe da Comissão Militar e, no Estado-Maior, era o encarregado da classificação. Como eu no gabinete do ministro, no Estado-Maior o chefe-de-gabinete quem faz a classificação dos oficiais. Eu escrevi para o Pedro Geraldo: "Pedro, estou de retorno e ainda estou devendo arregimentação. Pelo amor de Deus, providencie uma arregimentação, para eu não perder tempo. Não quero ir para uma função burocrática."

Ele já tinha atuado intensamente para o meu casamento por procuração, tendo providenciado o embarque de Virgínia para os Estados Unidos. Primeiro, ela foi para a casa dos pais, no Recife, e depois foi encontrar o Domingues, aquele meu companheiro exilado lá em Belém. Ele foi pegá-la, para fazer transbordo de avião para os EUA. O Pedro Geraldo, então, era um dos que tinham ajudado no nosso casamento. O Marcos tinha conversado muito com ele. Era um grande amigo. Eu gostava muito do Pedro, o "Pedro Malasartes " ...

A.C. - E ele não tinha tido problemas políticos mais sérios?

A.M. - Não. O Pedro Geraldo nem sempre esteve conosco. Por exemplo, no episódio do 11 de Novembro, ele não esteve conosco, e nem por isso perdemos a amizade. É o que eu digo: os assuntos políticos não terminam, não complicam; só os ideológicos afastam. A gente discute os assuntos políticos, briga e continua amigo.

L.H. - Ele não esteve com o senhor: isto significa que ele tomou uma posição ao lado do general Lott ou se absteve?

A.M. - Ele esteve mais ou menos ausente, embora fosse um homem de presença. Eu, pelo menos, não me lembro de uma posição nítida dele a favor ou contra o Lott. Continuei muito seu amigo durante toda a vida, até ele morrer. Eu tenho companheiros de quem fui adversário político e de quem sou amigo até hoje. Alguns morreram e eu continuo amigo das famílias. A política não separa o coração. O problema ideológico separa.

Embarquei dos Estados Unidos, com um casal de gêmeos a fazer um ano de idade e minha mulher esperando mais um garoto.

A.C. - Quais são os nomes dos meninos?

A.M. - Maria e Antônio Carlos. E minha mulher estava esperando o outro, que é o Maurício. Naquele tempo não se sabia se era homem ou mulher... Viemos a bordo de um navio da Delta Line, jogando tremendamente. Naquele tempo viajava-se de navio. A viagem de avião era incômoda e a de navio era uma delícia. Eu tinha ido num navio, o Argentina, da Moore-McCormick, numa viagem excelente, e voltei de navio. O avião era daqueles paradores, voava dois dias para chegar a Nova York. Eu vinha com Virgínia já no final da gravidez. Dizia o Moura, com muita graça: "Este brasileiro *made in USA*" [risos].

L.H. - O Moura descendia daquelas famílias portuguesas...

A.M. - Era de uma família portuguesa de Massachusetts, e a mulher dele, Jô, também.

L.H. - E fala português, não é?

A.M. - Durante a guerra, ele foi trabalhar conosco, como intérprete. Ele falava um português carregado... de Portugal. Mas com o convívio com brasileiros desde 1944 – depois, ele veio para cá como adido, foi para os Estados Unidos, continuou em ligação com os brasileiros, foi e veio – hoje o Moura fala o português como qualquer um de nós, como se tivesse nascido aqui. Inclusive, ele fez uma brincadeira. Quando estava aqui, ele ia muito ao gabinete do ministro e ia fardado de oficial americano. Um dia, um companheiro nosso, que não sei quem foi, disse-lhe: "Mas Moura, como que você vive fardado de oficial americano?" E ele: "Não diz nada... isso aí uma ligação que nós temos aqui no Brasil... com o governo americano... Então eu me disfarço..." [risos]

L.H. - Era estranhíssimo: uma pessoa com o nome de Moura falando português... as pessoas confundiam.

A.M. - Mas um outro que fala assim o Walters. Ele excepcional em qualquer língua. Eu estava em Washington, na embaixada, quando o Walters voltou daquela célebre viagem com o Nixon em que eles tiveram uma recepção tempestuosa. Em Caracas eles receberam cusparadas. Eu e o Machado Lopes estávamos na embaixada quando o Walters disse: "Muricy, a pior coisa do mundo a gente ficar numa posição de sentido sendo cuspidado na cara." Ele estava com uma raiva danada...

Isso que contei agora me faz voltar um pouco atrás. Eu disse que quando cheguei aos EUA, o embaixador era de carreira. Depois ele foi substituído pelo Amaral Peixoto, que eu conhecia. Politicamente nós tínhamos estado em posições diferentes, mas nos dávamos. Eu conhecia a Alzirinha também muito ligeiramente, principalmente porque meu irmão era muito chegado dona Darcy. Logo depois, que o Amaral chegou, a dona Darcy foi aos Estados Unidos. E viajou no mesmo avião em que Virgínia foi para se casar comigo, em dezembro de 1956.

Chegando em Nova York, fui para o aeroporto. Estava lá o Lutero, que tinha sido meu aluno no CPOR do Rio de Janeiro. Conversando comigo ele disse: "Estou esperando mamãe, que vem neste avião." Eu disse: "Estou esperando minha futura mulher, que já minha mulher... Casou-se no Rio de Janeiro." Ficamos conversando. Ele estava com um problema muito sério, lá em Nova York. Ele me chamava de tenente por causa do CPOR; até hoje tem uma porção de gente que me chama de tenente. Ele disse: "Tenente, o senhor se incomoda de ir com mamãe?" E eu: "Vou, por que não? Quero muito bem sua mãe." Então, quando dona Darcy chegou, ele nos apresentou. Virgínia tinha ido no mesmo avião que ela mas não tinham se encontrado a bordo. Dona Darcy foi comigo para Washington. Tomamos o avião, eu com a Virgínia num banco - aquele de dois lugares - e minha irmã com Dona Darcy no outro. E o avião... uma hora eu via a lua de um lado, dali a pouco de outro lado o aeroporto de Washington fechado... E fomos descer em Baltimore. Houve um desencontro total com o Amaral e a Alzira, que iam buscar dona Darcy. Ela estava afobada e eu disse: "Não senhora, nós vamos levar a senhora lá." Chegamos a Washington já de

madrugada... Devíamos ter chegado às dez, todos estavam pensando que dona Darcy tinha voltado para Nova York, e batemos na embaixada. Ainda me lembro da chegada. Alzirinha desceu, foi aquela alegria. Isso nos aproximou muito. Além do relacionamento normal - meu irmão era sempre muito bem recebido, a cunhada dele era uma das auxiliares de dona Darcy e o Getúlio era sempre muito amável com meu irmão e, mesmo comigo, quando nos encontrávamos - esse fato nos aproximou ainda mais. Então, nós tivemos uma boa amizade lá em Washington, que perdura...

A.C. - Em que circunstância o senhor tinha contato com o Getúlio?

A.M. - Em coisas eventuais. Eu já contei aqui. Primeiro, quando eu terminei o curso de Estado-Maior e fui o primeiro da turma. Segundo, eventualmente, numa cerimônia qualquer em que o Getúlio aparecia, ele se lembrava - ele tinha uma memória enorme - e dizia: "Como vai, capitão?" ou "Como vai major?" E mais: "Eu me lembro sempre daquela solenidade, o senhor recebeu muitas palmas..." Coisas assim. Nunca tive uma aproximação com o Getúlio, a não ser em coisas eventuais: o presidente da República que esbarra, em cerimônias, com militares de que ele se lembra.

L.H. - O senhor ainda estava no Escola Superior de Guerra naquela visita do Getúlio?

A.M. - Estava. Eu o cumprimentei, mas o Cordeiro e os outros generais que o acompanharam. Eu era um coronel, chefe da parte relativa ao auditório, responsável pela movimentação, e fiquei no meu canto... Mesmo porque, politicamente, eu já estava em posição... Então, eu já não o procurava. Ficava no meu canto. Todo mundo corria para onde estava a autoridade, aquele mundo de gente, e eu ficava num cantinho lá...

Com a d. Darcy eu tive, naquela ocasião que contei, uma aproximação maior. Com a Alzira e o Amaral Peixoto eu tive então... O Amaral e a Alzira começaram a congregar mais a colônia brasileira de Washington que vivia muito ausente da embaixada. O embaixador dava muito mais importância aos de fora do que aos de dentro, e o Amaral, pelo contrário. O Amaral não só lutou muito pelo Brasil - sentimos imediatamente a mudança - mas foi um grande embaixador, interessado nos problemas brasileiros e nos contatos com a parte econômica. O Miguel Osório de Almeida era um grande auxiliar dele, um grande economista. O ministro conselheiro era o Henrique Vale, também muito bom.

L.H. - O senhor ainda estava lá quando houve aquele problema da Operação Pan-Americana?

A.M. - Não, não estava. Então, houve uma amizade que perdurou até hoje. Não somos de nos visitar, porque o brasileiro muito relaxado. E, mesmo se eu fosse procurar todos a quem eu quero bem, não sei o que aconteceria. O Cordeiro era a mesma coisa: amigo de todo mundo, mas se fosse começar a visitar... não teria tempo para mais nada. Quando nos encontramos, somos sempre os mesmos. Vejo esporadicamente esse grupo de toda a minha vida. Fui três vezes casa do Ernesto em Teresópolis, depois que ele saiu da presidência. Três vezes: e ele não veio nenhuma vez minha casa depois disso. A vida essa.

Quanto ao Golberri, das muitas vezes que eu vou a Brasília, fui duas ao Ipê. Nos encontros lá no palácio, temos conversas que demoram meia hora, uma hora, mas aquela amizade continua. Ter amizade coisa diferente de encontrar-se. Eu quis fazer esse interregno para

mostrar como que se deu minha aproximação com o Amaral e a Alzira. O tipo de relação vai crescendo... O coração uma coisa elástica, cabe todo mundo: sempre cabe mais um. E aí eu volto ao passado. Nas minhas cartas para a Virgínia, eu, muito franco, dizia o que ainda sentia pela memória da minha primeira mulher.

Um dia ela me escreveu uma carta dizendo: "Eu sinto na sua carta que você ainda está muito impregnado de Ondina. Qual o meu lugar?" Eu disse a ela, mais ou menos, que "a vida uma continuidade. O que entrou dentro de nós, não sai. Mas, como a vida uma continuidade, os fatos são sucessivos. Quando não há superposição, eles são completamente estanques um do outro. Ondina representara uma faixa da minha vida. Você vai representar outra faixa da minha vida." Realmente, como eu tenho duas fases distintas: uma de minha construção como oficial; a outra a de minha luta, que já com Virgínia. Tanto Ondina quanto Virgínia me auxiliaram. E mais: o carinho que Virgínia tem com a memória de Ondina uma coisa extraordinária. Eu guardo o retrato da minha primeira mulher. Virgínia que me recorda: "É aniversário de morte de Ondina" ou "Olha, aniversário de Ondina", para mandar celebrar uma missa.

A.C. - Ela é católica?

A.M. - Muito católica. Eu, graças a Deus, nunca reneguei a minha religião. E na hora da coisa, eu rezo, e rezo mesmo.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - Então, voltemos minha vinda de Washington.

A.C. - O senhor, de repente, sentiu a casa cheia, não é? Três filhos, assim, num tempo curto...

A.M. - Minha mulher era o que se chama nos Estados Unidos de *expectant mother*.

Mas vim de navio. Quando cheguei no cais, estava lá o Pedro Geraldo e a primeira coisa que ele disse foi: "Muricy, vais para Recife!"

Ele, que era o homem das classificações, sabia que Virgínia era pernambucana. Eu deveria sair do Rio, porque tinha tido uma permanência prolongada aqui. O fato de Ondina ter sido uma mulher condenada desde 1947, me obrigara a permanecer no Rio de 1947 até 1956, quando fui para os Estados Unidos. Eu tinha dito: "Eu não saio do Rio, porque não posso levar minha mulher. Não deixo uma mulher que está enfraquecendo a cada dia." Todo mundo sabia e respeitava isso. Por esse motivo, na correspondência com o Pedro, eu disse: "Pedro, quero ir a qualquer lugar do Brasil. Não pode ser o Rio porque, pela lei do movimento, tenho que sair do Rio agora." Então, vagou-se o CPOR do Recife, que era comandado pelo Canavarro Pereira, coronel também e muito amigo do Cordeiro.

I.F. - Ele era chamado de tio Cana.

A.M. - É. E o Pedro disse: "Você vai para o Recife."

L.H. - A família de sua mulher era de Recife mesmo?



A.M. - Sim. Agora vou entrar na minha fase pernambucana, nordestina. Até então não tinha tido o menor contato com o Nordeste, a não ser sobrevoando, parando e seguindo. Não conhecia ninguém.

A.C. - Isso foi em 1959?

A.M. - Em setembro de 1958. O Maurício nasceu em dezembro de 1958, já no Recife.

Eu cheguei em setembro; eu me lembro, porque os gêmeos, que fazem aniversário em setembro, comemoraram na casa do meu filho aqui no Rio. Eu cheguei e tive que me preparar para ir para Recife. Então, parei um mês no Rio de Janeiro, para receber a bagagem e depois providenciar uma porção de coisas. Minha vida estava completamente desorganizada depois de dois anos de afastamento.

[FINAL DA FITA 25-A]

A.M. - Em seguida, toquei para o Recife. Quando cheguei fui conhecer a família da minha mulher. Conheci a cidade e encontrei uma porção de amigos. Um dos primeiros foi o Cordeiro, que estava largando o governo do estado para o Cid Sampaio, numa situação de briga política muito séria.

O Canavarro era muito chegado a ele e eu retomei o contato com o Cordeiro. Por pouco tempo! Estive com o Cordeiro por uns dois ou três meses e então ele voltou para o Rio de Janeiro.

I.F. - Ele voltou em dezembro.

A.M. - Então, isto: eu cheguei lá em setembro, outubro no máximo, e eu me lembro que logo em seguida o Cordeiro foi para o Rio. Eu privei com ele uns dois ou três meses. Retomei o contato, as amizades, e fui conhecer, então, o ambiente do Nordeste.

Aqui também quero dividir a matéria em dois aspectos: o propriamente profissional e o ambiental, que tem muita importância no prosseguimento da minha história.

A.C. - Só uma pergunta, general: o senhor ficou lá de 1958 até...

A.M. - Até 1960, quando fui promovido a general. Fiquei lá no CPOR de outubro de 1958 até agosto, no máximo setembro de 1960, no CPOR.

L.H. - Quem era o comandante da região nessa época?

A.M. - Nessa época o comandante da região era o Djalma Dias Ribeiro, velho companheiro da Escola de Aperfeiçoamento. Ele antigo instrutor, meu amigo até hoje. Ele levou inicialmente, como seu chefe de estado-maior, o Poppe de Figueiredo. Tiveram um relacionamento que, com a convivência, transformou-se em amizade. Ambos eram juscelinistas profundos e eu continuava antijuscelinista.

Uma pausa: quando eu estava em Washington, nunca fiz política. Mas houve uma denúncia de que, lá em Washington, eu fazia pregação contra o governo e isso foi bater na embaixada. O Amaral Peixoto mandou para... Não sei se já tinha saído o Machado Lopes e ido o Coelho dos Reis. Eu estive com os dois. E um deles depois me chamou e disse: "Leia

isto aqui." Era um ofício de resposta, me defendendo e "tocando o pau" em quem tinha feito a denúncia. Foi um ofício que me satisfez muito.

Depois, quando saí de lá, o Ernani do Amaral fez um elogio que está naquele papel que eu ia rasgando outro dia...

A.C. - E essa resposta foi do embaixador?

A.M. - Foi do adido ao embaixador. E o embaixador encaminhava.

Quando cheguei aqui, o comandante do Exército que estava saindo era aquele do Memorial dos Coronéis, que foi substituído pelo Zenóbio, o Ciro do Espírito Santo Cardoso. Estava saindo, deixando o comando do Exército que acabava de ser transformado de zona para IV Exército. Em seguida, veio o Honorato Pradel.

Em Pernambuco estava o Djalma, que levou o Poppe. Depois, o Poppe saiu para comandar o Planalto: o primeiro comandante de Brasília foi o Poppe de Figueiredo. Para o lugar do Poppe foi o Antônio Henrique Almeida de Moraes, meu velho companheiro de infância. A família dele, que pernambucana, era amiga de Virgínia, pessoalmente. Dessa maneira isso nos aproximou muito.

Além disso, eu conheci então os oficiais que depois ficaram em foco em Pernambuco, como o Bandeira, o Ibiapina, o...

Então, fui trabalhando, produzindo, e a vida correu normalmente. Nessa fase militar, fiquei ocupado com o CPOR, que tinha gente muito boa. Conheci um certo número de companheiros no CPOR, homens como o Albuquerque, que mais tarde entrou no palácio para tirar o Arrais de lá, o Bismarck, o Moreira Lima, o Sette, enfim, um conjunto de oficiais que serviu comigo e que ficou meu amigo para a vida e para a morte.

Tive muitas discussões com o meu amigo Djalma. Naquele tempo já começava a eleição de Jânio e ele dizia: "Mas Muricy, você tem coragem de votar em Jânio! Jânio louco! Eu tenho certeza aí ..." E eu dizia: "Eu não sei se louco, mas preciso mudar..." Nós discutíamos profundamente o problema político de substituição. Ele ficava defendendo o Lott. O Moraes era ligado ao Lott, eu atacava o Lott. Continuamos amigos, mas em rumos políticos completamente diferentes. Assim a coisa marchou e eu levando carona. Completei minha arregimentação e todas as coisas, chegou a minha faixa para promoção e eu comecei a ser preterido. Eu, o meu grupo e outros que viviam em torno de nós fomos preteridos.

Chegou uma ocasião em que tive que ter uma definição. Levei a primeira carona, levei a segunda, a terceira e eu disse para Virgínia: "Eu fico até o fim. Enquanto eu estiver na ativa e a lei não me puser para fora, eu fico. Eles me engolem até o último dia." E fiquei, convencido de que não sairia general.

Mas, o homem põe e Deus dispõe...

A.C. - Normalmente, quando o senhor deveria ter saído general?

A.M. - Em 1959.

L.H. - O Lott ainda estava no ministério? Não havia-se descompatibilizado?

A.M. - Ainda, ou já?

A.C. - Talvez já fosse o Denis.

L.H. - Uma parte certamente foi com o Denis, porque o Lott saiu no final de 1959.

A.M. - Enquanto o Denis não se acertou politicamente com o Jânio, eu não saí general. A história a seguinte: eu e todos os meus companheiros fomos levando carona, sendo preteridos. Não saíamos general de maneira nenhuma e resolvemos continuar firmes até o fim.

L.H. - Quem estava com o senhor, nesse mesmo barco? Mamede...

A.M. - Naquele tempo, para promoção, era o Mamede, o Sizeno, o Lindemberg...

A.C. - O Ademar de Queirós já era general há muito tempo, não era?

A.M. - Em 1955 ele era comandante de uma AD, lá no Sul, e era general.

L.H. - O Golberi não.

A.M. - O Golberi era ainda era tenente-coronel e não tinha condições para promoção.

Quando o Lott saiu do Ministério para se desincompatibilizar, o Denis assumiu. Nessa hora a coisa ainda continuou, porque o Denis se lembrava de mim em 1955, contra... Não era uma boa lembrança... Apesar disso não tive nenhum ato de hostilidade. Mas eu era amigo de toda aquela gente que tinha "apanhado".

Mas chegou o momento em que o Jânio foi eleito, chamou o Denis dizendo-lhe que ele continuaria como ministro, mas que queria um compromisso: apaziguar o Exército. O Exército não podia continuar como estava. já tinha havido Aragarças. O Juscelino, com muita elevação, anistiou. Então, a coisa já estava mais serena. 1955 já estava há quatro anos; nós estávamos em 1959.

Veio a eleição e o Denis aceitou o compromisso. Então, ele foi buscar os oficiais que estavam "apanhando" sem promoção. E as primeiras promoções que ele fez depois que aceitou ser o ministro do Jânio foram a minha, do Mamede, do Lindemberg, do Santa Rosa... do Zeno... Em seguida ele pega outro grupo que tinha sido preterido e também promoveu.

Então em junho ou julho de 1960...

L.H. - De 1960: então, o Jânio ainda não tinha sido eleito. Essa articulação do Jânio com o Denis foi antes da eleição.

A.M. - Antes da eleição.

A.C. - O Denis tinha que mostrar que havia mudado de mentalidade antes da posse.

A.M. - Antes. A data exata... acho que foi junho ou julho de 1960.

A.C. - Quer dizer que a transição se deu antes da posse.

A.M. - Sim. Minha promoção a general ainda foi um ato assinado pelo Juscelino, que

inclusive não opôs a menor dificuldade promoção desses homens que ele sabia que politicamente... Ele sabia de tudo isso.

A.C. - Que coisa curiosa, general. O senhor foi a primeira vítima da política do Lott...

A.M. - Eu não fui a primeira vítima. Fui das menores.

A.C. - Mas o senhor foi um teste para perceber que a política do Lott havia mudado em 1955.

A.M. - Foi naquela minha primeira conversa com o Lott.

A.C. - E agora o senhor foi o primeiro a mostrar que a coisa também tinha mudado.

A.M. - Fui o primeiro a ser promovido pelo Denis, que era do lado do Lott e que estava mudando de orientação. Então, eu estava na primeira turma de promoção a general em junho, ou coisa que o valha, de 1960.

A.C. - Que coisa estranha aí

A.M. - E eu vou mais um pouquinho frente para depois voltar para o outro aspecto do Recife.

O Denis tinha como chefe-de-gabinete o Orlando Geisel e tinha levado para a chefia da 2ª seção, do gabinete, o Ernesto.

Eu quero fazer um parênteses: Logo depois de 1955...

A.C. - Do gabinete?

A.M. - Sim. Pouco tempo depois que ele foi promovido, duas ou três... E aí ele foi para Brasília, para comandar o Planalto.

A.C. - Mas a 2ª seção não se refere ao Estado-Maior?

A.M. - A 2ª seção do gabinete, a seção de informações, a D2.

Mas aí vem o parênteses, que um episódio que também tem-se comentado, mas em que, por acaso, eu estava dentro, pela amizade que me ligava ao Orlando e que me liga até hoje ao Ernesto.

Em 1955, quando veio o estado-de-sítio, o executor foi o Lima Câmara, cujo auxiliar era o Orlando. A posição do Orlando, em 55, foi oposta nossa. O Ernesto não estava no Rio - estava em Cubatão, São Paulo -, mas estava intimamente ligado conosco e de pleno acordo. Então houve um esfriamento entre o Orlando e o Ernesto e conosco também.

Esse esfriamento entre o Orlando e o Ernesto foi muito sentido por nós, porque eles eram muito amigos, sempre muito chegados, ambos com personalidades muito fortes, muito positivas, um podendo interferir na vida do outro. Tomaram posições diferentes e chegou um momento em que perderam até o assunto para conversa.

L.H. - Isso entre dois irmãos terrível.

A.M. - É. O próprio Ernesto um dia me disse: "Muricy, não tenho procurado o Orlando, porque não tenho o que dizer." Mas isso foi uma coisa momentânea, resolvida quando o Orlando foi ser chefe-de-gabinete do Denis. O Orlando, oficial de capacidade, foi promovido a general-de-brigada, foi chefe-de-gabinete e levou o Ernesto para a D2.

Fui promovido, e mais tarde o Ernesto também foi promovido e foi para Brasília. Então o Denis já tinha conhecido o Ernesto.

Ele ainda guardava do Ernesto a impressão daquele "grupo da Sorbonne".

A.C. - há um pequeno detalhe: por ocasião do Manifesto dos coronéis, o Ernesto não assinou.

A.M. - Não, ele não ficou de acordo conosco naquela ocasião.

A.C. - Ele estava numa posição, digamos, de simpatia pela causa, mas sem engajamento excessivo.

A.M. - Mas naquela ocasião ele não concordou conosco.

L.H. - Mas o senhor disse que o Orlando assinou.

A.M. - Não sei, acho que não. Por isso que eu pedi que me trouxessem o manifesto, para eu ver e dizer quem . Eu me lembro da posição daqueles que estavam mais perto de mim e também do caso do Ademar com o Krueel. O Ademar deixou espaço para o Krueel assinar na frente, embora ele não fosse o primeiro a assinar. Foi o que assinou em cima; diferente. Então todo mundo diz que o Krueel que assinou em primeiro lugar. Mas aquela ordem não foi a real.

A.C. - O primeiro a assinar teria sido o Ademar de Queirós.

A.M. - O Ademar, o Golberi, o Mamede e eu um pouquinho menos... mas fomos os primeiros.

A.C. - Quando o Ademar passou a general? Em 1955? Em 1954 ele já era general?

L.H. - Mas no Manifesto dos coronéis não...

A.M. - O manifesto de fevereiro de 1954. Logo em seguida, ele foi promovido. Mas voltando minha promoção...

I.F. - A eleição do Jânio foi em 3 de outubro de 1960. O senhor foi promovido antes. O Denis fazia parte do grupo do Lott, mas já não mais confiava na eleição do Lott para ter feito esse acordo com o Jânio.

A.M. - Lógico. Naturalmente, ele sentiu que o Lott ia perder. As coisas evoluem. Porque a conclusão a que você chegou...

I.F. - Papel meio esquisito, o do Denis...

A.M. - Não tenha dúvida. Este um fato: ele acertou com o Jânio pacificar o Exército.

L.H. - E ganhar o Ministério da Guerra.

A.M. - E ganhar o ministério.

I.F. - Aparentemente apoiando o Lott.

A.M. - Isso, sem dúvida, verdade.

Depois, o Orlando me contou que, quando veio a lista do Estado-Maior do Exército, feita a comissão de promoções, o meu nome estava em primeiro lugar.

L.H. - O senhor era o primeiro do quadro de acesso?

A.M. - Era o primeiro do quadro de acesso de coronéis. Não sei se fiquei na frente do Mamede ou não.

L.H. - Estavam próximos.

A.M. - É. Orlando levou a lista para o Denis que, naturalmente, começou a comentar um ou outro nome. Quando chegou no meu nome, ele começou: "O Muricy... porque não-sei-o-quê..." O Orlando disse: "Este um homem que o senhor vai promover e vai ficar satisfeito de ter promovido." E fez o meu elogio. O Denis respondeu "Está tudo bem." E foi assim que fui promovido.

L.H. - O Orlando tinha, então, bastante força junto do Denis.

A.M. - Tinha, porque ele conhecia os nomes, que eram todos de companheiros seus, mais ou menos contemporâneos.

Eu saí general e imediatamente fui classificado em Cruz Alta.

Agora entramos numa outra fase, que a da política do Recife, no período em que comandeie o CPOR.

A.C. - Antes disso, eu só queria perguntar ao senhor se os contatos desse grupo de oficiais que era tão amigo se mantiveram nesse período em que o senhor esteve nos Estados Unidos, depois foi para o Recife... Vocês se correspondiam?

A.M. - Tínhamos correspondência muito escassa, porque todos éramos maus escritores. Em toda a minha vida, escrevi umas quatro cartas para o Orlando; três ou quatro para o Ernesto; um pouco mais, talvez umas oito para o Golberi (porque aí entrou um problema); uma ou duas para o Mamede. Nós nos encontrávamos ou mandávamos recado mais do que escrevíamos. Para o Cordeiro, nunca escrevi. Tivemos muito contato pessoal. Nunca escrevi nada para o Cordeiro.

A.C. - Estando cada um num lugar, esse contato ficava mais difícil.

A.M. - Ficava mais difícil, mas recebíamos correspondência e nos falávamos muitas vezes. Eu ia ao Rio e me encontrava com eles. Sempre que estávamos na mesma cidade, nos encontrávamos. Quando estávamos longe, sabíamos que os outros estavam bem... O brasileiro muito relaxado. Sabe que está bem e fica bem.

Termino aqui. Vou contar a história do Recife em 1958, 1959 e 1960. Vou conversar com minha mulher, porque o que caracteriza esta fase são os grupos de casais e a luta contra o comunismo que começa. dá-se o aparecimento de uma porção de pessoas que vou conhecer. É interessante a minha aproximação com dom Carlos Coelho, arcebispo de lá. Depois da morte de dom Carlos Coelho que vai para lá dom Hélder.

[INTERRUPÇÃO DE FITA]

A.M. - ... O Aduino dava aulas de matemática para os três: o filho dele, o Humberto e o Orlando, filho do Ernesto, aquele que morreu. Os três eram alunos de matemática, para reforçar. Daí uma amizade... O Aduino...<sup>6</sup>

A.C. - Uma amizade antiquíssima com o Geisel.

A.M. - Dentro do Exército, Aduino Esmeraldo o maior amigo do Ernesto.

A.C. - Onde ele estava em 1964?

A.M. - Em 1964, quando fui com o Cordeiro e o Ademar convidar o Ernesto para trabalhar com o Castelo, o Aduino estava em casa do Ernesto. Depois eu conto essa história.

O Agostinho Teixeira Cortes, que depois foi para São Paulo, foi o articulador, junto com o Ademar. O grande articulador da Revolução de 64 em São Paulo foi o Agostinho.

A.C. - Ele não está ligado ao setor de operações, em São Paulo?

A.M. - Exatamente. Ele o homem que, no Estado-Maior do II Exército, articulou todo o movimento em São Paulo. Inclusive, foi ele quem preparou a possibilidade de entregar o comando ao Nelson de Melo, caso o Kruel não saísse. O Agostinho era primo-irmão do Geraldo Menezes Cortes

O Fritz de Azevedo Manso, que tinha sido meu aluno, estava no Estado-Maior do Exército. O Ednardo aquele que lá na Paraíba levantou o 15o. R.I. e, mais tarde, teve aquele episódio aqui, um homem muito benquisto.

L.H. - Do II Exército.

A.M. - É... O Ednardo um homem muito benquisto.

O Euler estava no Estado-Maior do Exército. Ele tem umas flutuações.

O Oldemar Ferreira Garcia saiu como general, mais tarde. Também era muito ligado a nós. Não me lembro onde que ele estava.

O Napoleão Nobre um caso interessante no Exército. Era um dos homens que o Castelo

---

<sup>6</sup> Aqui o entrevistado faz um comentário sobre alguns signatários do Manifesto dos coronéis.

mais apreciava. O Nobre era muito amigo do Luís Tavares de Cunha Melo. Foram juntos para a Escola de Estado-Maior sendo instrutores, e depois foram juntos para a Escola Superior de Guerra...

A.C. - O Cunha Melo esteve na Escola Superior de Guerra?

A.M. - Eu tenho idéia de que esteve. Não garanto. Ele foi meu aluno e foi o primeiro da turma.

O Napoleão depois ficou contra nós. Ele foi um dos cassados em 1964.

L.H. - E o Castelo gostava dele?

A.M. - Muito. O Castelo gostava muito dele.

Ovídio Saraiva de Carvalho Neiva: este aqui também um homem muito ligado ao Ademar e ao Ernesto, principalmente.

O Geraldo ainda estava na Escola. É mais ou menos isso.

L.H. - O senhor conhece gente!

A.M. - A senhora não sabe como eu conheço gente.

L.H. - Então talvez o senhor possa nos ajudar em alguma coisa: como aquela história do parentesco do Góis com o Eduardo? Parece que através da mulher do Góis... Como isso? O senhor...

A.M. - Não sei. Conheci pouco dona Conceição. Nunca tive uma intimidade maior com o Góis.

A.C. - O senhor esclareceu que o Costa e Silva e o Castelo eram colegas de turma. Tivemos referência, mas não podíamos acreditar.

A.M. - Foram no Colégio Militar e na Escola Militar. E foram de turmas diferentes na Escola de Aperfeiçoamento e na Escola de Estado-Maior.

[FINAL DA FITA 25-B]